

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
LINHA DE PESQUISA “CULTURA E SOCIEDADE”

JÚLIO NUNES SANDES MARTINS

***MIGHTY MAN, LITTLE MAN, WHITE MEN:***  
**CHARGES, QUADRINHOS, ESCÂNDALOS E A GUERRA DE**  
**PROPAGANDA A FAVOR DO *APARTHEID***  
**(ÁFRICA DO SUL, 1973 - 1979)**

Salvador

2021

JÚLIO NUNES SANDES MARTINS

***MIGHTY MAN, LITTLE MAN, WHITE MEN:***  
**CHARGES, QUADRINHOS, ESCÂNDALOS E A GUERRA DE**  
**PROPAGANDA A FAVOR DO *APARTHEID***  
**(ÁFRICA DO SUL, 1973 - 1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, linha de pesquisa “Cultura e Sociedade”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof. Dra. Laura de Oliveira.

Salvador

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas  
(SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nunes Sandes Martins, Júlio  
Mighty Man, Little Man, White Men: Charges,  
Quadrinhos, Escândalos e a Guerra De Propaganda a  
favor do Apartheid (África do Sul, 1973 - 1979) /  
Júlio Nunes Sandes Martins. -- Salvador, 2021.  
118 f. : il

Orientadora: Laura De Oliveira.  
Dissertação (Mestrado - Mestrado em História Social)  
-- Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-  
Graduação em História, 2021.

1. África do Sul. 2. Apartheid. 3. Propaganda. .  
4. Quadrinhos. 5. Charges. I. De Oliveira, Laura. II.  
Título.



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Júlio Nunes Sandes Martins	218122069	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO <i>MIGHTY MAN, LITTLE MAN, WHITE MEN: CHARGES, QUADRINHOS, ESCÂNDALOS E A GUERRA DE PROPAGANDA A FAVOR DO APARTHEID (ÁFRICA DO SUL, 1973 - 1979)</i>		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Laura de Oliveira – orientadora		011.755.811-78
Vinicius Donizete de Rezende (UFBA)		286.244.808-76
Fábio Baqueiro Figueiredo (UNILAB)		783.079.375-15

ATA

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, em ambiente virtual, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Júlio Nunes Sandes Martins, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Laura de Oliveira, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela APROVAÇÃO do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação, aprovada por unanimidade, cumpre integralmente os pré-requisitos exigidos para um trabalho de mestrado. A banca considerou importante realçar os seus méritos: texto bem escrito, bem estruturado e objetivo; representa uma contribuição importante ao estudo de África Contemporânea, utilizando fontes inovadoras e pouco convencionais na historiografia brasileira.

SSA, 11/03/2021: Assinatura do aluno:

SSA, 11/03/2021:: Assinatura da orientador:

Dedico esta dissertação a  
George Miranda de Souza, amigo querido que  
deixou este mundo nos últimos dias de escrita do  
presente trabalho, tanto quanto à sua família.  
Que a sagacidade e jovialidade de Geo estejam  
sempre presentes em nossas vidas.

## AGRADECIMENTOS

Houve um tempo em que busquei nos agradecimentos das teses e dissertações as gotas das histórias capazes de me fazer crer que eu mesmo, um dia, escreveria linhas a serem chamadas pelos outros de “historiografia”. Cá está, aos trancos e barrancos, uma demonstração de que aqueles agradecimentos me convenceram, sim, e que eu também tenho muito a agradecer.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, e ao CNPQ, que mesmo sob ataque de governos inimigos do conhecimento e da educação pública me garantiram as condições necessárias para construção desta pesquisa.

À minha orientadora, professora Laura de Oliveira, pela paciência, pelas palavras sempre precisas, pela orientação acadêmica e pelo exemplo que dá como docente comprometida, pesquisadora intrépida e conselheira afetuosa. Obrigado por ter abraçado e acreditado nesta pesquisa e em mim desde o primeiro momento que conversamos.

Aos membros da banca, professores Fábio Baqueiro Figueiredo e Vinicius Donizete de Rezende, agradeço pelas valiosas contribuições oferecidas no exame de qualificação, as quais busquei adicionar a este texto conforme me foi possível.

Ao professor Colin Darch, à senhora Hester Van Der Bergh, a George Van Der Riet, a Mooray Rhoda e a Joshua Haasbroek pela generosidade com que responderam aos contatos de um desconhecido estudante estrangeiro com palavras de incentivo, recomendações de leitura e valiosa documentação sem a qual este trabalho não seria possível. A Haasbroek também agradeço pelo esforço empreendido em sua própria dissertação de mestrado sobre o Escândalo da Informação, fundamental para minha pesquisa. E não posso esquecer de especificar a importância do senhor Van Der Riet, colecionador de quadrinhos dono do blog *South Africa Comic Books*, página que tornou possível que as aventuras do *Mighty Man* chegassem a meu conhecimento.

Agradeço também ao corpo docente do PPPGH-UFBA que sempre acolheu com entusiasmo meu projeto de pesquisa, assim com o corpo docente do Departamento de História, que foi fundamental para minha formação como historiador. Em particular ao professor Marcelo Lima, que me orientou na iniciação científica em História, pelas lições de pesquisa acadêmica e empatia humana, à professora Wlamyra Albuquerque e o professor Antonio Luigi Negro, que acolheram as inquietações e oscilações de um jovem

estudante em fim de graduação ainda confuso quanto a seus objetos de pesquisa, e ao professor Valdemir Zamparoni, que incentivou meus questionamentos a respeito das produções em quadrinhos e cartuns africanos desde que surgiram pela primeira vez em aula, no longínquo ano de 2011, até a elaboração do projeto de pesquisa que culmina nesta dissertação. O encorajamento da professora Lina Aras ao longo da disciplina Técnicas de Elaboração de Projetos foi um ponto de virada para a realização da pesquisa aqui apresentada. Este trabalho não existiria, também, sem as valiosas considerações trazidas pelo professor Evergton Sales e pela turma que esteve comigo na disciplina de Metodologia de Pesquisa da linha de pesquisa em Cultura e Sociedade – Beatriz Caffé, Neide Gonçalves, Danillo Rangell, Gustavo Gobbi, Roberto Silva e Wilson Badaró. Muito obrigado pelos instigantes debates e pela colaboração! Também agradeço a Igor Costa, pelos comentários pontuais, dos quais talvez ele não lembre, que foram preponderantes para o enfoque construído no segundo capítulo desta dissertação. E um agradecimento especial ao querido amigo Carlos Augusto Braga pela serenidade firme que conjurou em mim tanto no banco de espera da entrevista de seleção para o mestrado quanto nos últimos momentos de revisão do presente trabalho. Tenho muita sorte de viver no mesmo planeta e na mesma época que Guto.

Parênteses para agradecer às professoras e professores que encontrei para além dos limites da UFBA e foram relevantes para que o interesse por uma linguagem artística se tornasse ânimo investigador. Sou grato por ter cruzado com Márcio Rodrigues, Natania Nogueira, Sávio Queiroz, Thiago Monteiro, Valéria Fernandes, assim como com toda a trupe que participou do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Arte-Sequencial, em 2012, onde fundaram a ASPAS (Associação de Pesquisadores em Arte-Sequencial) e regaram os sonhos de um graduando com suas discussões, sugestões e compartilhamentos online ao longo dos últimos nove anos. Esta dissertação é fruto dessa árvore, assim como a admiração nutrida em meu peito.

Palavras não serão o suficiente para agradecer a quem me acompanhou durante os tortuosos anos de escrita desta dissertação. Este texto jamais ficaria pronto se Bruno não estivesse comigo diariamente com seu bom humor e sua lealdade, mesmo nos piores momentos. Ou se Heloíza não fosse, além de brilhante pesquisadora, uma amiga capaz de decifrar silêncios e expulsar tristezas. Lucas e Ulisses, agradeço pelos anos de trabalho na comunicação digital terem me possibilitado construir um vínculo tão honesto e compreensivo como o nosso – ele fez toda diferença em vários momentos dessa jornada.

Ana Luíza, Gabriel, Jéssica e Thiago, amigos que me ancoraram em momentos de profunda redefinição pessoal, e a quem agradeço por terem acreditado em mim quando eu mesmo não o fazia. Agradeço também a todos os alunos que tive e tenho, cuja vontade de desbravar a história alimentou e alimenta não apenas a escrita deste trabalho, como os planos para os projetos vindouros, em especial Alexandre, José Rafael, Laura, Maria Clara Carvalho (guardem esse nome!), Maria Luísa e Sabrina.

Abro um espaço para mencionar a querida equipe do portal Maratona de Sofá, que em momentos de total bloqueio criativo me tirou da inércia, fosse através das belas demonstrações das habilidades de escrita contidas ali, fosse com o desfile das aptidões comunicativas de tão distintos colegas (e não vou mencionar a capacidade de análise do time quando o assunto são produtos de mídia, para não chover no molhado). Ana, Aysla, Caroline, Diego, Diogo, Euller, João, Lai, Marleson, Maurício, Natiel, Pedro, Totoro: são a eles que agradeço por serem óleo na minha engrenagem e não me deixaram travar. A Ferna e Maria Isabel, em especial, agradeço os longos anos de amizade, o apoio quase incondicional que sempre deram às minhas empreitadas intelectuais, e pela candura que fazem me envolver pelo simples fato de existirem.

No processo de escrita aprendi não apenas sobre História Social, mas também que “quem puxa aos seus não degenera”. Passei a viver no semiárido baiano, tornei-me professor de crianças, e me vi refazendo os passos de minha mãe, Márcia Margarida, e minha avó, Maria Letruz, ambas educadoras que iniciaram suas jornadas como alfabetizadoras no sertão alagoano. Ser capaz de me reconhecer como herdeiro de mulheres tão incríveis é grande fonte de força e gratidão, combustíveis para esta pesquisa. Agradeço também a minhas irmãzinhas, Ana Maria e Mariana, pelo privilégio de poder compartilhar tal herança com elas, jovens tão talentosas. E, claro, à Fiona, Luna, Lerda, Pepe e Simba, sobrinha, irmãs, irmão e sobrinho de quatro patas que zelam pela alegria na casa onde as minhas “caras de bolacha” moram.

Fui agraciado pelo destino com a dádiva de encontrar o amor da minha vida no momento em que o pré-projeto que culminou nesta dissertação ganhava forma. Para além do amor, do companheirismo e do carinho, Leíse é a melhor interlocutora que eu poderia ter, e seus comentários a respeito de versões prévias desta dissertação foram incalculavelmente enriquecedores. E tudo seria mais difícil sem a companhia de Blanco, o filhote canino de cinco anos e vinte quilos que cochila ao meu lado enquanto tento exprimir anos de gratidão em um número de linhas que não seja exagerado.



*O cartunismo é uma reza.  
E eu acho que nós temos o direito de rezar um pouco.*

Charles M. Schulz

## RESUMO

No final da década de 1970, o Escândalo da Informação abalou as estruturas da institucionalidade política do apartheid: o Rand Daily Mail, principal jornal de língua inglesa da África do Sul, revelou a existência de um programa secreto de propaganda do governo, levando a grandes danos políticos. líderes e colocando em xeque o futuro do sistema de dominação branca. Na gênese deste programa estava a ideia de que a África do Sul era alvo de uma ofensiva total que, baseada em mentiras, construiu um ambiente de hostilidade internacional em relação ao país e, em particular, ao povo africâner. As ações de propaganda desenvolvidas desde então constituiriam uma estratégia de “defesa ativa” adotada para proteger a ordem social e política do país – uma guerra de propaganda nas próprias palavras do Departamento de Informação sul-africano. Duas dessas ações envolveram o uso de quadrinhos e desenhos animados: a criação da primeira revista em quadrinhos de super-heróis da África do Sul, Mighty Man, e o estabelecimento do primeiro jornal de língua inglesa a apoiar publicamente a agenda africânder, The Citizen. Este trabalho analisa o lugar desses quadrinhos e charges na campanha de propaganda desenvolvida pelo governo sul-africano, bem como o papel das charges publicadas pelo The Rand Daily Mail, jornal reconhecido pelo governo como seu principal adversário da imprensa

**Palavras-chave:** Charges. Quadrinhos. Propaganda. *Apartheid*. África do Sul.

## **ABSTRACT**

In the late 1970s, the Information Scandal shook the structures of the apartheid's political institutionality: the Rand Daily Mail, South Africa's leading English-language newspaper, revealed the existence of a secret government-run propaganda program, leading to great political damage National Party main leaders and putting the future of the white domination system in check. In the genesis of this program was the idea that South Africa was the target of a total offensive that, based on lies, built an environment of international hostility towards the country and, in particular, the Afrikaner people. The propaganda actions developed since then would constitute an "active defense" strategy adopted to protect the country's social and political order - a propaganda war in the very words of the South African Department of Information. Two of these actions involved the use of comics and cartoons: the creation of South Africa's first superhero comic book, Mighty Man, and the establishment of the first English-language newspaper to publicly support afrikaner agenda, The Citizen. This work analyzes the place of these comics and cartoons in the propaganda campaign developed by the South African government, as well as the role of the cartoons published by The Rand Daily Mail, the newspaper recognized by the government as its main press adversary

**Keywords:** Comics. Cartoons. Propaganda. Apartheid. South Africa.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANC – African National Congress

BOSS – Bureau of State Security

PAC – Pan-Africanist Congress

SAAN – South African Associated Newspapers

SACP – South African Communist Party

SWAPO – South West Africa People's Organization

USIA – United States Information Agency

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - A mensagem central do Mighty Man .....	16
<b>Figura 02</b> - Capa da primeira revista do Mighty Man .....	35
<b>Figura 03</b> - Exemplo de conteúdo esportivo nas revistas Mighty Man .....	60
<b>Figura 04</b> - Apresentação do Mighty Man na primeira edição de sua revista .....	63
<b>Figura 05</b> - Cenário da township de acordo com a edição nº 13 de Mighty Man .....	64
<b>Figura 06</b> - Danny Ndhloho pensando sobre os jovens que compunham as tsotsis.....	66
<b>Figura 07</b> - Mighty Man se posiciona contra as armas e influenciando a juventude .....	67
<b>Figura 08</b> - Mighty Man e os problemas financeiros das famílias nas townships.....	67
<b>Figura 09</b> - Danny expõe seu pensamento sobre dependentes químicos .....	69
<b>Figura 10</b> - <i>Chefe Maleho e o problema do exôdo de jovens dos bantustões</i> .....	69
<b>Figura 11</b> - Mighty Man apoiando a autodeterminação dos bantustões.....	70
<b>Figura 12</b> - Dorah Selepe e as denúncias de brutalidade policial como farsa .....	71
<b>Figura 13</b> - Os agentes externos como inimigos possíveis.....	72
<b>Figura 14</b> - O vilão comunista e seu fim pelas mãos do povo.....	73
<b>Figura 15</b> - “Vindo com o vento”, de Jack Lloyd.....	81
<b>Figura 16</b> - “Relance da Situação”, de Bob Connolly .....	86
<b>Figura 17</b> - “Encurralado”, de Bob Connolly .....	86
<b>Figura 18</b> - “Em defesa da mudança”, cartum de Bob Connolly .....	87
<b>Figura 19</b> - “Como o Ocidente Venceu”, de Bob Connolly .....	88
<b>Figura 20</b> - “Lavar e Secar”, de Bob Connolly .....	89
<b>Figura 21</b> - “Relatório de Progresso”, de Bob Connolly .....	89
<b>Figura 22</b> - “Congressos do Partido Nacional”, de Bob Connolly .....	90
<b>Figura 23</b> - “Não se preocupe, nós vamos cuidar de você”, de Weyni Deysel .....	93
<b>Figura 24</b> - “Duas faces de Sam Nujoma”, de Weyni Deysel .....	93
<b>Figura 25</b> - “Caminhos diferentes”, de Weyni Deysel .....	94
<b>Figura 26</b> - “Os Cinco Grandes”, de Victor Ivanoff .....	94
<b>Figura 27</b> - “Últimos Galopes”, de Victor Ivanoff.....	95
<b>Figura 28</b> - “O caminho para a paz e a auto-determinação”, de Dave Gaskill.....	95
<b>Figura 29</b> - “Arte de quintal”, de Bob Connolly.....	100
<b>Figura 30</b> - “Minhoca na Maçã”, de Bob Connolly.....	101
<b>Figura 31</b> - “Atraindo a atenção dele”, de Bob Connolly.....	101
<b>Figura 32</b> - “O peso da responsabilidade”, de Bob Connolly.....	102
<b>Figura 33</b> - “Revelação?”, de Bob Connolly .....	103

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
I – Apresentação .....	15
II – Charges, cartuns e quadrinhos.....	19
III – <i>Apartheid</i> e a História da África do Sul.....	25
IV – As trincheiras desenhadas na Guerra de Propaganda .....	35
<b>O PROGRAMA DE PROPAGANDA PRÓ-APARTHEID DO GOVERNO SUL- AFRICANO E A GUERRA DE PROPAGANDA NAS REVISTAS <i>MIGHTY MAN</i> (1975-1977) .....</b>	<b>44</b>
1.1 Um super-herói negro em meio ao <i>apartheid</i> .....	44
1.2 O novo Departamento de Informação e o prelúdio da guerra de propaganda .....	48
1.3 A saga de <i>Mighty Man</i> : concepção, produção e circulação.....	58
<b>CARTUNS EM COMBATE: <i>THE CITIZEN</i> x <i>RAND DAILY MAIL</i> (1975 - 1978).....</b>	<b>80</b>
2.1 - Imprensa na África do Sul .....	80
2.2 - A disputa pelo Sudoeste na imprensa sul-africana .....	84
2.2.1 - <i>Rand Daily Mail</i> e os cartuns liberais .....	85
2.2.2 - <i>The Citizen</i> : quando o nacionalismo africânder desenha em inglês.....	93
2.3 - A branquidade como ponto de convergência .....	98
2.4 - Das trincheiras na guerra: o escândalo da informação e suas consequências ....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

### I – Apresentação

Em outubro de 1979, uma comissão de inquérito guiada pelo juiz da Suprema Corte da África do Sul, R. P. Botha Erasmus, chegou ao fim de sua investigação sobre o "Escândalo da Informação", que abalava a política sul-africana desde o ano anterior. Tal processo ganhara a alcunha de "*Muldergate*" na imprensa por ter como figura central o Dr. Connie Mulder, então Ministro da Informação do governo do Primeiro Ministro John Vorster<sup>1</sup> (REES; DAY, 1980). A conclusão da comissão apontava para a existência de um vultoso programa secreto de propaganda desenvolvido desde 1973 com o objetivo de fomentar, nacional e internacionalmente, uma imagem positiva sobre o regime de *apartheid*<sup>2</sup> que existia na África do Sul, ao mesmo tempo em que tomava medidas domésticas que zelavam por sua manutenção.

O arranjo era coordenado pessoalmente por Vorster, Mulder e Eschel Rhoodie, então secretário do Departamento de Informação, através de um complexo aparato midiático local e estrangeiro. O ponto de partida da empreitada havia sido a realocação de R64.000.000 (64 milhões de *rands* sul-africanos – o equivalente a US\$ 67,1 milhões ao câmbio da época) do orçamento do Ministério da Defesa para uma série de projetos de propaganda – em um processo que envolvia lavagem de dinheiro oriundo de corrupção em bancos suíços, tentativa de compra de veículos de comunicação estrangeiros, criação de publicações abertamente *pró-apartheid* com a finalidade de circular nos centros de decisão política e econômica da África do Sul e do mundo, além do estabelecimento de

---

<sup>1</sup> Balthazar Johannes Vorster, também conhecido como B.J. Vorster ou John Vorster, foi Primeiro-Ministro da África do Sul de 1966 a 1978. Vorster é apontado por parte da historiografia sobre a política contemporânea da África do Sul como o herdeiro político de Hendrik Frensch Verwoerd, figura política importante para a implementação das políticas de segregação racial no país e estabelecimento do regime de *apartheid*. Thompson afirma que Verwoerd foi o "maior responsável" pela transformação do termo *apartheid* "de um slogan político em um drástico e sistemático programa de engenharia social", tornando-se "a mais notória forma de dominação racial que o mundo pós-guerra já viu" (2001, p. 189, tradução minha). Tendo seu antecessor estabelecido o regime, coube a Vorster a tarefa de aprimorá-lo.

<sup>2</sup> O termo *apartheid* refere-se não somente às políticas de segregação racial desenvolvidas e implantadas nos governos do Partido Nacional na África do Sul entre 1948 e 1994, mas a todo o regime político institucional construído em torno dessas políticas. Tal associação foi reconhecida por Guelke, quando diz que "se tornou comum tanto as políticas raciais adotadas pelo regime da minoria branca no país quanto as medidas de segurança adotadas para defendê-las serem identificadas pela palavra *apartheid*" (2005, p. 21, tradução minha). O processo de construção política desse ordenamento é estudado a fundo nos trabalhos de Thompson (2001), Guelke (2005), Cotrell (2005) e Giliomme & Mbenga (2007).

um jornal secretamente controlado pelo governo. (REES; DAY, 1980; HAASBROEK, 2016; OBERMEYER, 2016)

As consequências de tal escândalo foram sérias: os principais nomes do governo de Vorster foram comprometidos e renunciaram; o Partido Nacional sul-africano ficou severamente rachado; e uma grande incógnita pairou sobre o futuro político daquele regime<sup>3</sup>.

O escândalo, entretanto, pode ser encarado como a ponta de um *iceberg*. Como Elaine Windrich apontou em seu artigo que mapeou o impacto de escândalo nos projetos de propaganda do governo sul-africano, “a Comissão nunca questionou os princípios ou objetivos fundamentais dos servos do regime do *apartheid*. Em vez disso, sua preocupação era com o gasto excessivo, procedimentos contábeis irregulares, enriquecimento pessoal de agentes públicos ou ganho pessoal” (1989, p. 51)<sup>4</sup>. Mais do que isso: a Comissão aprovou a continuidade de cinquenta dos sessenta projetos então desenvolvidos secretamente pelo Departamento de Informação, que continuou usando verba pública para travar a “guerra de propaganda” em prol do governo sul-africano até a democratização da África do Sul, em 1994 – de modo legalizado e por meios levemente menos escusos a partir da investigação do esquema inicial (WINDRICH, 1989).

Essa campanha de propaganda, por sua vez, não surgiu de repente. Desde a década anterior, o governo desenvolvia ações visando melhorar a imagem internacional do país e do regime de segregação racial. O marco para o início de ações governamentais que objetivavam construir apoio a favor do governo foi a crise constituída pela repercussão internacional do Massacre de *Sharpsville*<sup>5</sup>, em 1960, apontado pelo historiador Johann Obermeyer como uma grande ruptura na percepção internacional sobre o regime:

---

<sup>3</sup> Rees e Day (1980), Rhodie (1983), Windrich (1989), Sanders (1997) e Dubow (2014) foram as referências consultadas e que sustentam esta síntese do esquema de propaganda montado pelo governo, sua investigação e as consequências políticas dele para o governo do primeiro-ministro Vorster. O *South African History Online*, projeto criado com o objetivo de promover o ensino e aprendizado de História da África do Sul após o fim do *apartheid*, apresenta também apanhados interessantes sobre esses eventos. (THE ERASMUS COMMISSION’S...,2011; THE INFORMATION SCANDAL, 2011)

<sup>4</sup> "(...) the Erasmus Commission never questioned the fundamental principles or objectives of servants of the apartheid regime. Rather, its concern was with excess expenditure, improper accounting procedures and individual enrichment or personal gain."

<sup>5</sup> O Massacre de *Sharpsville* aconteceu em 21 de março de 1960, quando manifestações pacíficas organizadas pelo Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) e pelo Congresso Pan-Africanista (PAC, na sigla em inglês) foram brutalmente reprimidas pelas forças policiais do regime de *apartheid*, que assassinaram 69 pessoas e feriram outras 180 que protestavam contra as leis de circulação em vigor no país, pedras fundamentais das políticas de segregação, que controlavam os movimentos das populações negras, indianas e mestiças. (SHARPESVILLE MASSACRE, 2011)



A partir de então [*do massacre*], o *apartheid* deixou de ser um conceito distante e relativamente desconhecido (do público internacional), tornando-se um tópico de conversa cotidiana, e alguns dos que se mantinham indecisos a respeito da questão dos boicotes contra a África do Sul agora se convenciam de que essa era a coisa certa a ser feita.

[...]

Hoje, esse evento é encarado pela maior parte dos livros de História da África do Sul como um momento crucial, não porque iniciou ações supostamente revolucionárias, mas porque foi o primeiro grande incidente que tornou visível ao resto do mundo a crueldade da ordem imposta pelo *apartheid*<sup>6</sup>. (OBERMEYER, 2016, p. 25)

As ações na década de 60 foram um esboço ao qual Vorster buscou dar contornos fortes após assumir o cargo de primeiro-ministro do país. A forte e nada barata rede de influência que sua administração articulou na fase secreta do esquema de propaganda era extensa e diversa, envolvendo desde o pagamento de sindicatos em território estadunidense para que não apoiassem manifestações contrárias ao *apartheid* até a tentativa de compra de um jornal de grande circulação na capital dos Estados Unidos, o *Washington Star* (REES; DAY, 1980). Um ponto que os relatórios da comissão revelaram e que geralmente é tratado como secundário é a existência de um financiamento secreto para uma editora de quadrinhos como uma das ações de publicidade do regime:

Um outro empreendimento envolvendo [*John*] McGoff (magnata das comunicações nos EUA) e o Departamento de Informação envolveu uma gráfica, Xanap, implantada na África do Sul em 1974. O sócio de McGoff nessa empreitada era Jan Van Zyl Alberts, que havia sido previamente mencionado como uma figura-chave para o Departamento de Informação e, como Van Der Bergh, era um amigo íntimo de Vorster. Os três haviam convivido juntos em um campo de concentração durante a Segunda Guerra Mundial graças à simpatia que nutriam pelo nazismo. Uma das companhias de Alberts, *Afri-Comics*, recebeu secretamente fundos do governo para publicar quadrinhos que apresentassem uma espécie de *Superman* negro que apoiasse o desenvolvimento separado (de negros e brancos) na África do Sul. Esses quadrinhos foram impressos pela Xanap.<sup>7</sup> (HACHTEN; GIFFARD, 1984, p. 252)

---

<sup>6</sup> “Moreover, apartheid as a relatively unknown, far away concept, became a more widely known topic of ordinary conversation, and some of those who had been unsure about the issue of boycotts against South Africa now became convinced that it might be the right thing to do. (...) Today, this event is dealt with in most history textbooks as a watershed moment in South Africa, not because it ignited supposedly revolutionary actions, but more because it was the first major incident that made known to the rest of the world the harshness of the apartheid order.”

<sup>7</sup> “Yet another joint venture between McGoff and the Information Department involved a printing company, Xanap, that he set up in South Africa in 1974. McGoff’s associate in this was Jan van Zyl Alberts, who was as previously mentioned a leading figurehead for the Information Department and, like Van De Bergh, a close friend of Vorster. All three had spent time in a concentration camp during the Second World War for their pro-Nazi sympathies. One of Alberts’s companies, Afri-Comics, was given secret funds by the government to publish comics featuring a black Superman who supported separate development in South Africa. The comics were printed by Xanap.”

O "superman negro" era o *Mighty Man*, protagonista de sua própria revista entre 1975 e 1977. Não se tratava do único projeto de propaganda do governo africânder<sup>8</sup> que se inscrevia no papel usando a língua inglesa, mas indo além das palavras: em paralelo às aventuras do super-herói urbano, a *Afri-comics* publicou também a revista *Tiger Ingwe* contando a história de um guerreiro ancestral que habitava as florestas e defendia os territórios das comunidades rurais e dos bantustões<sup>9</sup>. A partir de 1976, o jornal *The Citizen* passou a ser o primeiro veículo a apresentar em língua inglesa um ponto de vista favorável à agenda do governo nacionalista africânder que também se expressava em seus cartuns editoriais, divergindo radicalmente do *The Rand Daily Mail*, que naquele período havia se tornado o maior opositor do governo dentro da imprensa sul-africana em língua inglesa. E as canetas-tinteiro usadas tanto no processo de criação e finalização dos quadrinhos do *Mighty Man*, quanto nos cartuns de *Rand Daily Mail* e *The Citizen*, foram armas na guerra de propaganda travada a favor do regime de *apartheid*. É por tal razão que este estudo se dedica a analisar como a “guerra da propaganda” foi travada através desses meios, protagonizada pelo poderoso *Mighty Man* em quadrinhos, pelo carismático *Little Man* (figura recorrente nas charges do *Rand Daily Mail* naquele período), e pelas lideranças africânderes exaltadas pelo *The Citizen*.

**Figura 01** – A mensagem central do *Mighty Man*



Fonte: *Mighty Man*, nº 1, 1975

<sup>8</sup> Apenas a título de elucidação básica: “africânder” ou “africânderes”, assim como “bôer” ou “bôeres”, são palavras que designam o povo africânder, geralmente designados como *afrikaners* ou *boers* na África do Sul. “Africâner”, por sua vez, é o idioma falado por este povo, chamado de *afrikaans* na África do Sul.

<sup>9</sup> Bantustões, também chamados de “*homelands*”, eram as zonas designadas para os habitantes negros da África do Sul e também do Sudoeste Africano, atual Namíbia, como parte do regime de *apartheid*. Eles foram estabelecidos a partir da Lei das Autoridades Bantu de 1951 como um aprimoramento da política de “reservas” para os povos nativos que existia durante o governo colonial britânico. Em 1970, seus habitantes foram alvo das Lei de Cidadania dos Bantustões, que lhes retirou a cidadania sul-africana e passou a considerá-los cidadãos dos bantustões a que foram designados. Ou seja: estrangeiros na África do Sul. (THOMPSON, 2001; DUBOW, 2014)

## II – Charges, cartuns e quadrinhos

Para tanto, é necessário considerar charges, cartuns e quadrinhos dentro de suas propostas. E tais considerações precisam ser feitas a partir do idioma e dos termos. No Brasil, o lugar-comum é considerar “charges” e “cartuns” como subgêneros ou derivações da caricatura. Caricatura seria a “forma de arte que expressa através do desenho, da pintura, da escultura, etc., cuja finalidade é o humor” (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p.7), sendo a charge uma modalidade “cujo objetivo é a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política” (Idem), enquanto “o cartum focaliza uma realidade genérica e sua capacidade de compreensão é muito maior, o que lhe confere um caráter atemporal, ou seja o cartum não envelhece” (ROCHA, 2011, p. 09). Dessa forma, charge e cartum podem ser entendidos como produtos de humor gráfico muito semelhantes em forma, mas diferentes em temática e conteúdo.

Entretanto, esta discussão só se faz possível na língua portuguesa devido à trajetória etimológica dos termos empregados. A palavra “charge”, que o Dicionário de Comunicação atribui exclusivamente aos comentários visuais a respeito de acontecimentos políticos, vem do francês “*charge*”, que significa carga, exagero, extrapolação, e se associou a uma suposta forma francesa de fazer comentários visuais aguçados a respeito de figuras políticas, recorrendo ao hábito de reforçar características singulares daquelas que são alvos das charges. Já “cartum” vem do termo em inglês “*cartoon*”, por sua vez derivado do italiano “*cartone*” que se referia ao tipo de papel utilizado para realização de desenhos rápidos desde a Renascença. Curiosamente, a exclusividade temática atribuída a essas palavras enquanto modalidades de humor visual não existe nos idiomas das quais foram apropriadas pelo português – na língua francesa, qualquer comentário visual humorístico, sobre política ou não, é uma charge, do mesmo modo que na língua inglesa o mesmo tipo de representação gráfica é chamada de cartum.<sup>10</sup>

Há quem vá ainda mais longe ao abordar a relação entre a caricatura e o humor gráfico como um todo, como fez o historiador Gilberto Maringoni em sua tese de doutorado sobre as representações contidas na arte de Angelo Agostini:

---

<sup>10</sup> Como forma de sinalizar tal questão idiomática, neste trabalho as palavras “charge” e “cartum” são empregadas como sinônimos, a fim de lembrar que embora sejam consideradas gêneros textuais distintos na língua portuguesa, no contexto sul-africano de língua inglesa analisado neste trabalho não se costuma diferenciar a charge política que comenta um acontecimento de conhecimento público circunscrito em um espaço-tempo limitado do cartum humorístico que aborda relações sociais e significados que são compreendidos por um público mais abrangente do ponto de visto temporal e geográfico.

Como gênero, a caricatura envolve diferentes modalidades do desenho de humor. Estão compreendidos nela os seguintes subgêneros principais:

- A caricatura, como modalidade. É o retrato de determinada personagem, com distorções fisionômicas, destinadas a acentuar suas características físicas ou psicológicas;
- A charge política. Refere-se a um acontecimento ou conjunto de eventos delimitados em determinado período de tempo. Por exemplo, uma charge sobre D. Pedro II escorregando numa casca de banana, colocada no chão pelo senador Saraiva só é imediatamente compreendida pelos contemporâneos dos dois personagens, no Brasil;
- O cartum. Desenho humorístico atemporal e, geralmente, universal. Tomando o exemplo anterior, a cena de um personagem indeterminado escorregando numa casca de banana é compreendida e pode ter sua graça em qualquer tempo ou lugar;
- A história em quadrinhos, narrativa sequencial ilustrada atemporal ou não;
- A ilustração. Geralmente é o desenho interpretativo de determinado texto, evento ou conjunto de eventos. (MARINGONI, 2006, p. 26-27)

Para Maringoni, não apenas a caricatura é a fonte de todo humor gráfico, como também as histórias em quadrinhos compõem o mesmo grande gênero. Tal compreensão hoje pode ser considerada defasada em virtude das elaborações teóricas consolidadas desde então. Em 1985, ao publicar seu livro “Quadrinhos e Arte Sequencial”, o cartunista e quadrinista estadunidense Will Eisner inaugurou a noção de que as histórias em quadrinhos seriam uma modalidade de outro tipo de linguagem, não necessariamente relacionada ao humor, como haviam sido as primeiras tiras em quadrinhos no começo do século XX. Em 1993, tal concepção foi ampliada por Scott McCloud em “Desvendando os Quadrinhos”. Para McCloud, o termo “arte sequencial” seria deveras abrangente, e as histórias em quadrinhos precisariam de uma descrição conceitual mais específica. No processo de “desvendar” tal conceituação, o autor chegou à ideia de “imagens pictóricas e outras justapostas em sequências deliberada” como definidora do que é uma história em quadrinhos enquanto linguagem dissociada da caricatura e do humor gráfico (MCLOUD, 1995, p. 9). Apesar do esforço de McCloud, é comum que o campo de estudos centrados nas histórias em quadrinhos seja referido como “*Comic Studies*”, “estudos de Histórias em Quadrinhos” ou “estudos em Arte Sequencial”. Essa leitura, por sua vez, vai em direção contrária à exposta por Maringoni, compreendendo histórias em quadrinhos como uma linguagem distinta dos cartuns e charges. De maneira parecida, a relação da historiografia com histórias em quadrinhos, de um lado, e charges e cartuns, de outro, também se escreveu em movimentos distintos.

Como foi dito, apesar de ser possível encontrar estudos sobre quadrinhos, charges e cartuns desde o início da década de 1920, a análise dessas representações gráficas só passou a configurar um movimento compreendido como relevante para a pesquisa

histórica no passado recente, notadamente nos últimos 15 anos. Márcio Rodrigues, em sua dissertação de mestrado defendida em 2011, comentou a respeito:

Pode-se argumentar, contrariando tal afirmação, que já existia uma expressiva quantidade de trabalhos sobre charges e caricaturas entre os historiadores. Citemos aqui o trabalho de Mauro César Silveira, doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sobre como a Guerra do Paraguai foi motivo de zombaria entre os caricaturistas nos anos de 1860 (SILVEIRA, 1996). E ainda o livro de Rodrigo Patto de Sá Motta sobre as caricaturas veiculadas na imprensa entre 1961 e 1964, no sentido de construir e divulgar representações negativas a respeito da figura de João Goulart (MOTTA, 2006). Por mais que se reconheça por meio destes trabalhos que os historiadores não estão assim tão alheios à cultura visual ou “matéria visual”, nos dizeres de Ivan Gaskell (1992, p. 237-271), existem diferentes expectativas que as pessoas, no geral, têm ainda das HQs e de suas parentes, a charge e a caricatura, com a política e seu destaque na apresentação gráfica do jornal, pelo fato de seu aspecto mais editorial, avalizado pela publicação”. Já as Histórias em Quadrinhos – como afirmamos – nem sempre são bem vistas e não foi sempre que se atribuiu a elas uma função política. (RODRIGUES, 2011, p. 18-19)

A leitura de Rodrigues se refere ao tipo de associação presente no tipo de conceituação elaborada por Maringoni, que na prática compreendeu as histórias em quadrinhos não como linguagem a ser utilizada para construção de narrativas diversas, com intencionalidades distintas, e gêneros variados, mas sim como uma forma de representação estanque, refém de temáticas humorísticas e/ou direcionadas unicamente ao público infantil. Essas associações, para Rodrigues, permaneceram funcionando como barreiras para a exploração das histórias em quadrinhos como fonte e objeto da pesquisa histórica, mesmo com a renovação promovida ao longo do século.

Não deixa de ser irônico que isso seja constatado justo a respeito de uma linguagem que já se popularizava em diversos cantos do mundo na década de 1920, quando a Escola dos Annalles construiu novos paradigmas historiográficos que alargaram os limites da ciência histórica em vigor até então. Mais tarde, os historiadores da chamada Nova História proposta pela terceira geração da Escola levaram a cabo a ampliação de tal conceito, que já vinha sendo revisto há algum tempo, buscando, dessa forma, ampliar igualmente o campo de visão da História como ciência. Arquitetura, artes plásticas, músicas, cinema... todo tipo de texto que pode ser entendido como testemunho histórico sobre a sociedade que o produziu, sendo então fontes e objetos a serem encarados pelas investigações historiográficas.

Jacques Le Goff e seus contemporâneos, no entanto, ignoraram os quadrinhos. Talvez por ainda desejarem resguardar à ciência histórica um pouco da seriedade erudita considerada necessária para fazer valer seu estatuto de ciência, talvez por simplesmente

não terem tido contato suficiente com os quadrinhos para perceberem seu potencial como testemunhas da História, não há como saber. O que se sabe é que os quadrinhos foram pouco utilizados como ferramentas de análise histórica, apesar de haverem esforços para mudar esse panorama, tanto por parte de sua produção, que há quase um século extrapola em muito o formato de “tiras” e o conteúdo cômico-anedótico responsáveis por sua popularização no começo do século XX, quanto por parte da sua audiência que, ao se acostumar com tal formato, passou a permitir que as histórias explorassem novas possibilidades dentro da linguagem da nona arte. Dessa forma, os quadrinhos puderam propor inovações no que tange à construção de narrativas, distanciando-se do formato inicial de “história contada com imagens e palavras” para constituir uma linguagem própria, aonde imagens e palavras são elementos de uma nova forma de se contar uma história, juntando-se em um. Como linguagem particular que é, tem suas próprias maneiras de ser pensadas, produzidas e lidas (RAMOS, 2009). Segundo Rodrigues, a abordagem das histórias em quadrinhos por profissionais do campo da História incrementou especificamente a capacidade de análise delas como produto social.

Encontramos mais referências sobre o objeto quadrinhos entre autores da Comunicação Social – que até pouco tempo incorporaram o objeto quadrinhos como se fosse de exclusivo domínio. A análise do conteúdo textual e imagético das HQs atrelada ao contexto histórico não constituía antes uma prioridade desses estudiosos. Mesmo aqueles que pretendiam realizar um esforço histórico, assumiam, por vezes, um viés estritamente factual. (RODRIGUES, 2011, p. 18-19)

Sobre o papel das Histórias em Quadrinhos como fonte e objeto da História como ciência, Rodrigues reflete:

As HQs podem ser uma fonte para a história, mas desde que não sejam interpretadas, em virtude do seu caráter de matéria ficcional, como um registro que passa à margem do social. Tendo em conta que quadrinhos, como qualquer outra prática cultural, são produzidos em um determinado tempo e espaço, é possível atribuir a eles uma participação no mundo social, até mesmo de natureza política e ideológica (2011, p. 18-19).

As ponderações levantadas por Rodrigues sugerem que, diferente do que já vinha sendo feito com as charges e cartuns há mais tempo, o lugar-comum das pesquisas acadêmicas que se centram na análise de histórias em quadrinhos acabam por limitar-se ao conteúdo das HQs. Dessa forma, as complexas relações de produção e circulação das histórias eram relegadas a um segundo plano que poucas vezes costumava ser acionado.

A esse lugar comum se opõem “Sobre Histórias em Quadrinhos e Homens – Uma História Cultural das Histórias em Quadrinhos Americanas”, do historiador francês Jean-Paul Gabilliet, professor da Université Michel de Montaigne-Bordeaux III. Nesse livro, Gabilliet (2005) é fiel ao seu subtítulo e buscou construir uma História Cultural das HQs nos EUA em três partes: na primeira, sugeriu uma periodização da história das HQs; na segunda, analisou as relações estabelecidas pelos produtores e consumidores dos quadrinhos, os “atores do campo” em sua compreensão ancorada em Bourdieu; na terceira, dedicou-se a compreender a mudança do estatuto dos quadrinhos na hierarquia cultural dos Estados Unidos da América ao longo do século XX.

Nesse sentido, é compreensível que a obra de Gabilliet (2005) seja considerada por Rodrigues um exemplo do tipo de pesquisa que historiadores podem fazer a partir das Histórias em Quadrinhos, considerando o contexto de produção e circulação das obras como já se fazia com as charges e cartuns ao mesmo tempo que reconhecer os quadrinhos enquanto linguagem autônoma e capaz de sustentar narrativas dos mais diversos gêneros, não sendo única e exclusivamente uma mera modalidade da caricatura e do humor gráfico.

Curiosamente, apesar de partir da compreensão de que quadrinhos e charges são produções visuais ancoradas em linguagens distintas, o tipo de análise feita por Gabilliet (2005) dialoga com o que Thomas Milton Kemnitz propôs em seu seminal artigo “O Cartum como Fonte Histórica”<sup>11</sup> em 1973. Ainda na década de 1970, o então professor assistente da Universidade de New Hampshire estruturou uma abordagem contextualista para o trato dos cartuns como fonte histórica, tomando como referencial sua experiência no estudo da História Política dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX através das charges publicadas a respeito das disputas partidárias naquela sociedade.

Para Kemnitz (1973), há seis questionamentos centrais que uma investigação historiográfica deve fazer aos cartuns:

- 1) quem são os artistas?;
- 2) qual é sua audiência?;
- 3) como alcança sua audiência?;
- 4) que linguagem e quais símbolos utiliza?;
- 5) qual função pretende desempenhar?;
- 6) qual sua relação com outros meios de comunicação?;

---

<sup>11</sup> “*The cartoon as historical source*”, no original em inglês.

Apesar de ter sido criada para a análise de charges políticas publicadas em jornais periódicos, essa proposta metodológica é aplicável também aos quadrinhos sem que haja dano à interpretação de que os dois objetos (cartuns e quadrinhos) configuram linguagens distintas. Por envolverem operações artísticas aproximadas, as questões associadas à composição visual postas pelo historiador norte-americano são instrumentos interessantes para analisar revistas em quadrinhos. Por mais que haja diferenças entre os dois tipos de fonte, em termos práticos (cadeia de produção e meio de publicação, por exemplo) e narrativos (nos quadrinhos, a sequência de imagens é pré-requisito para a construção narrativa, enquanto nos cartuns a história pode ser contada em apenas uma imagem), as questões levantadas por Kemnitz ajuda a elencá-las, situando as fontes analisadas em seu contexto de produção e circulação.

Tal abordagem contextual foi exatamente o que Rodrigues (2011) sentiu falta ao comentar a respeito do lugar-comum, nas pesquisas acadêmicas do campo da comunicação, que se debruçavam sobre Histórias em Quadrinhos no começo da década de 2010. É como se essa produção se ocupasse bastante com as Histórias em Quadrinhos, mas não o suficiente com as pessoas e as dinâmicas sociais que residem na produção e na circulação do seu objeto de estudo. É importante dizer que, ao longo dos últimos dez anos, o crescimento de eventos como as Jornadas Internacionais de Quadrinhos, em 2011, a fundação da Associação de Pesquisadores em Arte-Sequencial (ASPAS), em 2012, e o fortalecimento do Observatório de Histórias em Quadrinhos da USP ajudaram não apenas a disseminar a pesquisa acadêmica sobre Histórias em Quadrinhos multidisciplinarmente, como também a qualificar esse cenário que Rodrigues (2011) caracterizou.

Tal qualificação da produção passou por encarar de maneira mais formal o papel dos quadrinhos como produto social, de modo parecido ao que já se tornou usual quando falamos da imprensa jornalística, em particular dos periódicos. Esse enquadramento dos periódicos foi bem direcionado pela historiadora Tânia Regina de Luca (2005) em seu texto “A História dos, nos e por meio dos periódicos”, quando salientou que a análise dessa sorte de fontes precisa considerar

[...] a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. (LUCA, 2006, p. 139)



Foi a partir dessas compreensões e buscando colocar em prática tais direcionamentos que esta pesquisa se erigiu, compreendendo como Lima (2014) que essa mesma matriz de análise deve e pode ser aplicada tanto aos periódicos e às charges veiculadas neles quanto às histórias em quadrinhos.

### **III – Apartheid e a História da África do Sul**

Realizar uma pesquisa sobre produtos culturais direcionados a um público sul-africano, todavia, demanda a consideração do lugar do *apartheid* dentro dos estudos históricos, assim como também o próprio lugar do continente africano na produção historiográfica produzida fora de África.

Há um anacronismo comum na compreensão das Histórias da África que paira sobre toda e qualquer menção ao continente e seus povos fora do ambiente acadêmico: a noção tácita de uma África que pertence exclusivamente a um tempo passado, distante e longínquo. Mesmo quando o tema é contemporâneo, a percepção de um suposto “atraso” curiosamente chega adiantada às lentes que analisam povos e processos históricos africanos. Culpe-se o saldo das experiências coloniais no continente, ou a referência eurocêntrica de História (com “H” maiúsculo) que toma as dinâmicas europeias como marco de atualidade e delega às dinâmicas outras o lugar de resquícios primitivos, o fato é que esta retórica se faz presente mesmo em discursos politicamente engajados, alimentados das melhores intenções. Quando guiado por intenções não tão boas, por outro lado, esta noção constrói argumentos que fazem a anacrônica compreensão hegeliana de que em África “não pode haver, na realidade, história”, parecer pouco ofensiva. Como Zamparoni (2007) sintetizou ao analisar as concepções costumeiramente evocadas e expressas no Brasil,

Com certa simplificação, podemos dizer que, de maneira geral, prevalece em um polo certa imagem hegeliana, e, no outro, não menos exotizante, uma "Mama África", originária, profunda, virgem, paradisíaca, que serviria de inspiração para uma política antirracista no Brasil: persegue-se uma história da "verdadeira África", de um tempo na qual esta viveria num paraíso, conspurcado pelo colonialismo. Os africanos e a África que se busca sob esta perspectiva é aquela colocada num freezer, onde a cultura se inscreve num tempo mítico, que se repete, onde não há criação, nem história. Essa imagem mitificada da África tem dado lugar a usos e abusos. Nessa mesma ótica cria-se um tipo "o africano", uma cultura "africana" que supostamente corresponderia ao continente. É difícil crer que essa busca de inspiração, a-histórica, na história, possa efetivamente ajudar de

maneira sólida na formação de uma consciência política e social antirracista. (ZAMPARONI, 2007).

Essas duas concepções irreais e a-históricas sobre a África e os povos africanos são desafiadas pela História do *apartheid* sul-africano. Para compreender o quanto a realidade histórica destoa dos mitos é necessário dar dois passos para trás e compreender rapidamente o processo de implementação do *apartheid* enquanto política estruturante do Estado sul-africano<sup>12</sup>. Segundo o *South African History Online*, portal *online* criado no ano 2000 para facilitar e fomentar o acesso à história do país, o regime é definido de modo resumido desta forma:

Traduzido do africâner, significa "separação, foi a ideologia apoiada pelo governo do Partido Nacional e foi introduzido na África do Sul em 1948. *Apartheid* defendia o desenvolvimento separado de grupos raciais diferentes na África do Sul. No papel, parecia apelar ao desenvolvimento igualitário e liberdade de expressão cultural, mas, pela forma como foi implementado, isso se tornava impossível. As leis instituídas pelo *apartheid* forçavam os grupos raciais distintos a viverem separadamente e se desenvolverem separadamente, e de forma grosseiramente desigual.<sup>13</sup> (A HISTORY OF APARTHEID IN SOUTH AFRICA, 2018)

O fato de o regime de segregação racial ter sido institucionalizado em 1948 pode despertar estranheza diante da lembrança de que a política de Estado que simboliza a epítome do racismo e da eugenia no século XX fora derrotada apenas alguns anos antes. Se a Solução Final nazista, que exterminou mais de 6 milhões de pessoas consideradas uma ameaça à perfeição racial ariana a ser instaurada pelo III Reich, tombou em 1945, com estatuto imediato e universal de monstruoso crime contra a humanidade. Essa associação, somada à memória hodierna que se tem do fim do *apartheid* como resultado de uma grande campanha que articulou todo o planeta contra a segregação racial, pode facilmente encapsular a existência do *apartheid* como um exemplo recente de fenômeno social pertencente a uma dinâmica “atrasada” que sobreviveu na África do Sul para além do limite imposto pela razão ocidental.

---

<sup>12</sup> Neste ponto é necessário lembrar que o *apartheid* não inaugurou as práticas de segregação racial no território que hoje entendemos como sul-africano: diferentes arranjos segregacionistas, de maneira difusa, fizeram parte da história da região desde o estabelecimento da Colônia do Cabo no século XVII, atravessando o domínio britânico do terreno e chegando aos dias da União Sul-Africana independente, em 1910. (DUBOW, 1989; DUBOW, 2014).

<sup>13</sup> “Translated from the Afrikaans meaning 'apartness', apartheid was the ideology supported by the National Party (NP) government and was introduced in South Africa in 1948. Apartheid called for the separate development of the different racial groups in South Africa. On paper it appeared to call for equal development and freedom of cultural expression, but the way it was implemented made this impossible. Apartheid made laws forced the different racial groups to live separately and develop separately, and grossly unequally too.”

O erro dessa linha de raciocínio está em ignorar alguns fatores cruciais para a compreensão do *apartheid* enquanto fenômeno histórico. O primeiro deles é o processo de construção da base ideológica sobre a qual o *apartheid* se sustentou. O regime foi idealizado e implementado pelo Partido Nacional, criado como maior expressão política do movimento nacionalista africânder<sup>14</sup>. A base racional desse movimento era essencialmente religiosa aos moldes da Igreja Reformada Neerlandesa, tomando o povo africânder como povo escolhido por Deus para governar e prosperar na África do Sul. Como explica Saul Dubow,

O próprio termo africânder assinala o desejo de partes dos nacionalistas de se identificarem como africanos brancos, carregadores da tocha da civilização cristã, unidos por uma única cultura e uma única missão. As tribos africanas encontradas pelos bôeres eram frequentemente hostis e somente através da demonstração de uma determinada fortaleza e pela graça de Deus foi que conseguiram superar as constantes ameaças à sua existência - como demonstrou sua vitória sobre os guerreiros Zulu, amplamente maiores em número, no Rio de Sangue em 1838.<sup>15</sup> (DUBOW, 2014, p. 17, tradução minha)

Formado majoritariamente por descendentes de neerlandeses reformados do interior dos Países Baixos que fugiam da perseguição religiosa travada no bojo da reforma protestante europeia, tal grupo passou a se identificar como povo no processo de invasão e assentamento no território do Cabo, como assinala Dubow. Obermeyer chama atenção para o conteúdo dessa a ideia de provação divina no estabelecimento dessa identidade, no século XIX:

No uso comum ou popular, o nacionalismo africânder, ou o termo "africânder" em si mesmo [...], traz em si a ideia dos sofrimentos (enfrentados) e da determinação (exigida) do povo *africânder*, no século XIX. Continuando esse padrão de luto e provação, os africânderes ainda sofreram nas mãos dos britânicos depois de sua grande jornada para o interior, com a Guerra Sul-Africana ou anglo-africânder, e a seguida dominação inglesa, na sociedade sul-africana na era pós-guerra, com a marca registrada da pobreza africânder que se seguiu, o que, por sua vez, criou as condições para o surgimento das tendências nacionalistas.<sup>16</sup> (OBERMEYER, 2016, p. 9)

---

<sup>14</sup> Africânder, ou bôer, é o termo geralmente utilizado para se referir à população branca sul-africana que descende dos colonizadores vindos da Europa Ocidental, em particular os calvinistas holandeses, alemães e dinamarqueses, e os huguenotes franceses, que se estabeleceram nos séculos XVII e XVIII na África do Sul, cuja colonização disputaram com os britânicos. (AFRICÂNDERES, 2019)

<sup>15</sup> "The very term 'Afrikaner' signaled a desire on the part of Nationalists to identify as white Africans, torchbearers of Christian civilization drawn together by a unique culture and calling. The African tribes encountered by the Boers were often hostile and it was only through feats of stubborn fortitude and by the grace of God that they overcame constant threats to their existence—as the defeat of the vastly more numerous Zulu warriors at Blood River in 1838 so vividly showed."

<sup>16</sup> "In common or popular usage, Afrikaner nationalism, or the term 'Afrikaner' itself, as mentioned in the quote above, gives one an idea of the 19th century sufferings and determination of the Afrikaner people. Continuing with this pattern of grief, the Afrikaners also suffered at the hands of the British after their trek inland, with the South African War and the later Anglo- Afrikaner domination of South African

O contexto pintado pelas palavras de Dubow (2014) e Obermeyer (2016) dá mais cor à visão africânder sobre sua própria história, a despeito do trajeto concreto deste povo. Os reformados neerlandeses e huguenotes franceses que se estabeleceram na região do Cabo da Boa Esperança entre os séculos XVI e XVIII não o fizeram almejando construir uma nação ou Estado étnico-religioso, mas sim atuar como operadores dos lucrativos negócios da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais enquanto praticavam sua fé cristã heterodoxa em um local onde ela não representava uma ameaça às suas vidas. Não que ameaças não existissem, uma vez que não faltavam adversários para os agentes da empresa neerlandesa ali assentados: os povos San e Khoi-Khoi, assim como os antepassados dos povos Nguni (Zulu, Xhosa, Swazy e Ndebele), Sotho-Tswana (Tswana, Pedi e Sotho), Lemba, Venda e Tsonga, eram os inimigos nativos da colonização holandesa, e a ameaça de uma invasão inglesa pairou sobre a região ao longo do intervalo de mais de século e meio entre o início da primeira guerra anglo-neerlandesa, em 1652, e o fim da quarta e última, em 1784. A esse período de constante combate e tensão se seguiu a crescente presença marítima francesa na Colônia Neerlandesa do Cabo durante a ocupação dos Países Baixos por Napoleão, e o conseqüente avanço britânico sobre a colônia a partir de 1795. A dominação britânica foi institucionalizada em 1806 no Cabo e permaneceu por décadas até ser instaurada na maior parte da região em torno do Cabo em 1820. Foi ao longo desse processo de fim de derrota nas guerras anglo-neerlandesas e fim do domínio dos Países Baixos na região que começou a ser elaborada a noção de que os descendentes daqueles europeus assentados na região há séculos constituíam um povo ali forjado, um *afrikaner volk* (nação africânder) em meio a *afrikaanse meense* (povos africanos), no dialeto derivado do neerlandês praticado por eles. Enquanto isso ocorria, os agora já chamados africânderes migraram de maneira espaçada para regiões mais continentais e distantes do controle britânico até a década de 1830, quando o volume desse êxodo foi elevado exponencialmente no que ficou conhecido a Grande Jornada. Esse movimento de migração em massa foi protagonizado pelos *vootrekkers* (“pioneiros”, em africâner), que se direcionaram para os territórios onde fundaram o Estado Livre de Orange e a República do Transvaal, conhecidas como Repúblicas Bôeres. Além de migrar para o norte do Cabo, onde fundaram tais repúblicas, o deslocamento também se direcionou para a costa leste na direção da colônia de Natal (atual província de KwaZulu-

---

society in the post war era, with the trademark Afrikaner poverty that followed, which in turn created the conditions for nationalist tendencies to rise.”

Natal), onde então estava estabelecido o Reino Zulu, que repeliu com certa facilidade os viajantes africânderes. E quando os boêres encontraram consideráveis jazidas de ouro e diamante nos territórios de suas Repúblicas, o Império Britânico iniciou seus trabalhos para pôr as mãos em tais fontes de riqueza, o que culminou nas duas Guerras Anglo-Boêres (1880-1881 e 1899-1902): a primeira, vencida pelos boêres que conquistaram o direito de manter seus Estados e sua independência administrativa; e a segunda, vencida pelo Império Britânico, que anexou os dois Estados Boêres à União Sul-Africana. A segunda guerra, por sinal, foi um ponto de virada da história militar mundial em virtude dos avanços tecnológicos e estratégicos adotados pelo exército britânico contra os africânderes, que na última fase do confronto chegaram a recorrer à tática de guerrilhas rurais. O legado dessa segunda guerra anglo-boêr, portanto, foi a humilhação dos africânderes, que voltaram a ser submetidos pelo poder britânico, daquela vez, com um nível de violência semelhante ao que assombraria a Europa nas imagens da Primeira Guerra Mundial. É importante lembrar que foi na Segunda Guerra Anglo-Boêr que o termo “campos de concentração” foi registrado pela primeira vez, referindo-se aos campos construídos pelos britânicos para aprisionar os civis africânderes vitimados pela tática de “terra arrasada” usada pelo exército imperial – o exército passou, a partir de 1900, a incendiar as plantações das fazendas boêres a fim de minar a tática de guerrilha empregada pelas forças africânderes, e os civis que dependiam daquelas plantações para sobreviver passaram a ser empilhados nos campos, onde sofriam com abusos, torturas e surtos de sarampo, tifo e outras doenças.

Colocando esta trajetória em perspectiva, as palavras de Dubow (2014) e Obermeyer (2016) ganham mais sentido, uma vez que esse discurso de cunho religioso que exaltava os sofrimentos enfrentados terminava por cunhar uma identidade nacional a partir de uma monumentalização da memória sobre o sacrifício enfrentado coletivamente ao longo do século XIX.

O movimento nacionalista africânder, portanto, se fortaleceu na transição do século XIX para o XX, à medida que os colonos africânderes passaram a se constituir como povo em oposição não somente aos colonizadores britânicos, mas também aos nativos africanos. Foi este ideário que permitiu o surgimento do Partido Nacional (*National Party*) em 1914 e o fortalecimento de uma concepção nacional-cristã em torno de uma causa africânder, que tinha pilares racializados muito bem definidos (DUBOW, 1992). Tal racialização era fruto da própria configuração colonial sul-africana, pois o empreendimento colonial europeu buscou desde os seus primeiros momentos controlar a

movimentação e a concentração de nativos africanos negros nos arredores das moradias brancas. Dessa forma, a segregação racial não era novidade na região no começo do século XX, pois, como o historiador Nicholas Waddy (2010) argumentou no artigo produzido a partir de sua dissertação de mestrado,

Isto significava que os negros seriam governados pelos brancos, estariam sujeitos às leis de passe para mantê-los tão longe quanto possível das cidades nas "reservas nativas", e seriam mantido estritamente separados dos brancos na maioria dos domínios sociais, educacionais e ocupacionais. O *United Party*, de qualquer maneira, percebeu que este sistema segregacionista estava sob pressão, por exemplo, da necessidade crescente de mais trabalhadores negros nas cidades em ordem de manter o crescimento econômico que a África do Sul experimentou no período da [Segunda] Guerra [Mundial]. Assim, modificações no sistema seriam necessárias de tempos em tempos, especialmente se e quando negros se provassem merecedores de maior confiança, de acordo com a visão do *United Party*. (WADDY, 2010, p. 2)<sup>17</sup>

O narrado por Waddy (2010) demonstra que, apesar da segregação racial nos anos 1940 ser uma consolidada dinâmica construída desde o processo de colonização da África do Sul, havia por parte do *United Party* (defensor da superação das diferenças entre britânicos e africânderes) a compreensão de que essas políticas precisavam ser constantemente reavaliadas, levando-se em consideração a demanda das cidades por mão de obra de baixo custo.

Porém, para os nacionalistas africânderes, a revisão das regras de passe representava uma ameaça concreta à sua existência.

Eles estavam profundamente perturbados pelo progresso do liberalismo racial na África do Sul e no mundo como um todo. O movimento de negros para as cidades na África do Sul, que parecia para o *United Party* ser [a solução para] uma necessidade econômica, era visto pelos Nacionalistas como uma catástrofe social, que trazia consigo o aumento na criminalidade, maior miscigenação racial e quem sabe até mesmo a extinção do povo africânder. Para combater esses males, os Nacionalistas advogavam por uma nova e grosseiramente definida política chamada "apartheid" ou "separação", que visava o fortalecimento da velha política de segregação. Eles até mesmo adotaram o ambicioso objetivo de longo-prazo da total separação territorial entre negros e brancos. (IDEM)<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> "This meant that blacks would be governed by whites, would be subject to pass regulations to keep them as much as possible in the "native reserves" and out of the cities, and would be strictly separated from whites in most social, educational, and occupational domains. The United Party did, however, realize that this segregationist system was under pressure, for example, by the need for more black workers in the cities in order to maintain South Africa's wartime economic boom. Thus, modifications in the system would from time to time be required, especially if and when blacks proved themselves worthy of greater trust, as the UP saw it."

<sup>18</sup> "They were deeply troubled by the progress of racial liberalism in South Africa and in the world as a whole. The movement of blacks to the cities in South Africa, which seemed to the United Party to be an economic necessity, seemed to the Nationalists to be a social catastrophe, which portended a higher crime

Em suma, o regime de *apartheid* foi formulado pelos nacionalistas africânderes quando ascenderam ao poder no parlamentarismo sul-africano, imbuídos da interpretação de que a flexibilização da segregação racial na África do Sul constituía mais um dos obstáculos à sua existência naquela terra. Por essa ótica, o estabelecimento do *apartheid* foi um grande ponto de virada para uma certa percepção coletiva africânder.

O povo africânder, que há muito se via como inferior, foi motivado pela política de *apartheid*, posto que ela lhes deu um propósito e falava de uma visão moral para o país. A adoção da política segregacionista então sinalizava a crescente confiança coletiva no *volk*<sup>19</sup> *afrikaner*. O plano às mãos era o de projetar a visão moral e ética do *volk* na sociedade africana, esculpindo nela sua própria imagem.<sup>20</sup> (OBERMEYER, 2016, p. 10-11)

Mais do que implementar políticas de segregação raciais, o objetivo do Partido Nacional *afrikaner* era fazê-las funcionar efetivamente e ser capaz de garantir sua manutenção. Neste ponto, é importante traçar a trajetória dessas ações para compreender como se encaixam no momento sócio-histórico em que ocorreram. E, para tanto, a base inicial de sua realização foi propagar o que o Partido compreendia como *apartheid*.

Quando Daniel François Malan (1874 - 1959) [liderança africânder que se tornaria o primeiro-ministro 1948] falou pela primeira vez sobre *apartheid* no parlamento, em 1944, ele explicou que o sistema deveria ser algo diferente do que se considerava uma ideia negativa de segregação, e que em vez disso se trataria de um sistema positivo dentro do qual todos os vários grupos étnicos na África do Sul conseguiriam se desenvolver dentro de seus próprios termos culturais. Malan sustentou que o *apartheid* era um sistema positivo e não-repressivo que se baseava no chamado divino ao povo africânder e no seu destino historicamente privilegiado para converter os pagãos ao cristianismo sem diluir sua identidade nacional e cultural. (OBERMEYER, 2016, p. 10)<sup>21</sup>

---

rate; greater interracial co-mingling; and perhaps even the extinction of the Afrikaner people. To combat these evils, the Nationalists advocated a new and rather poorly- defined policy called “apartheid”, or “separateness”, which envisioned a strengthening of the old policy of segregation. They even adopted the ambitious long-term goal of total territorial separation of blacks and whites.”

<sup>19</sup> Palavra *afrikaans* que expressa a noção de povo enquanto conjunto coeso e unido, como entidade, como nação.

<sup>20</sup> “The Afrikaner people, who had long seen themselves as inferior, were motivated by the policy of apartheid as it gave them purpose and spoke of a moral vision for the country. The adoption of this segregationist policy thus signaled the growing collective confidence of the Afrikaner Volk. The plan at hand was to project the moral and ethical vision of the Volk onto South African society, after its own image.”

<sup>21</sup> “When Daniel François Malan (1874 - 1959) spoke about apartheid in parliament for the first time in 1944, he explained that it was meant to be different from what was considered to be the negative idea of segregation, and that it would rather be a positive system within which all the various ethnic groups in South Africa could uplift themselves within their own cultural framework. Malan maintained that apartheid was a positive and non-repressive system which was based on the Afrikaners’ divine calling and even on their historically privileged destiny to convert the heathen to Christianity without watering down their national and cultural identity.”

Era essa a noção propagada mundo afora e “comprada” internacionalmente em um primeiro momento. Ela só começaria a se fragilizar diante da opinião pública internacional na década de 1960, quando a natureza violenta do regime se tornou visível. Foi no esforço de contenção a essa crise de imagem que o governo sul-africano erigiu uma gigantesca máquina de propaganda, inicialmente secreta, mas que, após tornar-se pública, com as denúncias do escândalo da informação, se estabeleceu como política de Estado até o fim do regime.

O desafio colocado para o governo sul-africano sobre convencer a opinião pública dentro e fora da África do Sul do quão positivo era o regime de *apartheid*, entretanto, também envolvia a necessidade de se justificar econômica e politicamente perante o mundo. Windrich (1989) mapeou a articulação que o governo sul-africano fez para angariar apoio dos Estados Unidos ao longo das décadas de 1970 e 1980: visitas pagas para congressistas e jornalistas dos EUA visitarem o país ou áreas de interesse do governo e sob sua coordenação, como Namíbia e Angola, visando angariar apoio para matérias em tramitação nos EUA que tinham importância estratégica para a sobrevivência do regime e sua expansão econômica; tentativa de comprar o *Washington Star* e compra de participação no *Washington Times* através de uma organização religiosa. (WINDRICH, 1989, p. 4-5)

O sucesso dessas iniciativas era alcançado: *think tanks* da direita estadunidense estabeleciam a imagem da República Sul-Africana como grande baluarte da luta anticomunista na África, com alguns líderes de influência na direita fundamentalista religiosa dos EUA, como Pat Robertson, da CBN<sup>22</sup>, e Jerry Falwell, da *Moral Majority*<sup>23</sup>, vocalmente apoiando o regime. Nas palavras de Falwell, "o problema número 1 na África do Sul não é o *apartheid*, é o comunismo", ao que seguia defendendo o apoio ao domínio *afrikaner* visto que "a única alternativa ao presente governo é a dominação soviética" (WINDRICH, 1989, p. 7).

A participação de tais setores da direita estadunidense foi fundamental para minimizar o máximo possível o boicote econômico por parte dos EUA. Windrich (1989) enumerou os argumentos evocados pela propaganda sul-africana a fim de convencer a opinião pública estadunidense de que embargar a África do Sul era um mal negócio:

---

<sup>22</sup> *Christian Broadcast Network*, a primeira rede de TV cristã dos EUA, fundada em 1960 pelo próprio pastor pentecostal Pat Robertson.

<sup>23</sup> Grupo cristão de direita, fundado em 1979 pelo ministro batista Jerry Falwell.



Quando a visão comercial dos EUA coincidia ou beneficiava a África do Sul, ela frequentemente aparecia no material de propaganda disseminado pelo regime de Pretória, especialmente através da Fundação África do Sul, organização semi-independente, orientada para assuntos econômicos. Tais visões, frequentemente inconsistentes ou incompatíveis entre si, ou então simplesmente falsas, podem ser brevemente resumidas da seguinte forma: os EUA devem comercializar e investir na África do Sul como fazem com todos os outros países; companhias baseadas nos EUA provêm emprego e melhores condições de trabalho para os sul-africanos negros; desinvestimento e/ou sanções impactariam de modo mais negativo os sul-africanos negros; sul-africanos negros são contra o desinvestimento e/ou sanções; sanções destruiriam a economia sul-africana; sanções nunca funcionaram em lugar algum; os minerais sul-africanos são essenciais para a indústria e para a defesa dos EUA; a África do Sul, um "aliado amistoso", defende a rota do Cabo em nome dos interesses estadunidenses<sup>24</sup> (WINDRICH, 1989, p. 56-57)

Ao ser bem sucedida em algumas dessas iniciativas de interferência na deliberação estadunidense a respeito de sua relação com a África do Sul, o governo sul-africano se mostrou antenado com o que havia de mais atual na época em termos de práticas de diplomacia. Nicholas Cull (2008) argumenta que a grande novidade da área no período foi a “diplomacia pública”, termo cunhado em 1965, definido pelo autor da seguinte forma:

[...] Se diplomacia é a tentativa feita por um ator internacional de conduzir sua política externa através do contato com outros atores internacionais (tradicionalmente contatos entre governos), então diplomacia pública é a tentativa feita por um ator internacional de conduzir sua política externa através do contato com públicos estrangeiros (tradicionalmente contatos entre governos e pessoas). [...] A inovação americana na Guerra Fria foi designar um termo guarda-chuva para todo esse trabalho – ‘diplomacia pública’ -, largamente como uma alternativa ao termo ‘propaganda’, mais familiar, porém esvaziado [naquele contexto].<sup>25</sup> (CULL, 2008, p. xv-xvi)

---

<sup>24</sup> “When US business views coincide with, or are to the advantage of, South Africa, they frequently appear in the propaganda material disseminated by the Pretoria regime, especially through the semi-independent, business-oriented South Africa Foundation. Such views, often inconsistent or incompatible with each other or simply untrue, can be briefly summarized as follows: The US should trade with and invest in South Africa as it does with all other countries; US companies provide employment and better working conditions for black South Africans; Disinvestment and/or sanctions would hurt black South Africans most; South African blacks are against disinvestment and/or sanctions; Sanctions would wreck the South African economy; Sanctions never work anywhere; South African minerals are essential for US industry and defense; South Africa, "a friendly ally", defends the Cape route for US interests”

<sup>25</sup> “(...) if diplomacy is an international actor's attempt to conduct its foreign policy by engaging with other international actors (traditionally government-to-government contact), then public diplomacy is an international actor's attempt to conduct its foreign policy by engaging with foreign publics (government-to-people contact).[...] America's innovation in the Cold War was to devise a single-portfolio term for all this work – ‘public diplomacy’ – largely, as will be seen, as an alternative to the more familiar but debased word ‘propaganda’.”

Ao mesmo tempo, a sobrevivência do regime passava pela sua habilidade de convivência com seus vizinhos. Jamie Miller abordou isso frontalmente em seu último livro, *“Um povo africano: o regime do apartheid em sua busca por sobrevivência”* (tradução minha), de 2016, e sintetizou a questão em entrevista recente:

No começo dos anos 1960, quando a descolonização começou a ocorrer, os africânderes assustaram-se com o que viam. Mas, no final daquela década, a situação mudou. Havia uma grande confiança real, uma ilusão de que o desenvolvimento separado como caminho para o futuro da África do Sul poderia tornar-se compatível com a descolonização. O que eles decidiram fazer foi perseguir um curso de ação com duas pontas, guiados pelo governo de Vorster. Por um lado, os Nacionalistas rearticularam-se como representação dos africânderes como nação africana, baseando sua legitimidade e seu direito de se governar nos mesmos termos e nas mesmas normas do nacionalismo nativista que outros regimes do continente usavam. Essa é uma guinada enorme em como nós, na condição de historiadores, compreendemos o lugar da África do Sul na política africana daquele período. O regime estava explicitamente rejeitando sua herança europeia e colonialista em um esforço de se remodelar no idioma da descolonização. Ele alegava ser completamente africano: para reclamar que tanto quanto os zambianos podiam ter um país para chamar de seu, e os marfinenses também, os africânderes também deveriam ter o mesmo direito. Os discursos europeístas começaram a ceder no cenário político, e o racismo, a exclusão política, o paternalismo, tudo isso assumiu uma nova fundação discursiva. Essa nova identidade desenhou-se sobre ideias antigas de quem os africânderes eram, enfatizando conceitos autóctones de pertencimento, e surgiu rapidamente nos holofotes políticos no fim dos anos 1960.

[...]

O outro lado da moeda foi que, se os africânderes iriam se definir então como africanos, se iriam argumentar que seu clamor por legitimidade baseava-se nas mesmas bases intelectuais daqueles acionados pelos Estados-nação pós-coloniais em África, então logicamente essa afirmação não poderia se apoiar na antiga linguagem que os brancos rodesianos e africanos do sudoeste utilizavam para afirmar seu direito de governo. Uma das maiores mudanças que aconteceram no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 - e que realmente foi impulsionado por Vorster e colonistas de grandes jornais em africâner- foi a ideia de que os africânderes eram uma população nacional e os brancos rodesianos e africanos do sudoeste não eram, portanto não possuíam o mesmo direito de existir<sup>26</sup> (MILLER, 2017, s/p)

---

<sup>26</sup> “In the early 1960s, when decolonization first unfolded, Afrikaners were terrified by what they saw. But by the late 1960s, that had changed. There was a real overconfidence, a delusion that separate development as a road map for South Africa's future could be rendered compatible with decolonization. What they decided to do was pursue something of a twin course of action, led by Vorster's government. On the one hand, the Nationalists reframed themselves as representing the Afrikaners as an African nation, articulating their legitimacy and their right to govern themselves in the exact same language and the exact same norms of nativist nationalism that other regimes were doing across the continent. This is a major shift in how we as historians understand how South Africa fits into African politics in this period. The regime was explicitly rejecting its colonialist and European heritage in an effort to rebrand itself in the language of decolonization. It was a claim to be fully African: the claim that just as Zambians get their country, and just as Ivorians get theirs, so too should the Afrikaners get theirs. The Europeanist discourses began to recede into the political background, and the racism, the political exclusion, the patronising, they all took on a new discursive foundation. This new identity drew upon older ideas of who Afrikaners were, emphasizing autochthonous concepts of belonging, and it surged into the political mainstream with real rapidity in the late 1960s.

Foi nesse cenário, em um país de maioria negra governado por uma minoria branca, com um violento sistema de segregação racial em vigor, e em meio a um agitado panorama social que os quadrinhos de *Mighty Man* e os cartuns do *Rand Daily Mail* e do *The Citizen* foram publicados.

#### **IV – As trincheiras desenhadas na Guerra de Propaganda**

A publicação das revistas em quadrinhos de *Mighty Man*, assim como as charges de *The Citizen* e *Rand Daily Mail* foram, cada qual à sua maneira, produtos culturais concebidos com o objetivo de formatar e massificar determinadas posições em torno da agenda do Partido Nacional africânder e seu regime de *apartheid*.

No caso da revista, o conteúdo se aproveitava do sucesso dos super-heróis junto ao público infante-juvenil. O título trazia a história de Danny Ndhlo, um ex-policiaforçado a se aposentar do serviço de patrulha urbana após ser baleado, que terminou por ganhar superpoderes depois de entrar em contato com uma estranha espécie subterrânea. Com suas novas habilidades, Danny decidiu voltar a fazer sua parte na manutenção da lei e da ordem nas ruas de Soweto, sob a identidade de *Mighty Man*<sup>27</sup>.

A revista *Mighty Man* foi um produto inovador no mercado editorial sul-africano na metade dos anos 1970, tanto quanto sua companheira *Tiger Ingwe*, publicada pela mesma editora. Bryce Davidson, quadrinista de Boston interessado em quadrinhos sul-africanos, analisou qual era a realidade dos títulos em quadrinhos publicados na África do Sul até então:

Mais ou menos até o surgimento da *Afri-comics*, a África do Sul estava saturada com as “revistas de foto novela”. Revistas seriadas que usavam fotografia e atores para contar histórias em um formato de quadrinhos, com balões de fala e tudo mais. Elas eram baratas, rápidas de produzir e muito populares. Além das reimpressões e importações dos

---

(...)The other side of the coin was that if Afrikaners were going to define themselves as African, if they were going to argue that their claim to legitimacy rested on the same intellectual foundations as those of African postcolonial nation-states, then logically that claim to legitimacy couldn't rest on the same older languages that Rhodesian and South-West African whites used to claim their right to govern. One of the big shifts that happened in the late '60s and early '70s—and which was really pushed by Vorster and by columnists in major Afrikaans newspapers—was the idea that the Afrikaners were a national people and the Rhodesians and South-West Africans were not and therefore didn't have the same right to exist.”

<sup>27</sup> Importante não confundir essa personagem com a homônima criada pelo quadrinista estadunidense Erik Larsen para a *Image Comics*, em 1992.

quadrinhos dos EUA, não havia quadrinhos oficialmente feitos na África do Sul.<sup>28</sup> (DAVIDSON, 2017, s/p)

O pioneiro das revistas em quadrinhos produzidas na África do Sul visava alcançar um público ainda em formação. Sendo já àquela altura as revistas em quadrinhos uma forma de entretenimento de massa, e os quadrinhos de super-heróis um produto influente da indústria cultural em todo mundo, tratava-se de uma operação de vanguarda para estabelecer uma nova base de sustentação pública para a agenda do governo. Em “*Selling Apartheid: South Africa’s Global Propaganda War*” (“Vendendo o *Apartheid*: a guerra de propaganda global da África do Sul”, em tradução livre), Ron Nixon argumentou que um ponto central para o desenvolvimento do extenso programa de propaganda secreta foi a ampliação do público-alvo do Partido Nacionalista, que agora estaria interessado em incluir na sua base apoiadora a classe média negra e urbana do país. (NIXON, 2015)<sup>29</sup>.

O contexto em que a revista esteve em circulação, entretanto, a fadou ao fim: sua publicação foi iniciada em 1975, um ano antes do Levante de Soweto, em 1976, e se manteve até 1977, ano em que Steve Biko foi sequestrado e assassinado pela polícia sul-africana<sup>30</sup>. Em nota publicada na *Southern African Magazine*, publicação organizada em

---

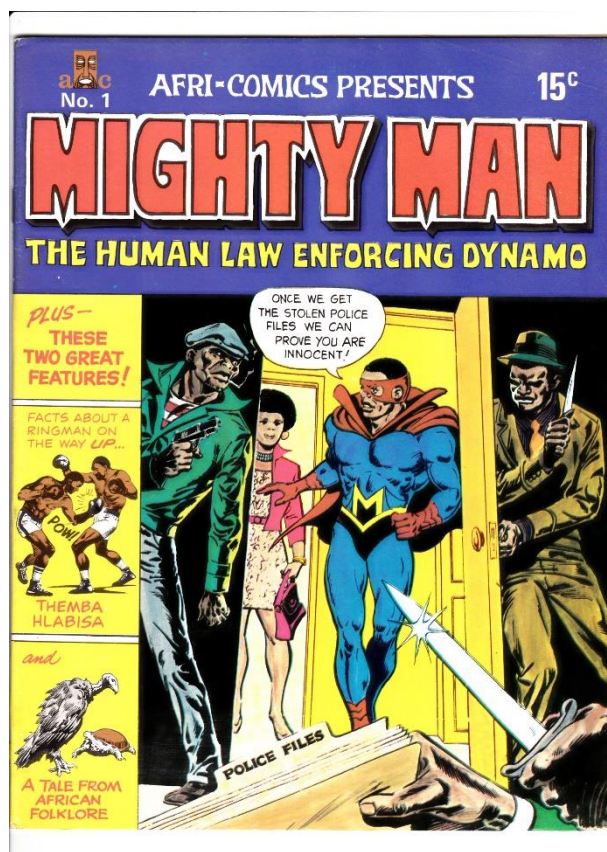
<sup>28</sup> “Photo Story Magazines.” Serial magazines which used photography and actors to tell stories in a comic format with word balloons and all. They were cheap and quick to produce and very popular. Other than reprints or imports of American comics, there was no official South African-made comics.”

<sup>29</sup> Importante destacar que este termo – “*black middle class*” – é o utilizado por Nixon (2015) para se referir ao grupo de africanos negros que no ensejo do crescimento econômico do país entre os anos 1960 e 1980, desenvolveu um padrão de consumo médio. Em seu livro Nixon exemplifica de maneira difusa tal grupo como formado pela parcela da população negra na África do Sul que obteve incremento em sua situação financeira a partir da ocupação de posições de relativa colaboração com o regime de apartheid, seja trabalhando individualmente para a elite branca (empregadas domésticas e motoristas de altos funcionários e empresários, que eventualmente recebiam um salário superior à média da renda da população negra africana), seja ocupando cargos de baixa hierarquia na própria estrutura estatal, como nas forças policiais. A colaboração com o regime rendia vantagens a esse grupo, e o direcionamento da propaganda para tal parcela da população pretendia solidificar seu apoio, prevenindo sua cooptação pela “propaganda comunista” dos grupos *antiapartheid*. Saul Dubow (2014) analisa este fenômeno em termos sociologicamente mais sofisticados e aponta que essa urgência em ter uma classe média negra como amortecedor contra ímpetus revolucionários ficaria ainda mais evidente anos depois, após a explosão do *Muldergate* e a ascensão de P. W. Botha ao cargo de primeiro-ministro: “Em 1979, Botha fez a primeira visita de um primeiro-ministro a Soweto. A ocasião desconfortável foi mais do que um gesto simbólico. Os interesses do governo e dos empresários haviam chegado juntos à percepção de que a prosperidade econômica e a estabilidade política dependiam do encorajamento ativo da emergência de uma classe média negra como amortecedor contra uma insurreição.” (DUBOW, 2014, p. 196)

<sup>30</sup> Thompson (2001) apresenta uma síntese do que foi o Levante: “Em 16 de junho de 1976, milhares de estudantes negros de Soweto se manifestaram contra a insistência do governo em obrigá-los a assistir metade de suas aulas em africâner - na visão deles, essa era a língua do opressor. Os protestos espalharam-se pelo país após a polícia matar a tiros um estudante de 13 anos em um dos atos pacíficos. O governo reagiu brutalmente: em fevereiro de 1977, de acordo com uma comissão oficial de inquérito, ao menos 575 pessoas haviam sido assassinadas (...). Das vítimas, 134 eram menores de 18 anos. Durante 1977, o governo baniu a Organização dos Estudantes Sul-africanos [SASO, na sigla original, principal organização estudantil contrária ao regime e liderada por Steve Biko] e todas as organizações afiliadas a ela, encarcerando um sem número de lideranças negras. A polícia prendeu e matou Steve Biko. Ele morreu devido aos danos cerebrais causados pelas lesões em seu crânio. Após infligir essas lesões, a polícia

Nova Iorque pelo *Southern African Committee* a partir de textos de colaboradores voluntários, executivos americanos associados à *Afri-Comics* vinculam o fim da circulação da revista em 1977 a esses eventos: “*Mighty Man* está morto, despachado de Soweto pela própria população que alegava defender. [...] ‘Eles queimaram as bancas de revista’. [...] ‘Eles acabaram com tudo e nós tivemos que parar de publicar’.”<sup>31</sup> (WEISSMAN, 1978, p. 3).

**Figura 02** – Capa da primeira revista do *Mighty Man*



Fonte: *Mighty Man*, 1975, nº 1

*Mighty Man* não foi o único ou o primeiro conteúdo quadrinístico ou cartunístico que se posicionava em apoio ao regime de segregação racial. Havia uma forte imprensa em africâner a favor do nacionalismo do povo bôer e do *apartheid*, e que funcionou como trampolim político para aqueles que se tornaram grandes nomes do Partido Nacional

---

transportou Biko nu, na parte de trás de uma van, por 1.200 quilômetros, na véspera de sua morte (2001, p. 212-213, tradução minha)

<sup>31</sup> “*Mighty Man* is dead, zapped in Soweto by the very people he claimed to defend. (...) ‘They burned down the news stands. (...) They threw the things on the ground and we had to stop publishing them.’”

africânder na primeira metade do século XX.<sup>32</sup> Seus principais expoentes eram o *Die Burger* e o *Die Transvaler*, que publicizavam e alavancavam a causa do nacionalismo africânder muito antes do Departamento de Informação sequer existir. O novo movimento na imprensa em que a revista *Mighty Man* se inseriu foi a disputa da audiência de língua inglesa na África do Sul.

Em estudo que foi acolhido como evidência pela *Truth and Reconciliation Commission* (Comissão da Verdade e Reconciliação, em português) em seu julgamento restaurativo do regime do *apartheid*<sup>33</sup>, Edward Bird e Zureida Garda afirmaram que “a imprensa de língua inglesa frequentemente envolvia-se em disputas com o governo a respeito de suas políticas raciais, desafiando-o tanto em editoriais quanto na reportagem de notícias”<sup>34</sup> (BIRD; GARDA, 1996, p. 8). Apesar desta oposição precisar ser encarada de maneira crítica, contextualizada, e como parte de um processo que se constituiu em momentos de indas e vindas a respeito das políticas de segregação do governo, é importante lembrar que a própria eclosão do *Muldergate* na imprensa sul-africana evidencia o nível de tensão que esta relação chegava atingir, já que todo o esquema envolvendo manipulação irregular do orçamento e lavagem de dinheiro para financiamento dos projetos secretos de propaganda foi investigado por jornalistas e publicado no *Rand Daily Mail*, um dos principais periódicos em língua inglesa do país.

Com tanta falta de apoio da imprensa, o Departamento de Informação resolveu disputar a audiência que consumia esses jornais, criando seu próprio periódico diário em língua inglesa. Essa foi uma das principais ações da guerra de propaganda empreendida pelo Departamento de Informação: a criação do *The Citizen*, em 1975. Hachten e Giffard (1984) resumem bem a direção editorial do jornal: “um periódico diário de direita, em inglês, sediado em Johannesburgo, com financiamento secreto do Departamento de

---

<sup>32</sup> Em sua pesquisa de doutorado, Sanders aponta que grandes nomes do nacionalismo africânder, como D. F. Malan (Primeiro-Ministro da África do Sul entre 1948 e 1954, responsável pelo avanço do aparelhamento institucional em prol do movimento e que instituiu o regime de *apartheid*) e H. F. Verwoerd (sucessor de Malan, Primeiro-Ministro entre 1954-1966) foram editores de importantes periódicos da imprensa africânder antes de construírem suas carreiras eleitorais. Além disso, ao longo da década de 1970, alguns dos principais nomes do Partido Nacional desempenhavam funções executivas no conselho de Perskor e Nasionale Pers, os principais grupos editoriais de jornais em língua africâner no país. (SANDERS, 1997)

<sup>33</sup> A Comissão da Verdade e Reconciliação foi uma corte de justiça restaurativa estabelecida em 1996 como parte do processo de transição da África do Sul de um regime político baseado na segregação racial para um regime político democrático. Seu objetivo era, como o próprio nome sugere, expor os abusos aos direitos humanos cometidos pelo Estado sul-africano contra vítimas do regime de *apartheid*, buscando estabelecer uma reconciliação nacional para construir uma democracia plena no país. Este processo passou, também, pela concessão de anistia a quem cometeu crimes em nome do Estado e da manutenção do regime de *apartheid*. (TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION, 2000)

<sup>34</sup> “The English press was frequently at odds with the government over its racial policies, challenging them both editorially and in news reports.”

Informação para conter a influência dos jornais liberais em inglês, especificamente o *Rand Daily Mail*<sup>35</sup> (HACHTEN; GIFFARD, 1984, p. 196). Tal suporte às posições do governo era expresso também nos cartuns dos jornais.

Os quadrinhos e cartuns encaixavam-se no “vigoroso movimento nas artes”<sup>36</sup> (THOMPSON, 2001, p. 211) que constituiu parte do processo de fortalecimento da resistência ao regime, raiz dos confrontos de 1976. Andrew Mason (2010) aponta toda a década de 1970 como crucial para o estabelecimento do que pode ser visto como uma incipiente indústria cartunística, filha desse movimento de resistência política, e faz um apanhado de como ela se estabeleceu:

De acordo com o analista político Hein Marais, o ressurgimento da resistência popular contra o *apartheid* nos anos 70 foi propício devido a quatro fatores: o primeiro foi a crise econômica acompanhada pelos crescentes níveis de desemprego entre trabalhadores negros, levando às greves; o segundo foi a conquista da independência de Moçambique e Angola, ambas em 1975, assinalando a possibilidade de liberação nacional no sul da África e contribuindo para um 'crescimento do sentimento de cerco aos brancos e um aumento imensurável de coragem e determinação entre os negros'; o terceiro foi o ascender da Consciência Negra como ideologia e a ênfase na liberação psicológica entre intelectuais negros, como exemplificado nos escritos de Steve Biko; e o quarto foi uma politização mais pesada e ampla dos oprimidos que tendiam a culpar o sistema do *apartheid* por todas as formas de discriminação, privação e opressão. (...)

Era necessário para o cartunismo<sup>37</sup>, assim como para a sociedade, em geral, que se fosse além dos episódios sintomáticos de convulsão social para que estabelecessem suas reais causas. Mas, apesar de suas frequentes expressões de desgosto com os visíveis excessos do sistema de segregação, os cartunistas liberais da metade do século geralmente não tinham iniciativa e visão política o suficiente para transcender a arena dos partidos políticos brancos e expressar apoio ou se relacionar propriamente com o movimento democrático de massa e a luta pela libertação. Uma nova abordagem era urgentemente necessária para o cartunismo político na África do Sul. E a nova geração que de fato emergiu

---

<sup>35</sup> “A right wing English daily established in Johannesburg with secret funding from the Information Department to counter the influence of liberal English papers, specifically the *Rand Daily Mail*.”

<sup>36</sup> Thompson lista elementos que considera importantes para a eclosão da resistência anti-*apartheid* naquele momento: “First, there was a vigorous movement in the arts”.

<sup>37</sup> Mason adota uma significação incomum dentro dos estudos sobre quadrinhos: o autor discorda da oposição entre tiras narrativas/histórias em quadrinhos e caricaturas/charges políticas, por um lado, e tampouco compreende todos enquanto meras modalidades da caricatura ou do humor visual. Para o artista e teórico sul-africano todas essas práticas se encontram no campo do *cartooning*, traduzido neste trabalho como “cartunismos”, porque “se localizam no mesmo campo de práticas de significação” (MASON, 2004, p. 48, tradução minha). É comum que estes estudos busquem por uma conceituação de tipo “guarda-chuva”, que abarque uma série de práticas narrativas visuais, sendo corriqueira a utilização do termo “arte sequencial”, pioneiro cunhado por Will Eisner para tratar de quadrinhos e cartuns. Mason opta por outro caminho, nomeando todas as práticas de representação pictográficas da realidade em desenho como “cartum”, seja dentro de uma narrativa maior e recorrente ou em uma representação imagética momentânea, que tece um comentário político. O autor afirma que o que une quadrinhos, tirinhas e outros sob a égide do “cartum” é a forma de significação que apresentam, com intenção estética definida: “Uma formulação mais correta, eu diria, seria distinguir entre a prática significante geral dos cartuns, as formas que estas práticas tomam, como cartuns ou tirinhas, e o meio através dos qual essas formas são transmitidas a seus públicos” (MASON, 2004, p. 55, tradução minha).

dali acertou na mosca para se apresentar no cenário nacional.<sup>38</sup> (MASON, 2010, p. 118)

O que Mason apresenta é uma percepção prática do cartunismo sul-africano como uma das respostas que aquela sociedade encontrou ao regime de *apartheid* na década de 1970, como é de praxe para esta linguagem artística.

Tendo sido ele mesmo um artista dos cartuns de meados dos anos 1970 até o começo dos anos 2000, o autor usa sua experiência como pontapé inicial para tecer análises interpretativas sobre os cartuns *antiapartheid* da década de 1980 (MASON, 2004) e o desenvolvimento estilístico do cartunismo no país ao longo das décadas, com atenção particular ao uso do humor como recurso empregado por tal produção cartunística (MASON, 2010). Dessa forma, sua obra mostra-se uma referência mandatória para a compreensão do cenário dos cartuns sul-africanos durante todo seu período de atividade artística, ainda que seu foco sejam os anos 1980.

Ao se debruçar somente sobre os cartuns contrários ao regime, Mason, por sua vez, termina por expressar um panorama acadêmico moldado a partir do fim do *apartheid*, em 1994: as iniciativas de resistência desenvolvidas em diversas áreas para combater o regime passaram a ser objeto de intensa pesquisa, deixando de lado investigações que se ocupavam de indagar o que manteve a existência do regime ao longo de quase meio século. Miller faz esse diagnóstico enquanto defende e argumenta que “historiadores devem estudar o regime e não somente os seus oponentes”<sup>39</sup> (2013, s/p). E, como o *Muldergate* demonstrou, o regime de segregação racial sul-africano usou de diversos subterfúgios para se sustentar; alguns deles ainda não são usualmente submetidos ao escrutínio da pesquisa histórica, como é o caso dos cartuns e das histórias em quadrinhos.

---

<sup>38</sup> “According to political analyst Hein Marais, the resurgence of popular resistance against the apartheid state in the 1970s was propelled by four developments. The first was the economic crisis accompanied by rising levels of unemployment amongst black workers, leading to a wave of strikes. The second was the successful achievement of independence by Mozambique and Angola, both in 1975, signaling the possibility of national liberation in southern Africa and contributing to 'a growing sense of siege among white and immeasurably boosting courage and resolve among blacks'. The third was the rise of Black Consciousness ideology and the emphasis on psychological liberation amongst black intellectuals, as exemplified in the writings of Steve Biko. And the fourth was a more heightened and widespread politicization of the oppressed that tended to blame the apartheid system for all forms of discrimination, deprivation and oppression. (...)”

It was necessary for cartooning, as it was for society in general, to delve beneath the symptomatic episodes of social unrest to establish their real causes. But, despite their often vehement expressions of distaste for the visible excesses of the apartheid system, the liberal cartoonists of the mid-century period generally lacked the necessary levels of gumption and political insight to be able to transcend the arena of white party politics and express support for, or even really engage with, the mass democratic movement and the liberation struggle. A new approach to political cartooning in South Africa was sorely needed. And, as if on cue, a new generation did in fact emerge from the wings to present themselves on the national stage.”

<sup>39</sup> “(...) Historians must study the regime and not only its opponents.”



Os cartuns e quadrinhos inserem-se também nas discussões a respeito das relações internacionais construídas no contexto da Guerra Fria. Nicholas J. Cull aponta em seu livro *“The Cold War and The United States Information Agency: American propaganda and public diplomacy, 1945-1989”* (“A Guerra Fria e a Agência de Informação dos Estados Unidos: Propaganda Americana e Diplomacia Pública, 1945- 1989”, em português) que, desde a fundação da Agência de Informação dos Estados Unidos (*USIA*, na sigla original em inglês), em 1953, projetos de propaganda foram desenvolvidos usando quadrinhos e cartuns como mídia com o objetivo de rivalizar com a propaganda comunista pelo mundo (2010) – indicando que os projetos desenvolvidos pelo governo sul-africano cerca de vinte anos depois estavam em consonância com o expediente da geopolítica mundial na época.

Em seu artigo, Windrich (1989) denuncia que o governo sul-africano manteve seu aparato de propaganda funcionando mesmo após o Escândalo da Informação, focando nas ações desenvolvidas em solo estrangeiro, principalmente nos EUA. Como Obermeyer (2016) argumenta em sua dissertação de mestrado, essas iniciativas precisam ser compreendidas como iniciativas distintas que pertencem a um empreendimento comum, maior:

[...] Torna-se claro que, para essas iniciativas serem implementadas, uma estrutura fundamental ou plataforma básica era necessária. Além disso, é preciso que seja compreendido que o termo "propaganda" contempla a censura e toda forma de tentar, imperceptivelmente, omitir ou manipular informações<sup>40</sup>. (OBERMEYER, 2016, p. 13)

Por isso, esta pesquisa pretende somar-se aos esforços já existentes para fomentar a reflexão sobre o regime do *apartheid*, tendo como eixo central os cartuns dos principais jornais envolvidos na disputa pela audiência anglófona da África do Sul e a revista em quadrinhos do *Mighty Man*. A chave aqui é compreender tais obras como partes de processos maiores: como a defesa do regime traduzia-se de modo prático nos quadrinhos da revista e nos cartuns do *The Citizen*, e como o ataque ao regime era feito cartunisticamente pelo *Rand Daily Mail* no momento de levante da resistência popular contra o regime, nos anos 1970.

Ao abordar tais fontes, o presente trabalho é guiado em parte pelo que Mason fez em sua dissertação de mestrado, ao investigar os quadrinhos *antiapartheid* na África do

---

<sup>40</sup> “(...) It becomes clear that for these initiatives to have been implemented, a foundation-like structure or basic platform was needed. Furthermore, it should also be understood that the term, 'propaganda' encompasses censorship and all manner of underhand attempts at concealing or manipulating information.”

Sul dos anos 1980. Em sua investigação, o autor lançou mão do modelo interpretativo proposto por John B. Thompson, teórico britânico dos estudos culturais, batizado por seu proponente de “hermenêutica detalhada”, em tradução livre. Sobre esse método, Mason sintetiza:

De forma muito breve, as formas simbólicas são aqui investigadas através da síntese de 3 procedimentos:

- \* análise sócio-histórica, na qual as formas simbólicas são posicionadas de acordo com seu plano de fundo social e histórico;
- \* análise do discurso, na qual as estruturas subjacentes das formas simbólicas são reveladas; e
- \* interpretação/reinterpretação, na qual a informação derivada dos outros dois procedimentos é sintetizada com a interpretação textos primários selecionados<sup>41</sup>. (MASON, 2004, p. 15)

Mason compreende que as especificidades do contexto em que seu objeto está inserido exigem que novos detalhes sejam levados em consideração por essa hermenêutica. Como ele mesmo detalha,

Esse contexto não é em si uma coisa simples e abrange diversas cordas entrelaçadas, que podem ser sumarizadas como:

- (i) a emergência histórica dos cartuns como um grupo de práticas significantes expressas em um conjunto de formas de cultura popular integrais às mídias de comunicação de massa em evolução;
- (ii) a história dos cartuns na África do Sul e sua relação com a história social mais ampla da África do Sul no século XX;
- (iii) o ambiente social, intelectual e político específico do fim do *apartheid* que gerou o contexto imediato do qual cartunistas que são sujeitos desse estudo foram parte, tendo sido este contexto expresso em seu trabalho<sup>42</sup>. (MASON, 2004, p. 17)

A análise sócio-histórica proposta na primeira etapa da hermenêutica detalhada de Thompson e praticada por Mason casa com a análise contextual proposta por Kemnitz (1973) para a leitura de cartuns, oferecendo um bom caminho para a extrapolação das charges que são o escopo que o próprio Kemnitz definiu para sua abordagem.

---

<sup>41</sup> “Very briefly, symbolic forms are investigated through a synthesis of three procedures:

\*socio-historical analysis, in which symbolic forms are placed against their social historical background;

\*discursive analysis, in which the underlying structure of symbolic forms is revealed; and

\*interpretation/re-interpretation, in which the information derived from the other two procedures is synthesized with the interpretation of selected primary texts.”

<sup>42</sup> “This context is itself not a simple thing and comprises several interwoven strands, which may be summarized as:

(i) the historical emergence of cartooning as a cluster of signifying practices expressed in a set of popular culture forms integral to the evolving media of mass communication.

(ii) the history of South African cartooning and its relation to the broader social history of South Africa in the 20th century; and

(iii) the specific social, intellectual and political milieu of the late apartheid period that provided the immediate context in which the cartoonists who are the subjects of this study were embedded and to which they gave expression in their work.”

É a partir desses fundamentos que, nos capítulos desta dissertação, busquei elaborar uma análise do papel dos quadrinhos do *Mighty Man* e dos cartuns do *Rand Daily Mail* e do *The Citizen* na guerra de propaganda que causou o escândalo da informação de 1979. No primeiro capítulo, o foco é a análise da revista *Mighty Man*, os processos políticos e governamentais que levaram à sua concepção e produção, sua formatação, as mensagens contidas nas edições da revista e a forma como foi recebida pela audiência que seus criadores pretendiam alcançar. No segundo capítulo, analiso algumas charges publicadas pelos periódicos *The Citizen* e *The Rand Daily Mail* como expressão das relações existentes entre os dois principais polos da imprensa sul-africana em língua inglesa naquele momento, considerando o cenário dos periódicos no país na década de 1970 e buscando abordar as complexidades nas suas posições a respeito do regime de *apartheid*. Nas considerações finais há uma síntese das conclusões derivadas das análises dos capítulos anteriores, além de possibilidades a serem investigadas sobre o tema e os desafios que elas reservam.

## CAPÍTULO I

### O PROGRAMA DE PROPAGANDA PRÓ-*APARTHEID* DO GOVERNO SUL- AFRICANO E A GUERRA DE PROPAGANDA NAS REVISTAS *MIGHTY MAN* (1975-1977)

#### 1.1 Um super-herói negro em meio ao *apartheid*

A partir de setembro de 1975, as bancas de revista localizadas nos entornos das principais cidades sul-africanas passaram a ter nos seus varais de exibição de jornais e revistas um novo produto, que se tornaria contumaz pelos próximos dois anos: as revistas em quadrinhos do herói *Mighty Man*, publicadas pela editora *Afri-comics*.

Quadrinhos em si não eram novidade nacional<sup>43</sup>. Desde a última década do século XIX, a circulação de publicações britânicas que continham tiras cômicas era comum aos sul-africanos alfabetizados em inglês. Em 1924, o jornal *Rand Daily Mail* publicou *Duggie, Lemmie & Hi-Ti*, de Henry Wider, tirinha protagonizada por um coelho, um lêmure e um corvo, direcionada para as crianças. Tratava-se da tirinha pioneira no país e na imprensa de língua inglesa. A partir de então, as tirinhas começaram a se espalhar entre os jornais da mesma língua – inicialmente, com periodicidade irregular, mas, a partir de 1928, já existiam jornais assegurando o espaço das tirinhas infantis em suas edições de fim de semana. Dentro da imprensa africânder, a primeira tira só seria publicada em 1937, quando o jornal *Die Brandwag* lançou *Troue Vriende*, de Eben Leibbrandt. Dali em diante, as tirinhas só se multiplicaram na imprensa sul-africana.

O formato de revista exclusiva também não era uma inovação. Na década de 1930, as revistas em quadrinhos importadas dos Estados Unidos também fizeram-se presentes nas livrarias e cafés sul-africanos. Elas se tornariam escassas a partir dos anos 1940, com as atualizações da lei de censura ao entretenimento, e só voltariam a aparecer em estantes sul-africanas na década de 1950, com as reimpressões locais em inglês e africâner. Mesmo

---

<sup>43</sup> A primeira parte do livro “*Whats So Funny? Under the skin of south african cartooning*” (“Qual a graça? Dissecando o cartunismo sul-africano”, em tradução minha), de Andy Mason (2010), dedica-se a contar a história dos cartuns e quadrinhos na África do Sul, incluindo aí a representação que os britânicos faziam da África do Sul e de seus habitantes desde o período colonial. O blog *South African Comic Books*, mantido pelo colecionador George Van Der Riet, possui em seu arquivo uma série de publicações com recorte mais específico, deixando de lado os cartuns e se concentrando nas histórias em quadrinhos veiculadas no país. (VAN DER RIET, 2012)

assim, com o avanço da paranoia promovida pelo livro “*Seduction of the Innocent*” (“Sedução do Inocente”, em português), de 1954, o argumento de que revistas em quadrinhos de super-heróis levavam à delinquência juvenil e à degeneração espalhou-se como fogo no palheiro moralista do nacionalismo africânder que imperava no país. As revistas em quadrinhos de super-heróis e de horror tornaram-se escassas, sobrando apenas as de humor. As poucas tentativas de reimprimir títulos de heróis, como *Batman* e *Superman*, acabaram se resumindo a poucas edições, lançadas quase sempre com periodicidade irregular e fadadas ao cancelamento após cinco ou seis edições. Tal panorama só se alteraria na década seguinte, em particular a partir de 1964, com o retorno das importações americanas e inglesas. Em 1975, quando *Mighty Man* chegou às bancas, as reimpressões locais da *Supercomix* faziam companhia a ela, assim como as fotonovelas<sup>44</sup>, que desde a década de 1960 eram um sucesso.

A novidade trazida por *Mighty Man* era mesmo o seu conteúdo. Tratava-se da primeira revista a apresentar um super-herói sul-africano. E, se não bastasse o marco de apresentar pela primeira vez histórias de super-herói que se passavam na África do Sul, em torno de dinâmicas identificáveis pela audiência sul-africana, ainda havia a surpresa de se tratar de um herói negro salvando cidadãos negros em histórias dominadas por personagens negros.

Em um cenário onde dominava a ordem branca, com o regime de *apartheid* funcionando a pleno vapor, *Mighty Man* causa estranhamento. Afinal, desde o começo dos anos 1970, o governo sul-africano vinha direcionando parte de suas atenções à imprensa, buscando garantir controle sobre o que era publicado por jornais e revistas. Se a frase atribuída a Winston Churchill for real e “não existe opinião pública; existe opinião publicada”, o Partido Nacional africânder estava disposto a fazer o possível para administrá-la e reduzir a possibilidade de que algum ruído comunicacional se tornasse uma fagulha a acender o pavio da convulsão social no país: construiu forte aparato legal que coagia a imprensa; converteu os grupos editoriais africânderes em censores oficiais nas instâncias de regulação criadas pelo governo; e esforçou-se verdadeiramente para

---

<sup>44</sup> Há pouca pesquisa sobre as fotonovelas sul-africanas em específico. O que há de mais expressivo sobre elas são menções em obras que analisam a imprensa e as mídias do país entre 1960 e 1980. Em artigo publicado em 2010, no *Journal of South African Studies*, Lilly Saint partiu dessas menções pontuais para analisar as fotonovelas publicadas no país que se encaixam no gênero *western* (SAINT, 2010). Há também um elucidador artigo no *The Heritage Portal* a respeito da história dessa mídia no país, assinado por Carol Hardzajer, fotógrafo e pesquisador da fotografia sul-africana. (HARDZIJER, 2018)

criar um ambiente editorial onde a autocensura prevalecesse sobre o interesse jornalístico.<sup>45</sup>

Dessa forma, o surgimento de uma revista de distribuição nacional que apresentava um super-herói negro justo no momento em que as publicações impressas no país estavam mais do que nunca sob controle do Partido Nacional africânder já era, em si, indício do conteúdo da revista: ela só foi capaz de circular como circulou porque não continha histórias capazes de promover a subversão da ordem estabelecida na África do Sul sob o *apartheid*. E nem teria como, uma vez que era produzida para reforçar tal ordem.

A criação de *Mighty Man* foi uma das centenas de empreitadas projetadas como parte de uma campanha de propaganda concebida pelo governo sul-africano na década de 1970, com a finalidade de reagir ao que entendia ser uma “guerra de propaganda”. Tal guerra foi travada dentro e fora das fronteiras sul-africanas pela administração de John Vorster, premiê do país entre 1966 e 1978 e presidente entre 1978 e 1979. A vitória nessa campanha representaria sucesso na propagação de uma imagem positiva sobre a África do Sul e seu regime político, nacional e internacionalmente.

Não se tratava de tarefa fácil. O passo inicial para o estabelecimento da guerra de propaganda foi dado onze anos antes da primeira edição de *Mighty Man* aparecer nas bancas de revista das *townships*<sup>46</sup>. Em 1964, aconteceu a publicação de um relatório de oitocentas páginas da Comissão de Inquérito da Imprensa (*Press Commission of Inquiry*, era seu nome original, em inglês). Ela havia sido criada em 1950, durante o mandato de Daniel François Malan como primeiro-ministro, com o objetivo de investigar a imprensa doméstica e estrangeira na África do Sul. Essa investigação era bem direcionada:

Mais especificamente, essa comissão revisaria três tópicos principais. Em primeiro lugar, investigaria a existência de tendências monopolistas, assim como associações de imprensa e a influência de grupos de interesse sobre a imprensa. Em segundo lugar, a comissão iria debater as atividades de jornalistas autônomos e correspondentes de jornais e agências de notícias estrangeiras. Os Nacionalistas caracterizavam como deplorável a imagem que a imprensa de língua inglesa pintava sobre o país e os africânderes internacionalmente. Em terceiro lugar, a comissão examinaria reportagens internas e externas e

---

<sup>45</sup> A *Index on Censorship*, revista criada em 1972 com a ideia de publicizar para o mundo aquilo que era silenciado em alguns lugares, publicou uma coleção sobre o *apartheid* no Dia de Nelson Mandela, em 2016. Um dos materiais publicados é uma lista de todas as leis de natureza censora em vigor no país em 1975. (SOUTH AFRICA'S CENSORSHIP LAWS, 1975)

<sup>46</sup> Na África do Sul, os termos "*township*" e "localidade" em geral referem-se às áreas urbanas frequentemente subdesenvolvidas e racialmente segregadas. Do final do século XIX até o fim do *apartheid*, essas áreas eram reservadas para populações indianas, africanas e de cor (o termo oficial usado pela legislação do *apartheid* para designar a população miscigenada era "*coloured*"). O comum era que essas *townships* se localizassem na periferia das cidades de maioria branca. Apesar do fim do regime de segregação racial, essas áreas ainda hoje continuam sendo quase que exclusivamente habitadas por populações não-brancas. (TOWNSHIP, 2019)

o tratamento geral das notícias por diversos jornais, bem como a conveniência ou não do controle de tais reportagens.<sup>47</sup> (BOUHOT, 2009, p. 44)

Apesar de se propor a uma análise aprofundada da imprensa, de suas dinâmicas de atuação e da estrutura de propriedade dos grupos editoriais, o relatório publicado em 1964 resumiu-se a analisar a cobertura internacional sobre o país. Foram levados em consideração editoriais, reportagens e colunas escritos por correspondentes de jornais estrangeiros entre 1950 e 1955, e 80,6% deles foram avaliados como "muito ruins" pela comissão por serem "tão tendenciosos, preconceituosos e/ou inescrupulosos que distorcem o cenário racial e político da África do Sul com comentários que são tão cegamente partidários e/ou inescrupulosos que se tornam injustificáveis."<sup>48</sup> (SANDERS, 1997, p. 65).

As conclusões do relatório criaram enorme pressão sobre o Departamento de Informação. O domínio das reportagens negativas sobre o país na imprensa estrangeira era, em certa medida, compreendido pela cúpula do Partido Nacional como prova de que o departamento fracassava em uma de suas mais importantes missões: informar o público internacional a respeito dos êxitos logrados pela política de desenvolvimento separado das raças na África do Sul (Idem). Esse diagnóstico de fracasso levou John Vorster a colocar Cornelius Petrus Mulder como chefe do departamento, nomeando-o Ministro de Informação em 1968.

Mulder era uma estrela ascendente no Partido Nacional africânder, sendo um dos principais nomes do núcleo do partido na região do Transvaal, reduto do nacionalismo africânder no norte do país. Acadêmico, professor universitário, membro do conselho diretor de um dos maiores grupos de imprensa em língua africâner do país, o Perskor, C. P. Mulder estava havia dez anos no Parlamento e era apontado como uma das caras do "futuro" do Partido Nacional africânder (HACHTEN; GIFFARD, 1984; SANDERS, 1997).

---

<sup>47</sup> "More specifically, this commission would review three main topics. In the first place, it would look at the existence of monopolistic tendencies, press associations and group interests and their influence on the press. Secondly, the commission would debate the activities of freelance journalists (stringers) and correspondents for newspapers and news agencies abroad. The Nationalists indeed deplored the image that the English-language press gave of the country and of Afrikaners abroad. Thirdly, the commission was to examine internal and external reporting and the general handling of news by the various newspapers, as well as the advisability or otherwise of the control of such reporting."

<sup>48</sup> "‘Very bad reporting’ was described as ‘...either blindly partisan or unscrupulously tendentious, the selection is so tendentious, prejudiced and/or unscrupulous as to distort the South African political and racial scene and the comment is so blindly partisan/and or unscrupulous as to be generally unjustifiable’."

Nessa perspectiva, sua nomeação como chefe do Departamento de Informação demonstrou alguns dos objetivos do governo Vorster: 1) melhorar a imagem do governo sul-africano diante da comunidade internacional; 2) construir um herdeiro político respeitado nacional e internacionalmente, e, conseqüentemente; 3) avançar ainda mais o regime de "desenvolvimento separado".

## **1.2 O novo Departamento de Informação e o prelúdio da guerra de propaganda**

A partir de 1971, quando galgou maior relevância no gabinete de Vorster e passou a somar os cargos de Ministro da Informação e Ministro de Assuntos Interiores, Mulder coordenou um processo de reestruturação do Departamento de Informação. Depois de uma extensa viagem internacional em que foi acompanhado pelo então Secretário de Informação, Gerald Barrie, o ministro chegou à conclusão de que precisaria de mudanças para encarar o que via como uma ofensiva "bem organizada, altamente sofisticada e fruto de generoso financiamento" à imagem internacional da África do Sul (GELDENHUYS, 1984). Logo após essa viagem, Mulder iniciou os primeiros projetos secretos do departamento, visando influenciar tanto a imprensa europeia, quanto a sul-africana: já em 1972, artigos pró-*apartheid* começaram a brotar em publicações europeias através do trabalho de Heinz Behren, especialista alemão de relações públicas contratado pelo governo para tal, e a revista quinzenal "*To The Point*" surgiu apresentando um ponto de vista editorial de forte apoio ao governo.<sup>49</sup>

A mudança imaginada pelo ministro, entretanto, passava por afastar o próprio secretário. Para Mulder, Barrie não se encaixava no novo plano de atuação que tinha em mente para o Departamento – faltariam a ele experiência e capacidade de inovação, na leitura do ministro (Idem). Por ver Gerald Barrie mais como um burocrata eficiente do que como o articulador que precisava para reformular a imagem do país perante o mundo, Connie Mulder sugeriu que Barrie fosse nomeado como Auditor-Geral da República, cargo que fazia as vezes de fiscal geral do poder público. (SANDERS,1997).

---

<sup>49</sup> Sanders credits esse forte alinhamento às 30.000 assinaturas estrangeiras pagas pelo Departamento de Informação. Esse investimento seria seguido pelo posicionamento de Eschel Rhodie como editor assistente da revista no começo de 1972, função que ele manteve formalmente até agosto do mesmo ano, quando foi nomeado Secretário pelo mesmo departamento - a partir de então, sua participação na revista continuaria existindo, mas de modo informal, sem que seu nome constasse no corpo editorial das publicações. (SANDERS, 1997)



Em seu lugar, o Ministro nomeou Eschel Rhoodie como Secretário de Informação e Lourens Erasmus Smit de Villiers como seu Vice-Secretário. Os pontos em comum na trajetória de ambos demonstravam o que o ministro considerava mais importante para tocar os novos projetos de informação do governo.

Eschel Rhoodie nasceu em 1932 e havia iniciado sua carreira profissional nos anos 1950 em uma publicação mantida pelas Forças de Defesa sul-africanas, de onde partiu para servir o Serviço de Informação. Entre 1958 e 1972, serviu nos Estados Unidos, na Austrália, na Nova Zelândia e na Holanda. Ao longo desse período, publicou alguns livros que se propunham a analisar a formação política e a situação geopolítica da África do Sul: "*South-West: the Last Frontier in Africa*" ("Sudoeste – a última fronteira em África", em português), de 1967, em que discorreu sobre a ocupação da África Austral pelo homem branco e as formações sociais dela decorrentes; "*The Third Africa*" ("A Terceira África", em português), publicado em 1968, onde focou no papel estratégico do continente africano e da África do Sul no combate do "mundo livre" contra o *front* comunista sino-soviético; e "*The Paper Curtain*" ("A Cortina de Papel", em português), de 1969, onde defendeu a existência de uma campanha difamatória de alcance global contra a África do Sul, capitaneada pela imprensa ocidental, que deturpava a realidade do regime de desenvolvimento separado das raças que vigorava no país. (RHODIE, 1983; SANDERS, 1997)

Lourens Erasmus Smit de Villiers (popularmente chamado de Les de Villiers, pela transformação da sigla de suas iniciais em uma espécie de apelido), por sua vez, nasceu em 1935 e também trabalhou como jornalista nos anos 1950, na SABC e na *Nasionale Koerante*, divisão de jornais da *Nasionale Pers* (segundo maior grupo de imprensa em língua africâner do país) antes de atuar entre 1958 e 1960 no setor de relações públicas da SASOL, principal companhia petrolífera da África do Sul na época. Em seguida, entrou no Serviço de Informação, que lhe enviou ao Canadá e aos Estados Unidos. Entrou de vez no radar de Mulder quando publicou em 1971 um artigo no *The New York Times* chamado "*A Scarecrow Image*", onde defendia tese parecida com a de Rhoodie no "*The Paper Curtain*": os ataques à África do Sul seriam baseados em mentiras espalhadas mundialmente e não tinham qualquer relação com a realidade do país. (SANDERS, 1997)

Ambos os quadros eram funcionários de carreira do Departamento de Informação que iniciaram sua caminhada profissional na imprensa africânder e que, ao longo de sua trajetória, costuraram uma rede de influência valiosa em setores sensíveis da política sul-africana. Os longos períodos que serviram em postos fora do país, por sua vez, indicavam

que tinham interlocução com atores importantes em países-chave no plano de Mulder para alterar a imagem internacional da África do Sul. A experiência que faltava a Barrie, na visão de Connie Mulder, sobrava em Rhodie e De Villiers.

A capacidade de inovar se revelaria na profusão de projetos concebidos e articulados diretamente por essa dupla e na dinâmica estabelecida no Departamento a partir de sua chegada. A valorização dos funcionários de carreira, suas sugestões e suas redes de influência passaram a fazer parte da ordem do dia; tudo era instrumento em potencial para a formação da nova imagem positiva da África do Sul no exterior.

Era exatamente esse tipo de funcionamento que Mulder queria no Departamento e os resultados alcançados eram internamente creditados, em larga escala, ao trabalho de Rhodie. Carl Noffke, ex-Diretor de Informação da África do Sul na embaixada do país nos Estados Unidos, na década de 1970, chegou a afirmar em entrevista concedida a James Sanders durante sua pesquisa que considerava o ex-Secretário de Informação "o propagandista mais brilhante do século", "melhor que Goebbels", inclusive. (SANDERS, 1997, p. 64)

Os custos dessa reputação eram altos. Por isso, desde o princípio, Rhodie foi bem claro com seus superiores, conforme revelaria posteriormente:

Eu disse diretamente (a John Vorster): "eu quero que você aprove não um ativo de informação, mas uma guerra de propaganda onde nenhuma regra ou regulação importe. Se eu precisar subornar alguém, então vou subornar. Se for necessário que eu providencie, por exemplo, um casaco de zibelina para a esposa de um editor, então eu devo estar em uma posição onde possa fazer isso. Se for preciso que eu mande alguém passar umas férias no Havaí com sua amante por um mês, então eu devo ser capaz de fazer isso (REES; DAY, 1980, p. 172)<sup>50</sup>

A compreensão de que todas as opções deveriam ser consideradas para atingir o objetivo de manipular a opinião pública a favor do regime, principalmente a estrangeira, era expressão prática de um sentimento antigo. Tratava-se uma resposta lógica a um diagnóstico que existia desde a década anterior, a respeito de uma "ofensiva total" contra a África do Sul, cujo argumento precede o próprio livro de Rhodie<sup>51</sup>. E o fato de Mulder

---

<sup>50</sup> "I specifically said to (John Vorster): 'I want you to approve, not an information asset, but a propaganda war in which no rules or regulations count. If it is necessary for me to bribe someone, then I would bribe him or her. If it is necessary for me to purchase, for example, a sable mink coat for an editor's wife, then I should be in a position to do so. If it is necessary for me to send somebody on a holiday to the Hawaiian Islands with his mistress for a month, then I should be able to do so.'"

<sup>51</sup> A doutrina do "*total onslaught*" contra a África do Sul nasce nos círculos militares do Cabo Ocidental, basicamente atribuindo a toda e qualquer hostilidade anti-*apartheid* o papel de ferramenta mobilizada por uma articulação comunista mirando a segurança da África do Sul, suas riquezas e seu estilo de vida. Suas bases se espalham pelos círculos africanos a partir de meados da década de 1960 e esta tese ganhou

e Vorster terem concordado com os termos de ação propostos pelo então Secretário de Informação indicava que concordavam com sua forma de ver as coisas: para mudar a imagem da África do Sul perante a comunidade internacional, garantir a sobrevivência do *apartheid* e, conseqüentemente, do povo africânder, todas as cartas estavam na mesa.

Dessa forma, a reformulação do Departamento de Informação levada a cabo por Mulder não atendia apenas à necessidade de agir sobre o que o relatório da Comissão de Imprensa havia encontrado quase dez anos antes. Ela pode ser lida como parte de um plano de pactuação interna do Partido Nacional, que se via no final dos anos 1960 em meio a um grande conflito programático. A descrição desse embate que ganhou maior popularidade naquela época foi a proposta pelo jornalista Willem De Klerk.

Segundo ele, o Partido Nacional africânder tinha uma forte clivagem interna já há alguns anos, que fora mantida como elemento menor das políticas africânderes graças ao forte magnetismo de Verwoerd. Com seu assassinato, em 1966, essas tensões teriam se tornado mais aparentes. De um lado, De Klerk via os *verligtes* ("iluminados", ou "esclarecidos", em tradução literal), grupo tido como mais pragmático, que defendia a necessidade de adaptação do regime de *apartheid* ao panorama global de mudanças políticas para que sua sobrevivência fosse garantida e pudesse atingir melhores resultados. Do outro, estariam os *verkrampes* ("fechados", ou "estreitos", em tradução literal), grupo de corte mais conservador, opositores a quaisquer atenuação das regras de segregação racial, motivados por uma fidelidade extrema ao que Malan e Verwoerd haviam estruturado enquanto base do regime, assim como por uma concepção vulgarmente teologizada sobre o papel do povo africânder naquela terra e pela avaliação de que qualquer cessão que pudesse apontar para um horizonte de integração racial alimentaria a fogueira que consumiria o domínio branco na África do Sul e a ameaçaria a própria existência do povo africânder.

O historiador James Miller contesta essas categorizações e defende que esses grupos jamais foram tão homogêneos. Em "*An African Volk: The Apartheid Regime and Its Search for Survival*" ("Um povo africano: o regime de *apartheid* e sua busca por sobrevivência", em tradução minha), o autor pinta um panorama muito mais fragmentado do Partido Nacional após a morte de Verwoerd, além de direcionar holofotes para nuances políticas que foram diminuídas durante seu mandato. Diante disso, ele defende que

---

ainda mais força com o assassinato de Hendrik Verwoerd em 1966, culminando na sua formalização como política de Estado a partir de 1979, com a chegada de P. W. Botha ao cargo de Primeiro Ministro. (MILLER, 2016; 2017)

existiam pelo menos quatro grandes grupos políticos dentro do Partido Nacional no momento em que Vorster, Mulder e Rhodie montaram seu aparato de informação.

Dentro do que De Klerk via como *verligtes*, Miller aponta a existências de dois círculos dominantes. Um deles era liderado por Vorster e tinha como grande objetivo encontrar interesses em comum com toda a comunidade internacional, transformando a hostilidade anti-*apartheid* em amizade e aceitação mútua, principalmente com países africanos. Para isso, seria necessário abrir mão de alguns pontos da política de segregação como ela existia, visando garantir a segurança necessária para avançar as políticas de segregação racial do regime, direcionando a população negra aos bantustões e pondo um ponto final à ideia de uma cidadania negra na República da África do Sul. Esse grupo reunia parte importante da ala do Transvaal do Partido Nacional, como a alta burocracia internacionalizada da qual próprio Rhodie fazia parte, empresários com negócios fora do país e quadros políticos com forte interlocução com os executivos da imprensa, como Mulder.

Havia um segundo grupo que, de certa forma, defendia uma agenda parecida, mas a ser perseguida por modos distintos. O núcleo duro desse grupo era a alta cúpula das Forças de Defesa e boa parte da ala do Cabo no Partido Nacional. Apesar de concordar com a necessidade de se adaptar aos novos tempos, tal facção era completamente contrária a qualquer concessão que pudesse levar à integração racial na África do Sul. Seu foco principal era garantir militarmente a segurança da República contra o "ataque total" que, na interpretação deles, tinha inspiração comunista, e seu representante mais próximo de Vorster era o general Hendrik Johan Van Den Bergh.

Ao encarar o que De Klerk chamou de *verkrampes*, Miller também vê divisões, mas sobre as quais discorre pouco, visto que eram menos influentes nos círculos de maior hierarquia política dentro do *afrikanerdom*<sup>52</sup>. O autor aponta a existência de um grupo mais concentrado nas zonas rurais do país, que tinha sua intransigência diante das propostas de mudanças no regime de *apartheid* alicerçadas na religião e na lealdade às figuras de François Malan e Hendrik Verwoerd. Para eles, a caracterização do povo africânder como "escolhido por Deus" para habitar e prosperar naquela terra era absoluta e, portanto, qualquer política que minimizasse a dominância africânder no país era uma política contrária à própria vontade de Deus. Ao mesmo tempo, Malan e Verwoerd eram

---

<sup>52</sup> *Afrikanerdom* é o termo usado pelos africânderes para se referir à sua cultura e à sua ancestralidade, também aplicado como sinônimo de "povo africânder" no seio do nacionalismo africânder. (KINGHORN, 1994)

vistos como heróis responsáveis por devolver ao povo africânder o orgulho que lhes havia sido roubado após as humilhações impostas pelas derrotas nas Guerras Anglo-Boêres<sup>53</sup>, e alterar as leis que esses grandes homens haviam deixado como legado seria uma traição pessoal contra essas lideranças históricas.

A reorganização do Departamento de Informação realizada por Mulder foi parte do reordenamento ministerial de Vorster para lidar com essas divisões, que haviam paralisado seu primeiro mandato. A nova estrutura do Departamento, priorizando funcionários de carreira e com uma retórica de trabalho mais proativa, agradava às alas *verligte* do Partido que viam tal ação como uma forma de modernização e diálogo com o mundo. Ao mesmo tempo, a criação do *BOSS* (*Bureau of State Security*, ou Gabinete de Segurança de Estado), sob a batuta do General Van Der Bergh, agradou os setores mais militarizados, que priorizavam a segurança militar do regime. O aceno aos *verkramp* vinha com o aumento do poder da Irmandade Africânder (*Afrikaner Broederbond*, no original em africâner), sociedade secreta que reunia a nata do nacionalismo africânder na defesa do que entendia como interesses do povo africânder<sup>54</sup>. Tal arranjo de governo foi o que criou a tranquilidade política necessária para realização das operações financeiras e burocráticas que a execução da guerra de propaganda de Rhodie demandavam, além de manter Vorster alinhado com a ideia de uma unidade africânder, ainda que mais frágil do que nos tempos de Verwoerd. Ou seja: o novo Departamento de Informação de Mulder estava ciente das necessidades políticas do seu grupo de apoio naquele momento e agia de acordo com elas.

A agenda de propaganda possibilitada por essa reorganização e pela entrada de Rhodie em um cargo de chefia também desempenhou papel importante na articulação dos interesses africânderes dentro da geopolítica da Guerra Fria. Esse movimento não era novo: o medo do comunismo já existia enquanto ativo político no país desde antes do estabelecimento do regime de *apartheid*. As eleições de 1948 e a campanha de acusação que associou a imagem de Jan Hoffmeyer ao comunismo demonstraram isso, e a Lei de

---

<sup>53</sup> As Guerras Anglo-Boêres foram os conflitos armados que aconteceram no final do século XIX e início do século XX entre o Estado Livre de Orange e as forças do Estado Colonial britânico pelo controle da região do Transvaal. A Primeira Guerra Anglo-Boêr aconteceu entre 1880 e 1881, com vitória africânder e conquista da independência do Transvaal, então território britânico desde 1877. A Segunda Guerra Anglo-Boêr iniciou-se em 1899 e terminou em 1902, após total anexação de seu território pelo Império Britânico. (THOMPSON, 2001)

<sup>54</sup> Fundada em 1918, a organização desempenhou papel central no crescimento do nacionalismo africânder no país (BLOOMBERG, 1990). Na década de 1970, entretanto, sua relevância política tornou-se objeto de disputa dentro do próprio nacionalismo africânder: havia quem questionasse a legitimidade de a organização ser tão atuante na formulação de políticas de Estado e quem acusasse o governo de Vorster de usá-la para pavimentar a aceitação de suas políticas. (THE S.A. BROEDERBOND, 1972; DUBOW, 2014)

Supressão do Comunismo de 1950 como estandarte do mandato de François Malan no cargo de primeiro-ministro não deixou dúvidas sobre o componente anticomunista do nacionalismo africânder. (THOMPSON, 2001; DUBOW, 2014)

O lugar desse anticomunismo, entretanto, ganhou novos significados dentro da agenda do Partido Nacional à medida que a Guerra Fria se impôs como pano de fundo geopolítico de alcance mundial. A ameaça vermelha continuava colocando em risco o nacionalismo africânder e precisava ser combatida, mas passou a ser também uma moeda de troca no fortalecimento regional do regime. O livro *"Cold War in Southern Africa – White Power, Black Liberation"* (“Guerra Fria na África Austral – poder branco, liberação negra”, tradução minha), organizado por Sue Onslow, traz dois artigos que colocam em perspectiva alguns pontos da história da região durante a disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética. O terceiro capítulo, escrito por Anna-Mart Van Wyk e intitulado *"The USA and apartheid South Africa's nuclear aspirations"* (“Os EUA e as aspirações nucleares da África do Sul do Apartheid”, em português) detalha a participação norte-americana no desenvolvimento das armas nucleares sul-africanas e a anuência de Washington a respeito do tema mesmo nos anos 1970, pouco tempo depois de a Casa Branca assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em 1968. Por outro lado, Andy DeRoche analisa a relação entre Estados Unidos da América e Zâmbia no sexto capítulo do livro, chamado *"Non-alignment on the racial frontier: Zambia and the USA, 1964-1968"* (“Não-alinhamento na fronteira racial: Zâmbia e os EUA, 1964-1968”, em português), quando a postura americana diante das aspirações nucleares do país foi diametralmente oposta à adotada no caso sul-africano. A posição política de ambos os países era próxima, já que na leitura do Departamento de Estado dos EUA tanto a África do Sul quanto a Zâmbia se posicionavam de modo genuíno em oposição ao bloco soviético na Guerra Fria. Com efeito, era sua posição pró-Occidente que habilitava esses governos a considerar que poderiam receber apoio de Washington em seu intuito de se armar, mas só um deles acabou recebendo tal suporte.

O que o texto de Van Wyk dá a entender é que a diferença entre os dois casos repousava na relevância regional dos países – o fato de a África do Sul possuir generosas reservas de ouro e o de ser um ponto estratégico na Rota Marítima do Cabo teriam sido as principais razões do apoio dos Estados Unidos ao projeto sul-africano de desenvolver armas atômicas. O que a comparação desses dois casos evidencia é que se o anticomunismo era a carta que permitia aos governos se sentarem na mesa geopolítica

dos Estados Unidos, ele não era, entretanto, o suficiente para que fossem considerados jogadores.

O segundo capítulo do livro de autoria de John Daniel propõe, de certa forma, uma explicação da "tática de jogo" usada pelo governo sul-africano. Em "*Racism, the Cold War and South Africa's regional security strategies, 1948-1990*" ("Racismo, a Guerra Fria e as estratégias de segurança regional da África do Sul, 1948-1990" em português), o autor sustenta que o paradigma da Guerra Fria como norte da estratégia sul-africana na África Austral não passou de um mito, e que o real interesse de Pretória era a garantia da dominação branca no país. Dessa forma, apesar de ter o anticomunismo como um dos elementos fundadores de sua política desde a década de 1940, a adesão do governo africânder a essa agenda não tinha a ver com uma defesa do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos; pelo contrário, tinha a ver com buscar sua própria sobrevivência, visto que a União Soviética apoiava os movimentos negros de liberação na região desde suas primeiras horas de existência, e o Partido Comunista da África do Sul (*SACP*, na sigla original em inglês) agia articulado ao Congresso Nacional Africano (*ANC*, na sigla original) e ao Congresso Pan-Africanista (*PAC*, na sigla em inglês) na oposição ao regime, além da ligação internacional notória entre movimentos negros antirracistas e comunismo que gerou nomes como W.E.B Du Bois e C.L.R. James, para listar apenas em um par de exemplos. Essa leitura também está presente no trabalho de Igor Costa sobre as *border wars* sul-africanas, quando toma essas "guerras de fronteira", travadas em Angola, Sudoeste Africano e Rodésia, como demonstrações deste movimento que Daniel elabora em seu artigo. Segundo Costa,

O principal objetivo era criar uma situação na África Austral em que todos aceitassem a hegemonia sul-africana. A metáfora era o termo "constelação". O maior desejo sul-africano era de expandir sua lógica dos bantustões para os países vizinhos. Nela, Moçambique e Angola seriam governados por líderes negros, mas tolerantes ao *apartheid*, anticomunistas e colaboradores na perseguição à *SWAPO* e ao Congresso Nacional Africano (COSTA, 2015, p. 26)

Em outras palavras, a perspectiva que os textos publicados nesse livro apresentam é a de que, mais do que expressar o combate político entre as duas superpotências globais da época, os grupos e movimentos políticos do sul da África instrumentalizaram aquela disputa em favor de seus próprios interesses.

Essa instrumentalização é um dos movimentos presentes na retórica que fez Eschel Rhodie brilhar como opção para a Secretaria de Informação. Ao questionar a hostilidade

internacional à África do Sul, o paralelo que ele fez em "*The Paper Curtain*" foi com os regimes socialistas de então:

[*A Cortina de Papel difere*] ... Em um aspecto importante da Cortina de Ferro russa, do muro da Alemanha Oriental e da Cortina de Bambu chinesa: ela não é resultado das ações das pessoas responsáveis pelos 'mal feitos' do 'apartheid', mas pelas mesmas pessoas que alegam querer introduzir sanidade e razão na África do Sul. (RHOODIE, 1969, p. 195, tradução minha)<sup>55</sup>

Ao afirmar que havia uma parede de mentiras criadas pela imprensa ocidental ao redor da África do Sul, Rhodie equivalia a imprensa do "mundo livre" aos órgãos de controle dos regimes socialistas, compreendidos pelas mídias ocidentais na época como verdadeiros templos de promoção e execução da censura estatal à liberdade de expressão. Com isso, o autor ratificava o combate ao comunismo com ponto passivo em sua agenda: o comunismo era inimigo do país e comunistas eram as iscas usadas contra a África do Sul. Dessa forma, o jovem funcionário do Serviço de Informação elaborava um argumento que visava pressionar os setores formadores de opinião de países centrais do bloco capitalista a apoiar o regime sul-africano utilizando a mesma retórica que tais setores por vezes utilizavam para conseguir concessões de outros atores: "se você não está comigo, então está com eles – e você não quer estar do mesmo lado que os comunistas, não é verdade?".

Foi a partir dessa base retórica que o programa de propaganda doméstica e estrangeira do Departamento de Informação estabeleceu-se. O movimento lógico por trás do diagnóstico era forçar uma abertura ao diálogo e aí entraram os projetos que seriam desenvolvidos a partir de então. Um belo exemplo de iniciativa desenvolvida pelo Departamento naquela época foi a criação do programa de visitantes, que trazia comitivas estrangeiras de países-alvo do governo sul-africano compostas de políticos, lobistas, jornalistas e pessoas influentes de modo geral. Para Rhodie, ele foi "o elemento mais importante de quase tudo que nós fizemos" (apud RHEES; DAY, 1980, p. 221). Esse programa se tornaria um importante legado de Mulder e seus resultados ecoariam ainda por décadas, sendo importante ferramenta no enfrentamento da frente *antiapartheid* que

---

<sup>55</sup> “[The Paper Curtain differs] ...in one crucial aspect from the Russian 'Iron Curtain', East Germany's infamous 'Wall' and Red China's 'Bamboo Curtain' in that it is being drawn not by the people held responsible for all the 'evil deeds' of apartheid but by the very people who claim that they wish to introduce reason into South Africa.”



se tornaria globalmente sólida a partir da década seguinte.<sup>56</sup> Efetivamente, o anticomunismo era um tema candente no Ocidente durante a Guerra Fria e o governo africânder buscou manipular esse ativo a seu favor.

A manipulação de temas sensíveis politicamente através da propaganda não era exclusividade do governo sul-africano; pelo contrário, era a tônica no mundo em Guerra Fria. Tanto Estados Unidos quanto União Soviética tinham agências estatais que contavam com vultuosos orçamentos a fim de ampliar os países e regiões em sua esfera de influência através de cooperações institucionais, assim como trabalhavam para influenciar públicos estrangeiros a seu favor. Parte da ação estava exatamente em dizer que os órgãos responsáveis pela propaganda eram apenas agências de informação e estavam exclusivamente informando a população – nos EUA, era à Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA, no original em inglês) que cabia essa função, enquanto na URSS o trabalho era dividido entre o Gabinete Soviético de Informação (*Sovinformburo*, na sigla original), pelo Gabinete Político do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (*Politburo*) e pelo Comitê de Segurança de Estado (KGB).

Como se percebe pelos nomes desses órgãos, parte do movimento de influenciar a opinião pública visava alimentar a associação entre "informação" e "propaganda". O objetivo deles era evocar para si o caráter edificante usualmente atribuído ao primeiro termo, afastando-se do sentido pejorativo de manipulação então vinculado ao segundo termo.<sup>57</sup> Dessa forma, protegiam-se sob a retórica de que suas ações e seus projetos visavam informar as pessoas sobre a verdade acerca de determinados temas. No contexto do *apartheid* sul-africano na década de 1970, essa retórica tinha um significado específico. Foi naquela década que a tese da "ofensiva total" contra o regime ganhou popularidade, e a base dessa compreensão é de que a hostilidade internacional contra o

---

<sup>56</sup> Isso ficou ainda mais nítido nos anos 1980, quando lideranças conservadoras norte-americanas se mobilizaram em oposição às sanções contra a África do Sul. Uma forte "cruzada conservadora" seria organizada para influenciar a Casa Branca e o Congresso, tendo como um dos seus principais nomes o pastor sulista Jerry Falwell, co-fundador da organização conservadora Maioria Moral (*Moral Majority*, em inglês), defensor da ideia de que "o principal problema na África do Sul não é o *apartheid*, é o comunismo". Ele e os outros membros da tal cruzada declararam apoio ao governo africânder sob a alegação de que "a única alternativa ao atual governo é a dominação soviética." (WINDRICH, 1989, p. 560, tradução minha).

<sup>57</sup> Apesar de Nicholas Cull (2010) apontar que, desde o fim da Primeira Guerra, as audiências, em particular americanas, já encaravam ambas as palavras como sinônimos, a tática de apostar na distinção entre ambas continuou. O que mudou a partir da década de 1960 foi que a *USIA*, estabelecida pela lei Smith-Mundt em 1948 e em efetiva atividade desde 1953, começou a pensar suas atividades de influência sobre a opinião pública estrangeira dentro dos termos da *diplomacia pública*, mas esse não é o caso dos atores do Departamento de Informação da África do Sul, que se referiam publicamente aos seus projetos, domésticos e estrangeiros, como *propaganda*.

país era fruto de uma profusão de inverdades sobre o sistema sul-africano – a tal "cortina de papel" do livro de Rhodie.

Efetivamente, a utilização de tal nomenclatura no título do departamento sul-africano expressava a adoção de práticas e noções de propaganda àquela altura já consagradas no mundo, principalmente no bloco capitalista. A própria base retórica de acusar a existência de uma campanha internacional de desinformação é uma delas: nos Estados Unidos, um importante pilar das políticas de combate ao antiamericanismo era essa ideia de que havia profundo desconhecimento por trás da oposição aos “valores americanos” e que somente informação verdadeira e acurada poderiam mitigar tal ameaça. (FRIEDMAN, 2015)

Por sua vez, a promoção de Rhodie e De Villiers, funcionários do Departamento com experiência internacional, bem como o incentivo interno dado aos funcionários com trajetória parecida, visavam não apenas a internacionalização das ações de propaganda, mas também a criação de um ambiente de trabalho que tivesse na cooperação com entes privados uma dinâmica comum. Essa dinâmica de cooperação foi fundamental para que o *Mighty Man* surgisse no horizonte de ação do Departamento de Propaganda como uma ação possível.

### **1.3 A saga de *Mighty Man*: concepção, produção e circulação**

Quando os quadrinhos do *Mighty Man* começaram a ser veiculados, pouco se sabia sobre a sua produção. As revistas não apresentavam uma ficha técnica listando roteiristas, desenhistas, coloristas ou arte-finalistas, como era de praxe nas edições importadas e reimpressas que circulavam no país. Em todas as dezessete edições publicadas, apenas uma pessoa foi identificada na revista: Simon Sabela, apresentado como editor. É irônico que, depois do fim da veiculação das revistas, tenha se tornado público que essa única identidade humana apresentada pela série não tivesse relação alguma com o processo de concepção, execução e comercialização da revista.

Àquela altura, Simon Sabela era o principal ator e diretor sul-africano. Herói de filmes nacionais e galã de novelas populares, Sabela foi alçado ao patamar de referência artística no país após se tornar, em 1974, o primeiro artista negro a dirigir um filme de longa metragem na África do Sul. Seu legado para a cena artística é tamanho que o maior prêmio da TV e do cinema sul-africano hoje é o *Simon Sabela Awards*. Entretanto, apesar

de sua enorme relevância, não há nada registrado que indique uma incursão de Sabela no mundo dos quadrinhos.

O que parece provável é que Sabela desempenhou junto à *Afri-Comics* papel parecido com o que havia desempenhado na "indústria de filmes negros" que surgia no país naqueles tempos<sup>58</sup>: era a presença negra legitimadora de uma ação que, por um lado, fomentava a cooperação do público negro com o *apartheid*, e, por outro, favorecia a concentração do investimento estatal nas mãos de brancos, preferencialmente africanos. Ao que tudo indica, Sabela foi uma face popular acionada para facilitar a identificação e o interesse da juventude negra pela revista do *Mighty Man*.

Isso era necessário porque a concepção e a produção da revista passaram ao largo de contar com a participação de pessoas negras. Após o fim da veiculação da revista em quadrinhos, a revista *Southern Africa* publicou um artigo vinculando o *Mighty Man* ao projeto do governo africano de comprar simpatia em colaboração com empresários estrangeiros.<sup>59</sup> O artigo é assinado por Steve Weissman, então conhecido jornalista e comentarista político americano associado à *New Left* californiana. O título do texto principal assinado por ele se chama "Editor Americano Leiloa África do Sul" (tradução minha para "*American Publisher Peddles South Africa*") e fala especificamente sobre a relação existente entre o magnata americano das comunicações John McGoff e a campanha de relações públicas que o governo sul-africano empreendia. McGoff era dono de dezenas de jornais ao redor dos Estados Unidos através de suas editoras Panax e Global, além de possuir uma rede de TV sediada em Londres chamada *UPI Television News*. Àquela altura, já tinham se tornado notórios os artigos e colunas publicados em seus veículos de comunicação que expressavam posições favoráveis ao regime africano. Weissman trazia como novidade o fato de que tais posições faziam parte de uma série de iniciativas executadas em conjunto com próprio governo sul-africano. Como diz o artigo,

A Panax de McGoff tem um pequeno investimento na África do Sul: uma gráfica chamada Xanap - que tem impresso a revista semanal governista *To The Point* e os títulos da controversa *Afri-Comics*, que por sua vez pertencem ao editor da *To The Point*, J. Van Zyl Alberts.

---

<sup>58</sup> A partir de 1972, o governo sul-africano passou a direcionar verbas estatais para a produção de filmes direcionados ao público negro, no que ficou conhecido como "*B-scheme subsidy*": companhias de produção audiovisual possuídas, dirigidas e operadas por brancos recebendo subsídio governamental para fazer filmes com negros. (PALEKER, 2010)

<sup>59</sup> Essa revista era produzida em Manhattan com a colaboração de ativistas e jornalistas do mundo todo e correspondentes locais em solo africano que comentavam e noticiavam os principais fatos políticos da África Austral. Todos os volumes da publicação estão disponíveis no site do *African Activist Archive*: <http://africanactivist.msu.edu>.

McGoff também ofereceu auxílio na distribuição americana da nova *To The Point International*, que é produzida na Antuérpia.<sup>60</sup> (WEISSMAN, 1978, p. 4)

Em um texto complementar da mesma revista, Weissman fala um pouco mais sobre a *Afri-Comics* e o *Mighty Man*.

Um consultor de marketing de Nova Iorque com clientes na África do Sul, Manville teve a ideia dos quadrinhos em 1975. "Era uma cópia deliberada de um formato muito bem-sucedido – para ser específico, o *Superman*, que tem dado certo por uns 25 anos". Só que o *Mighty Man* com suas calças azuis e sua capa escarlate era um sul-africano negro, e Manville com seu time de cartunistas autônomos e roteiristas do ramo localizavam as histórias em uma *township* negra muito parecida com a tão falada Soweto. Manville vendeu a ideia a um dos principais homens da mídia sul-africana, J. Van Zyl Alberts, que também comanda a revista semanal governista *To The Point*. Manville dirige o braço criativo em Nova Iorque. Alberts publica os quadrinhos por uma empresa sul-africana, *Afri-Comics*. E John McGoff, cabeça do grupo de jornais americanos Panax, imprime os quadrinhos através de sua subsidiária sul-africana, a Xanap, em uma gráfica localizada no bantustão *tswana* próximo a Pretória.<sup>61</sup> (WEISSMAN, 1978, p. 3)

Weissman credita a criação do personagem a Richard Manville, consultor de *marketing* que havia sido contratado em 1971 por Rhodie para realizar uma análise de mercado sobre a percepção que o público americano tinha sobre a África do Sul e seu governo. A partir de então, teria sido gerada a ideia para o quadrinho, como ação de propaganda para o regime africânder. Isso o teria levado a abordar Jan Van Zyl Alberts para tratar do assunto. De acordo com essa versão dos fatos, a *Afri-Comics* e o *Mighty Man* seriam iniciativas inteiramente privadas, articuladas por homens politicamente interessados que viram ali uma oportunidade de negócio: Manville, tendo sido responsável pela pesquisa que Rhodie fez para se certificar do resultado da cobertura internacional sobre o país, sabia da necessidade que o governo tinha de reforçar positivamente a colaboração com o regime de *apartheid*; Van Zyl Alberts, como editor

---

<sup>60</sup> "McGoffs Panax has a small investment in South Africa: a printing firm called Xanap - which has printed the pro-government newsweekly *To The Point* and the controversial *Afri-Comics*, which were owned by *To The Point* publisher J. Van Zyl Alberts. McGoff also offered to help out with American distribution of the new *To the Point International*, which is published from Antwerp."

<sup>61</sup> "A New York marketing consultant with clients in South Africa, Manville thought of the comic strip back in 1975. 'It was a deliberate copy of a highly successful format-namely *Superman* which had been working for some 25 years'. Only *Mighty Man* with blue tights and scarlet cape was a South African black, and Manville and his team of freelance cartoonists and balloon writers set the stories in a black township very like the now-famous Soweto. Manville sold the idea to leading SA media man J. van Zyl Alberts, who also runs the pro-government newsweekly *To The Point*. Manville ran the creative end from New York. Alberts published the strips through a South African firm, *Afri-Comics (Pty) Ltd*. And John McGoff, head of the American Panax newspaper chain, printed the comics through his South African subsidiary XANAP, with a printing press in the Tswana bantustan near Pretoria."

da *To The Point*, amigo pessoal de Vorster e empresário, viu na revista um produto com potencial de sucesso, já que não existia uma verdadeira indústria nacional de histórias em quadrinhos; McGoff, homem de negócios, viu ali uma possibilidade de levar suas empresas de mídias para o mercado sul-africano – no fim, todos ganhavam dinheiro e, ao mesmo tempo, reforçavam relações em um mercado local dominado por ideias políticas conservadoras das quais compartilhavam.

Mais adiante, no mesmo texto complementar, afirma-se que o artista chefe da revista era Joe Orlando. Em 1975, quando o quadrinho começou a ser publicado, o artista ítalo-americano tinha quarenta e oito anos, vinte e oito deles dedicados ao trabalho profissional em praticamente todas as funções que um quadrinista pode desempenhar, de roteirista a ilustrador de capas, e já era uma lenda viva. Em entrevista mencionada pelo texto complementar da *Southern Africa*, ele deu maiores informações sobre as orientações recebidas para a criação dos quadrinhos do *Mighty Man*:

Havia certas linhas gerais", explica o cartunista chefe Joe Orlando. "Como não xingar o governo. (...) Basicamente a gente estava do lado da lei e da ordem, defendendo que crianças devem ficar na escola, obedecer às leis, e todo o resto dessas coisas, que são exatamente o formato que o Superman segue.<sup>62</sup> (WEISSMAN, 1978, p. 3)

Diante de um projeto voltado a jovens em idade escolar, o artista pensou que seria uma boa ideia complementar o projeto com um pouco mais de informação. Lembrando-se de seu início de carreira na *Educational Comics*, editora americana inicialmente focada em títulos sobre Ciências, História e ensinos bíblicos, Orlando pensou em agregar elementos educativos às edições. Sugeriu que cada uma delas tivesse uma seção informativa de uma página falando a cada mês sobre um herói africano em particular. Sua sugestão foi de que o primeiro fosse Amílcar Cabral, grande líder anticolonial guineense. Obviamente a sugestão foi vetada, por motivos políticos. No lugar da sugestão do artista, todas as edições trouxeram ao fim da história principal uma seção dedicada a incentivar a prática esportiva, contendo homenagens a esportistas sul-africanos e dicas de esporte, do futebol ao judô (Fig. 03). Outra sugestão de Orlando, igualmente vetada, foi uma menção à escravidão na página de apresentação do personagem na primeira edição – na versão que foi publicada, inexistente tal referência histórica.

---

<sup>62</sup> "There were certain guidelines," explains lead cartoonist Joe Orlando. "Like not screwing around with the government." (...) "Basically we were on the side of law and order, and kids should stay in school, and they should obey the law, and all the rest of that stuff, which is exactly the format Superman follows."

Figura 03 - Exemplo de conteúdo esportivo nas revistas *Mighty Man*



Fonte: *Mighty Man*, nº 1, p. 29; nº 7, p. 26

O texto de Weissman (1978) leva a crer que o corpo editorial responsável por tais vetos seria composto de executivos da *Afri-Comics*, os mesmos que na véspera do lançamento dos títulos da editora teriam afirmado a jornais sul-africanos que "os negros vão abraçar" a editora. O autor não se alonga sobre os vetos; não atribui responsabilidade a ninguém em específico. Todavia, ele expressa uma compreensão de que a revista seria editorada por uma equipe editorial corporativa, guiada por interesses mercadológicos.

O que Weissman ainda não sabia quando escreveu o texto, provavelmente no fim de 1977, é que os tais executivos, incluindo o próprio Van Zyl Alberts, apenas executavam um projeto idealizado dentro do Departamento de Informação. Em 1979, uma comissão de inquérito estabelecida pela Suprema Corte sul-africana, sob o comando do Ministro Rudolf Erasmus, revelou que o aporte financeiro que tirou do papel a ideia de uma editora de quadrinhos voltada para a juventude negra sul-africana veio de movimentações contábeis irregulares feitas pelo governo para alimentar o programa de propaganda de Mulder e Rhodie. O financiamento da *Afri-Comics* como um todo teria custado R400 000 na época (SANDERS, 1997) – para efeito de comparação, em agosto de 1975, quando a primeira edição de *Mighty Man* foi publicada, esse valor equivalia a cerca de US\$ 559.000, ou US\$2.806.870 na cotação de 2021.

Quatro anos depois, o próprio Eschel Rhodie publicou um livro chamado "*The Real Information Scandal*" ("O Verdadeiro Escândalo da Informação", em português), onde pretendia se defender da fogueira pública onde foi jogado após o escândalo. Como foi publicado anos depois do assunto ter rendido semanas e semanas de manchetes, relatórios, vazamentos e descobertas, o já ex-Secretário de Informação tenta nas 928 páginas do livro assumir o protagonismo da história, chamando para si o pioneirismo criativo da maior parte dos projetos tocados pelo departamento e criticando os quadros

superiores do Partido Nacional africânder por terem feito pouco para garantir o sucesso das operações (RHOODIE, 1983). Nesse livro, Rhodie apresenta uma versão dos fatos que é bastante diferente.

Segundo ele, a ideia de estabelecer uma editora de quadrinhos no melhor estilo das *comics* americanas partiu do próprio Departamento de Informação, e os argumentos das principais revistas da editora, "*Mighty Man*" e "*Tiger Ingwe*", foram elaborados pela esposa de Jan Van Zyl, Bettie Van Zyl Alberts.

Alberts recebeu instruções nossas para estabelecer uma empresa, *Afri-Comics*, que iria produzir típicos quadrinhos no formato americano para distribuição em massa. O objetivo era conter propaganda comunista e de apoio à SWAPO<sup>63</sup> entre os negros sul-africanos e promover não apenas o conceito de lei e ordem, mas também de amor por sua própria história e cultura. Foi uma ideia que peguei de alguns amigos da CIA, que tinham diversas tirinhas em quadrinhos no Ocidente e que, além disso, produziam quadrinhos para distribuição no Oriente Médio e no Extremo Oriente.

Dois personagens principais foram selecionados para serem heróis dos quadrinhos: *Tiger Ingwe* e *Mighty Man*. O roteiro era escrito pela esposa de Alberts, Bettie, que é uma antropóloga profissional, e também por escritores situados nos Estados Unidos. O trabalho artístico era feito em Nova Iorque através da Richard Manville S.A. Essa era a mesma empresa de pesquisa mercadológica que conduziu em sigilo a análise global sobre a imagem da África do Sul em 1973 que usei como base no preparo da campanha de propaganda de cinco anos do governo.<sup>64</sup> (RHOODIE, 1983, p. 281)

Ainda segundo Rhodie, a bagagem de Bettie Van Zyl como antropóloga lhe auxiliou a ir além da redação do argumento: Bettie organizou grupos focais em áreas urbanas e rurais para identificar elementos a serem explorados pelas histórias de modo a aumentar seu apelo junto a tais públicos. Ela e seu marido reuniram-se algumas vezes com os artistas em Nova Iorque para discutir o tipo de linguagem e o tipo de ilustração que teria mais apelo ao público-alvo dos quadrinhos.

---

<sup>63</sup> SWAPO é a sigla em inglês para *South West Africa People's Organisation*, ou Organização do Povo do Sudoeste Africano, principal organização a lutar pela independência da atual Namíbia.

<sup>64</sup> "Alberts received instructions from us to establish a company, *Afri-Comics*, which had to produce typical American-style comics for mass distribution. The objective was to counter Communist and Swapo propaganda among South African Blacks and to promote not only the concept of law and order but also a love for their own history and culture. It was an idea which I had picked up from friends in the CIA who had several major comic strips in the West and who had also produced comic books for distribution in the Middle and Far East. Two major characters were selected to be the heroes of the comic strips: *Tiger Ingwe* and *Mighty Man*. The story line was written by Albert's wife Bettie, who is a trained anthropologist and also by writers in the United States. The art work was done in New York through Richard Manville Inc. This was the same market research company which conducted the world-wide secret market analysis on South Africa's image in 1973, and which I used as the basis in preparing the Government's five-year propaganda campaign."

Nessa apresentação dos fatos, publicada anos depois da Comissão de Inquérito tornar público o envolvimento do governo africânder com a *Afri-Comics*, a máscara de "livre iniciativa visando lucro financeiro e político" caiu por terra. O papel dos atores mudou de relevância substancialmente. Onde antes havia um analista de mercado utilizando de informação privilegiada para acionar sua rede de contatos e lançar um produto cultural inovador com potencial de desenvolver um mercado local de quadrinhos ainda inexistente, agora se via uma ação de propaganda governamental que era parte de uma campanha de propaganda e teve sua execução terceirizada para atores privados, tanto com a finalidade de aumentar a legitimidade da ação, quanto de fortalecer relações comerciais importantes para a construção da nova imagem internacional que o governo sul-africano almejava com tal campanha.

Nessa campanha, o papel dos quadrinhos da *Afri-Comics* era apresentar um contraponto ao que Rhodie identificava como "propaganda comunista". No caso específico do *Mighty Man*, a ideia era superar tal propaganda na influência dos jovens negros das *townships* através de uma mensagem que reforçasse a importância da lei e da ordem, como era de praxe no gênero dos super-heróis, ao mesmo tempo em que estabelecesse relação entre o comportamento ordeiro e o respeito às tradições e ao legado dos povos tradicionais africanos. Na página de apresentação da primeira edição tal associação é explícita: o *Mighty Man* é apresentado como um homem "orgulhoso de seu povo e de sua gloriosa herança... um homem com a força, o caráter nobre, a honestidade a generosidade dos negros que caminharam sobre a África antes dele", empenhado a combater "cobras e vermes criminosos que se esqueceram do grande legado de seus ancestrais", como se pode ver (Fig. 04).

O fato de esse texto vir na página de apresentação, antes mesmo do começo da história e da explicação da origem do herói, demonstra o quão crucial essa associação era na intenção dos criadores da produção. A origem do herói reforça seu compromisso com a manutenção da ordem. Antes mesmo de ganhar superpoderes, Danny Ndhlo mo já era apresentado como um personagem de traços heroicos.

A trajetória do personagem reafirmava seu caráter virtuoso: Danny era um oficial de polícia que foi baleado ao impedir que uma loja local fosse assaltada – e nocauteou os dois criminosos mesmo depois de receber um tiro no peito. Danny teve sorte, sobreviveu ao tiro, mas ficou com o projétil alojado em seu peito, impondo a ele a incapacidade de continuar patrulhando as ruas da *township*. Diante disso, foi retirado do trabalho de patrulha e designado para trabalhar nos arquivos da delegacia junto com Donna Buthelezi,



que se tornou seu interesse amoroso. A colega de trabalho de Danny, entretanto, teve papel importante na sua aquisição de super poderes: seu irmão Jack foi sequestrado por uma gangue de criminosos e ela é chantageada por eles para que roube os arquivos policiais que os mencionem – se não fizer isso, Jack morrerá. Quando Donna está saindo da delegacia com os arquivos, um mal-entendido faz com o chefe de polícia entenda que Danny era quem estava tentando roubá-los, o que dá início a uma perseguição ao herói

**Figura 04** - Apresentação do *Mighty Man* na primeira edição de sua revista



Fonte: *Mighty Man*, 1975, nº 1, p. 2

. O jovem consegue escapar, mas o esforço empreendido na fuga o debilita, como havia previsto o médico. Ao buscar abrigo da chuva em uma caverna escondida, ele se afoga e é salvo por estranhas criaturas subterrâneas que, com sua tecnologia de ponta, removem o projétil que debilitava Danny e, além disso, o dotam de superpoderes.

Os nomes dados aos personagens em si já demonstram o esforço empreendido para que despertassem a simpatia da audiência: tanto Ndhlomo, quanto Buthelezi, sobrenomes

de Danny e Donna, remetem a clãs nativos associados com a chefia de povos *xhosa* e *zulu*. Ndhlomo é uma variação de Dlomo, sobrenome derivado do nome de um dos reis da dinastia Thembu; Buthelesi também é um nome real, inclusive era o sobrenome do então Ministro Chefe do bantustão de KwaZulu, Mangosuthu Buthelezi – que também era líder do *Inkhata Freedom Party*, principal partido a agitar a bandeira do nacionalismo banto no país.

Esse elemento deve ter sido um dos acionados por Betty Van Zyl para contornar a dificuldade que os idealizadores sul-africanos teriam encontrado nos artistas americanos na hora de representar personagens negros africanos – para Rhodie, os personagens desenhados por eles tendiam a “agir e parecer com negros americanos” (RHODIE, 1984, p. 282).

Não é possível especificar ao certo o que Rhodie e companhia entendiam como "agir e parecer com negros americanos", já que, depois de algumas reuniões, o autor diz que os artistas encontraram "o tipo certo de ilustração". O que é perceptível é que os cenários têm nitidamente como referências aquilo que os quadrinhos americanos apresentavam na época. As *townships* são apresentadas como ambientes urbanizados, asfaltados, com algumas poucas construções de mais de um andar e algumas casas com aparência envelhecida (Fig. 05). O que parece é que os ilustradores entenderam "*townships*" como variação das "*towns*" americanas, as cidadezinhas, maiores que os povoados chamados *villages*, mas que não chegam a ser uma grande cidade, uma *city*. A realidade é que o cenário das *townships* era bem diferente nos anos 1970 daquele apresentado nos quadrinhos do *Mighty Man*.

**Figura 05** - Cenário da *township* de acordo com a edição nº 13 de *Mighty Man*



Fonte: *Mighty Man*, 1976, nº 13, p. 19

Majoritariamente, as ruas eram de chão batido e não de asfalto; as casas eram pequenas e se dividiam entre os barracos irregulares e as *matchbox houses* construídas pelo governo ("casas de caixa de fósforo", em português), pequenas e com poucos cômodos, sem água encanada, nem rede elétrica – mesmo em *townships* como Soweto, construída nos arredores de Johannesburgo e principal alvo de distribuição da revista. Os hospitais, cenários recorrentes da história, onde *Mighty Man* visitava vítimas de ações criminosas, nem de longe lembram as estruturas falidas comumente colocadas à disposição das populações negras e pobres africanas e remetiam muito mais aos hospitais brancos; afinal, eram os brancos que tinham uma vida similar àquela das classes médias e altas da Europa e da América do Norte. Como Leonard Thompson explica,

Caracteristicamente, eles [*os brancos*] possuíam carros e viviam em casas ou apartamentos espaçosos em subúrbios segregados, com empregados negros. O Estado provia a eles serviços públicos excelentes: escolas e hospitais; parques e campos de esportes; ônibus e trens; estradas, água encanada, eletricidade, telefones, drenagem e saneamento. [...] Os serviços públicos para negros eram caracteristicamente inadequados ou inexistentes. Nos bantustões, mulheres ainda andavam quilômetros todos os dias para buscar água e madeira para lareira; nas cidades, pessoas se amontavam em residências conjugadas separadas por sexo, casas com goteiras e infiltrações, ou cabanas improvisadas. Escolas, hospitais e transporte público para negros eram bastante inferiores. Eletricidade, água encanada, telefones públicos, sistemas de esgoto, parques e campos de esporte eram raros.<sup>65</sup> (THOMPSON, 2001, p. 200-201)

Os problemas combatidos pelo herói, entretanto, em sua maioria eram familiares ao cotidiano das *townships*. Na defesa da sua vizinhança, Danny luta contra traficantes de drogas, chefões dos jogos de azar, comerciantes de armas, figuras políticas corruptas e principalmente contra as gangues de arruaceiros, os grupos de *tsotsis*. A briga contra os *tsotsis*, aliás, não se dava apenas nas aventuras do herói, que buscava frustrar os assaltos, sequestros e coações aos quais esses grupos eram cotidianamente associados, mas também pelo lugar de modelo a ser seguido. A dinâmica fora da lei dos *tsotsis* exercia algum fascínio sobre a juventude das *townships*, principalmente pela notoriedade local (positiva e negativa) que se ganhava ao integrar esses grupos. Sua atração sobre jovens

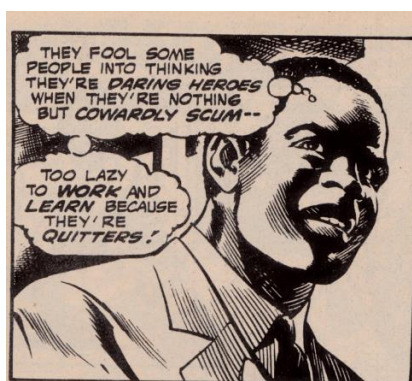
---

<sup>65</sup> “Characteristically, they [the whites] owned cars and lived in substantial houses or apartments in segregated suburbs, with black servants. The state provided them with excellent public services: schools and hospitals; parks and playing fields; buses and trains; roads, water, electricity, telephones, drainage, and sewerage. (...) Public services for Blacks were characteristically inadequate or nonexistent. In the Homelands, women still walked miles every day to fetch water and firewood; in the towns, people crowded into single-sex compounds, leaky houses, or improvised shacks. Schools, hospitals, and public transport for Blacks were sharply inferior. Electricity, running water, public telephones, sewage systems, parks, and playing fields were rare.”

rapazes era tamanha que as organizações políticas dos povos africanos no país constantemente debatiam táticas de infiltração nos grupos com a finalidade de trazer para seus quadros alguns dos *tsotsis*. (GLASER, 1998; DUBOW, 2014)

O interesse que os grupos despertavam tinha a ver tanto com a possibilidade de ganhar algum dinheiro sem a necessidade de se sujeitar ao domínio branco (ponto sob o qual as organizações de libertação do povo negro buscavam capitalizar-se politicamente ao discutir a possibilidade de infiltração e cooptação), quanto com certa ideia de coragem e aventura - afinal, cometer um assalto à mão armada envolve sempre um risco, seja de prisão ou de morte. Logo na sua primeira edição, *Mighty Man* se apresentou como opositor e adversário dessa lógica. Para Danny Ndhloho, esses criminosos "enganam as pessoas, levando-as a pensar que são heróis ousados quando não verdade não são nada além de uma escória covarde", que se metem a cometer crimes por serem "muito preguiçosos para trabalhar e aprender" (Fig. 06).

**Figura 06** - Danny Ndhloho pensando sobre os jovens que compunham as *tsotsis*



Fonte: *Mighty Man*, 1975, nº 1, p. 5

Em outro volume, cuja história girava em torno do tráfico de armas, uma crítica frontal às *tsotsi* foi feita: *Mighty Man* falou sobre como jovens achavam que com uma arma nas mãos se tornariam "homens de verdade", mas isso só expressava sua covardia. O objetivo do discurso é evidenciado no fim dessa mesma edição, quando o garoto flagrado com armas se vê convencido pelo exemplo de *Mighty Man* a abandonar as armas e compreende que a verdadeira expressão da coragem é defender a lei com seus punhos, como faz o herói (Fig. 07).

Uma das coisas que impeliram Dany Ndhloho a combater o crime, como policial e herói, foi a vontade de impedir que cidadãos honestos e trabalhadores fossem prejudicados. Em algumas ocasiões, ele agia diretamente salvando famílias de assaltos e

sequestros, e demonstrando entender as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores negros do país, como quando deixou dinheiro para um pai que morava com a filha e foi alvejado no braço por um criminoso em fuga; ou como quando passou a perseguir cobradores de dívidas violentos que se valiam de métodos de cobrança ilegais na edição 17. Nessa situação, inclusive, o personagem explicou a uma família marcada para ser atacada pelos vilões formas de tentar evitar a contração de dívidas com firmas de crédito suspeitas, e como cobranças legais aconteciam na vida real (Fig. 08).

**Figura 07** - *Mighty Man* se posicionando contra as armas nas *townships* e influenciando a juventude



Fonte: *Mighty Man*, 1976, nº 8, p. 4 e 25

**Figura 08** - *Mighty Man* solucionando problemas financeiros das famílias negras das *townships*



Fonte: *Mighty Man*, 1976, nº 16, p. 18

Esses casos demonstram como o herói afirmava-se como mão amiga aos trabalhadores africanos que se viam em dificuldades. Ao lidar com traficantes de drogas, também havia uma curiosa retórica em jogo: nas revistas de *Mighty Man*, o traficante é colocado no lugar de vilão, enquanto o usuário é encarado como vítima de uma vida sofrida ludibriada pelos traficantes que ofereceram drogas como solução de seus problemas, e que precisariam de tratamento médico para se curar (Fig. 09). A ironia aqui está no fato de que a legislação antidrogas na África do Sul passou por severos endurecimentos ao longo da década de 1970, e o uso de drogas era punido com prisão, sem qualquer garantia legal de tratamento médico. O argumento apresentado no quadrinho, todavia, se encontra com o ponto de partida dessa legislação ao definir usuários de drogas como pessoas que se viam obrigadas a cometer atos criminosos para sustentar seu vício – e é essa compreensão do uso de drogas ilícitas como porta de entrada para uma vida de crimes que embasou a construção de uma política sobre drogas voltada para a criminalização do uso e encarceramento de usuários. (DROGIN, 1994; SHELLY, 2016)

O abuso de drogas também foi apresentado na série como uma consequência do desajuste social dos jovens negros. Em uma das edições, a história girava em torno de Chefe Maleho Malapane, líder de um dos bantustões, que chega à *township* em busca de seu filho desaparecido. Lá, o velho guerreiro disse a *Mighty Man* e ao chefe de polícia que havia alguns anos seu povo viu uma grande debandada de jovens em direção às *townships*, almejando construir para si uma vida melhor, mas que ele havia descoberto que a maior parte desses jovens não se esforçava para buscar trabalho honesto, e, em vez disso, se entregava a vidas de "depravação e crime" (Fig. 10). Ao longo da história, Chefe Maleho construiu um centro comunitário para recuperação dos jovens originários dos bantustões que haviam sido corrompidos pelo crime das *townships*, descobriu que seu filho Salomon era o grande chefe criminoso a recrutar aqueles jovens e iniciou uma guerra contra as gangues. No fim, Salomon arrependeu-se e se juntou a seu pai na luta; a história termina dando a entender que todos do centro comunitário retornariam ao seu bantustão de origem.

**Figura 09** - Danny expõe seu pensamento sobre dependentes químicos



Fonte: *Mighty Man*, 1977, nº 17, p. 8

**Figura 10** - Chefe Maleho e o problema do êxodo de jovens dos bantustões



Fonte: *Mighty Man*, 1976, nº 15, p. 5

Há também uma afirmação da soberania dos bantustões. Nesse mesmo volume, apareceu uma rara discussão entre *Mighty Man* e o chefe de polícia (Fig. 11). O policial alertou Chefe Maleho a não infringir leis em sua busca por justiça; caso contrário, a polícia teria que agir contra ele. O líder recusou-se a aceitar os limites da lei, e *Mighty Man* concordou com o velho chefe. Depois, quando Salomon juntou-se à luta de Chefe Maleho contra os criminosos e pensou que seria entregue à polícia por seus crimes, foi surpreendido pela postura do herói, que, além de reconhecer sua redenção, defendeu que sua punição fosse decidida pelo próprio Chefe Maleho, de acordo com a tradição de seu povo.

**Figura 11** - *Mighty Man* apoiando a autodeterminação dos bantustões



Fonte: *Mighty Man*, 1976, nº 15, p. 9

Ao defender que "cabe ao povo decidir sua justiça, não à polícia", o super-herói corroborou a raiz conceitual do regime de *apartheid* como foi estabelecido em 1948: a ideia de que as raças deviam estar separadas a fim de que suas tradições fossem preservadas.

Esta história apresenta de modo direto uma crítica às *townships*, ao contrastá-las com os bantustões: as *townships* seriam o lugar da corrupção, enquanto os bantustões seriam lugares de pureza e honestidade. Esse argumento é conveniente à política de expansão dos bantustões e aceleração de sua independência, capitaneada pelo governo de Vorster desde a previsão do demógrafo J. L. Sadie, em 1974, de que a evolução demográfica da África do Sul apontava para um futuro encolhimento da população branca. A partir de então, o governo africânder aumentou o número de remoções forçadas e limpezas étnicas, acelerando o desenvolvimento de propostas que visavam retirar dos negros a cidadania sul-africana (DUBOW, 2014). O projeto era enclausurar as populações negras nos bantustões, incentivar sua independência política e garantir sua subserviência através da dependência econômica. Dessa forma, a mão de obra negra continuaria disponível e barata para os empreendimentos na África do Sul branca, mas o Estado sul-



africano não teria quaisquer obrigações com esses trabalhadores, uma vez que seriam encarados como estrangeiros. A história contada na edição 15 de *Mighty Man* fornece elementos suficientes para construir uma concordância com a referida proposta.

**Figura 12** - Dorah Selepe e as denúncias de brutalidade policial como farsa



Fonte: *Mighty Man*, 1976, nº 8, p. 14 e 17

Além de servir de plataforma impulsionadora desse projeto de embranquecimento forçado da África do Sul, a revista endossava táticas de blindagem do regime. Na edição de número 08, *Mighty Man* via-se às voltas com a proliferação de armas de fogo nas *townships*, e precisou intervir em uma discussão entre dois jovens amigos quando um deles puxou uma arma de fogo. Esse jovem armado era Isaac Selepe, filho de Dorah Selepe, uma influente líder comunitária da região. *Mighty Man* tomou a arma de Isaac e o entregou à polícia, que se recusava a libertá-lo quando sua mãe compareceu à delegacia. Dali em diante, Dorah utilizou sua influência política para orquestrar uma campanha de difamação contra *Mighty Man* e o chefe de polícia, alegando que seu filho estava sendo mantido preso por pura demonstração de brutalidade policial (Fig. 12). Nessa edição, a revista de uma vez só sustentava dois argumentos favoráveis ao regime: a defesa do desarmamento nas *townships* e um ataque às denúncias da brutalidade policial

direcionada às populações negras no país, tratando-as como retórica oportunista de quem é conivente com o crime em uma busca pessoal por privilégios.

No que tange à política externa do regime de *apartheid*, em dois momentos a revista lançou mão diretamente de argumentos que estavam na própria base da campanha de propaganda pró-*apartheid* integrada por ela. Na edição 13, um recipiente contendo bactérias letais foi roubado do laboratório de um cientista. A primeira hipótese do cientista é a de que "sinistros agentes estrangeiros" estivessem envolvidos no furto (Fig. 13). Ainda que, com o desenrolar da história, tenha se mostrado que o recipiente na verdade havia sido roubado por um criminoso local com delírios de grandeza, o fato dessa hipótese ter sido levantada é em si uma forma de corroborar a ideia de que a África do Sul era um país cercado por inimigos, correndo o risco de sofrer interferência estrangeira a qualquer momento – exatamente o "ataque total", que, em sua forma midiática, era combatido publicamente pelo governo de Vorster, principalmente através do Departamento de Informação de Mulder e Rhodie e do Gabinete de Segurança de Estado, o BOSS, de Hendrik Van Der Bergh.

**Figura 13** - Os agentes externos como inimigos possíveis



Fonte: *Mighty Man*, 1976, nº 13, p. 7

O anticomunismo deu as suas caras explicitamente na revista na última edição que foi veiculada. Diante do aumento exponencial do consumo de maconha na *township*, *Mighty Man* resolveu ir diretamente atrás de cada traficante e dar fim ao seu estoque. Isso fez com que o grande fornecedor de todos os traficantes, que sempre fez quem estivesse perto de denunciá-lo aparecer enforcado, se revelasse: o Enforcador, grande responsável pela maconha em circulação na *township*, era um comunista – cuja indumentária militar

parecia uma referência ao uniforme do *Umkhonto we Sizwe*, braço armado do Congresso Nacional Africano, acrescido de uma gravata. No fim da edição, quando o Enforcador cercou *Mighty Man* em um galpão abandonado com seus homens armados, o herói jogou do alto do prédio os milhares de *rands* que apreendera dos traficantes, atraindo toda a população da *township*. Em sua cena final, o comunista agrediu um velhinho para impedir que ele pegasse parte do seu dinheiro que *Mighty Man* havia jogado do alto do galpão. O comunista ganancioso, que propagava o vício em drogas em uma comunidade pobre a fim de lucrar e que não se furtava de agredir velhinhos quando necessário: essa é uma maneira bem explícita de expressar anticomunismo. Por fim, o vilão foi enforcado pela população na corda que havia preparado para matar *Mighty Man*. O herói sintetizou sua leitura sobre ele: sofreu exatamente como fazia suas vítimas sofrerem; e buscou isso pra si quando atacou as fraquezas das pessoas, sem contar que, no fim, a população da *township* mostraria a ele sua verdadeira força (Fig. 14).

**Figura 14** - O vilão comunista e seu fim pelas mãos do povo



Fonte: *Mighty Man*, 1977, nº 17, p. 18 e 27

Diante de todas essas premissas políticas em que se baseiam as aventuras do super-herói, a publicação pode ser acusada de tudo, menos de não ter tentado influenciar a juventude negra das *townships*. Os resultados dessa peça de propaganda em particular, entretanto, são difíceis de avaliar.

No seu texto complementar da revista *Southern Africa*, Steve Weissman reproduziu o que seria uma citação de Richard Manville, o consultor de marketing nova-iorquino que fez parte da elaboração da revista:

Mas mesmo com o dínamo de reforço da lei se engajando em aventuras de pirar a cabeça, os agitadores lá fora animaram o povo simples de Soweto a se levanta - WHAM! CRASH! THUD! 'Eles queimaram as bancas de revista', reclama (...) Richard Manville. 'Eles jogaram as coisas no chão, e nós tivemos que parar de publicar'.<sup>66</sup> (WEISSMAN, 1978, p. 3)

O texto de Weissman atribui o fim da circulação da revista ao Levante de Soweto. O autor chega a afirmar que isso seria resultado da ação de pessoas que "olharam além das figuras coloridas e encontraram a mensagem feia, que pregava algo bem aquém do *black power*"<sup>67</sup> (Idem).

A suposição de Weissman carece de comprovação, pois há poucos dados disponíveis sobre a circulação da revista. Para se ter ideia, em 1978, Weissman afirmava que a tiragem de *Mighty Man* era de 75.000 impressões por edição; seis anos depois, em "*The Real Information Scandal*", Eschel Rhodie afirmou que foram produzidas 47.000 cópias de cada número da série. A discrepância entre os números é grande, mas a revelada por Rhodie parece mais aproximada, visto que publicou tal estimativa anos após o fim das investigações sobre a campanha secreta de propaganda que conduziu a partir do Departamento de Informação – para elaboração do relatório final, a comissão de inquérito teve acesso às planilhas da Xanap, gráfica estabelecida por Van Zyl e McGoff para impressão das revistas da *Afri-Comics*. O número citado por Weissman, provavelmente mencionado a ele por Manville, tende a ter sido inflado, como foi feito com outras publicações que fizeram parte da campanha de propaganda do departamento.<sup>68</sup>

Não é possível, portanto, saber o quanto a revista foi lida, apesar de ter havido condições para que isso acontecesse. Em "*The Press and The Apartheid*" ("A imprensa e o Apartheid", em português), Hachten e Giffard notaram que o único grupo que passou a ler mais jornais em inglês, entre 1975 e 1980, foi a população negra - de 16% do público leitor, negros passaram a ser 38% dos leitores dos jornais em língua inglesa, cinco anos depois. Esses dados reforçam o salto no letramento da população negra, que passou de

---

<sup>66</sup> "But even as the law enforcing dynamo was engaging in his mind-bending adventures, the outside agitators stirred up the simple folk of Soweto to riot-WHAM! CRASH! THUD! 'They burned down the newsstands', complains (...) Richard Manville. 'The threw the things on the ground, and we had to stop publishing them'."

<sup>67</sup> "Some people looked past the brightly colored figures and found an ugly message. The new black comic strips preached something less than black power."

<sup>68</sup> O relatório final da comissão, publicado em 1979, traz dezenas de documentos anexos. O texto do relatório em si não menciona a quantidade de impressões contratada pelo Departamento de Informação, mas tampouco menciona que essa quantidade tenha sido adulterada por quaisquer mecanismos, como chega a fazer ao falar sobre a *To The Point*, cuja maioria das assinaturas estrangeiras eram referentes a embaixadas sul-africanas e postos de empresas parceiras da campanha de propaganda do governo. Não tive acesso a todos os documentos e por isso não pude analisar tal planilha, mas o contexto de ter tido os documentos publicizados anos antes pode ter estimulado Rhodie a citar cifras reais ou próximas do real no seu livro.

38%, segundo o censo de 1970, para 51%, no censo de 1980 (ÁFRICA DO SUL, 1970; 1980). Ou seja: ao longo da década de 1970, mais pessoas negras passaram a ler em inglês e a ler jornais em inglês diariamente. O cenário para penetração de um quadrinho em língua inglesa que apresentasse um herói negro estava dado.

A crescente alfabetização da população negra e sua crescente participação no mercado consumidor de impressos não são os únicos elementos a serem levados em consideração para pensar a verossimilhança da leitura de Weissman. E, apesar de não haver dados que permitam rastrear exatamente a leitura da revista, há evidências de que houve um esforço de divulgação – Bill Mantlo, quadrinista americano, relata em texto ter visto divulgação da revista em paredes e muros quando visitou Johannesburgo, no início de 1978; no filme de comédia *Inyakanyaka*, dirigido por Simon Sabela em 1977, a primeira cena apresenta justamente os protagonistas pintando anúncios da revista *Mighty Man* no baú de transporte de um caminhão. Então delinea-se a situação: a juventude negra das *townships* estava cada vez mais letrada em inglês, pelo menos nas *townships* que constituem a grande Soweto ao redor de Johannesburgo; e havia anúncios da revista espalhados pelas suas vizinhanças. Mas estaria essa juventude interessada em consumir super-heróis em quadrinhos?

William Worger, professor do Departamento de História da Universidade da Califórnia - Los Angeles, tem se debruçado sobre a *Afri-Comics*, e, em recente entrevista, compartilhou um relato curioso:

Conversei com um amigo envolvido no Levante de Soweto, que devia ter em torno de 13 anos de idade na época, exatamente o público alvo, e perguntei se ele sabia algo sobre as revistas, ao que sua resposta foi "não, eu estava lendo os jornais!". Essa é uma resposta que claramente indica, em parte, o quão desinteressante esses quadrinhos podem ter sido para jovens politicamente engajados.<sup>69</sup> (WORGER, 2018, s/p)

O que a situação relatada pelo professor Worger aponta é que o momento político da África do Sul em meados da década de 1970 e a crescente politização da juventude negra em oposição ao regime de *apartheid* pode ter achatado o público real da revista – se cada vez mais adolescentes se interessavam por política e priorizavam a leitura de jornais em detrimento de quadrinhos, menor o apelo de *Mighty Man* e menor também a eficácia dessa ação de propaganda.

---

<sup>69</sup> “I talked to a friend of mine involved in the Soweto Uprising, who would have been about 13 at the time, part of the target audience, and I asked him if he knew anything about them, and his response was ‘No, I was reading newspapers!’. This is of course, in part, a response that indicates how uninteresting these comics would have been for a politically engaged young person.”

Segundo Leonard Thompson, o panorama político que levava adolescentes como o colega de Worger a não se sentir atraído por quadrinhos em meados dos anos de 1970 era formado por três fatores principais, que se somariam para fazer emergir o Levante de Soweto, em 1976: um "vigoroso" movimento de artistas, através de revistas, livros, peças teatrais e músicas incitando a reflexão sobre a condição da população negra no país; o aumento de trabalhadores negros em postos de trabalho precários e mal remunerados, causado pelo rápido crescimento econômico que o país experimentou; a penetração do Movimento da Consciência Negra nas camadas mais jovens, em particular nas escolas urbanas, principalmente a partir da *SASO* (Organização dos Estudantes Sul-africanos, em tradução minha). Chama atenção a característica reativa desses processos - os artistas reagiam à censura que a expressão cultural negra sofreu nos anos de 1950 e 1960, que levou ao exílio vários artistas, como o sexteto de jazz *The Blue Notes*, o escritor Nathaniel Nakasa, a cantora Miriam Makeba, o fotógrafo Ernest Cole e vários outros; os trabalhadores negros, por sua vez, respondiam ao poder de barganha adquirido diante da necessidade de aumentar a produção do país às custas do aumento da mão de obra mais explorada possível; e o sucesso do movimento da Consciência Negra tinha a ver com seus pressupostos, entendendo que a luta partida "do reconhecimento de que a mudança fundamental só podia vir contrariando a traiçoeira influência da ideologia do *apartheid* sobre o próprio povo negro", ou seja, reagir às táticas de humilhação e desumanização restaurando a dignidade e a potência da população negra, despertando a "consciência negra" que dá nome ao movimento. (DUBOW, 2014)

O que torna a leitura de Weissman ainda mais verossímil é que a última edição de *Mighty Man* publicada foi exatamente a que apresentava o Enforcador como vilão – o vilão comunista cujo uniforme militar remetia diretamente a um braço da principal organização política *antiapartheid* do país, o Congresso Nacional Africano. Faz muito sentido que, em 1977, ao longo das manifestações que não se limitaram ao mês de junho de 1976, grupos alinhados ao ANC tenham se voltado diretamente contra o quadrinho que pintava a organização como antro criminosos inescrupulosos, responsáveis pelo tráfico de drogas nas *townships* e insensíveis ao sofrimento da população negra.

Mas como diz o famoso ditado atribuído a Sigmund Freud, "às vezes um charuto é apenas um charuto". O fim da publicação, em 1977, pode não ter sido resultado de uma demonstração específica contra *Mighty Man*, mas de uma mudança de postura do próprio governo. Diante do tamanho adquirido pelo Levante de Soweto, esse projeto de propaganda em particular pode ter sido abortado pelo motivo prático de não ter sido o

suficiente para prevenir a insurreição dos jovens que a própria revista buscava atingir. A ausência de dados mais específicos sobre a circulação da revista (locais de venda, existência ou não de distribuição escolar, ou de envio de edições às missões cristãs de alfabetização que existiam no país, por exemplo) impede qualquer conclusão, mas o cancelamento leva a crer que ela entra no pedaço da campanha de propaganda pró-*apartheid* que veículos internacionais consideraram "cru, pouco convincente e até mesmo risível", conforme apurou Johann Obermeyer em sua dissertação de mestrado sobre os esforços de propaganda do governo entre 1960 e 1980 (OBERMEYER, 2016). Ela buscava incentivar adolescentes a obedecer a lei e preservar a ordem em um contexto de iminente ebulição social. Não funcionou – o que não quer dizer que outras peças de propaganda concebidas dentro da mesma campanha não tenham tido melhor sorte.

## CAPÍTULO II

### CARTUNS EM COMBATE: *THE CITIZEN* x *RAND DAILY MAIL* (1975 – 1978)

#### 2.1 - Imprensa na África do Sul

Em meados dos anos 1970, havia uma percepção quase consensual em Pretória sobre a centralidade da imprensa como *front* primordial da guerra de propaganda que a África do Sul era obrigada a lutar. A percepção que nascera em círculos da Província do Cabo em meados dos anos 1960 ganhou força quando o livro de Eschel Rhoodie “A Cortina de Papel” (“*The Paper Curtain*”, no original em inglês) foi editado, em 1969. Segundo o autor, havia uma cortina de mentiras costurada pela imprensa ocidental que impedia uma real apreciação global sobre a África do Sul e as políticas de “desenvolvimento apartado” que segregavam negros, brancos, indianos e mestiços no país – o *apartheid*. A essa tática o então funcionário do Serviço de Informação da África do Sul chamava de “cortina de papel”.

Devido a tal formulação, Rhoodie foi convidado em 1972 pelo então Ministro da Informação, Cornelius Mulder, para assumir o cargo de Secretário de Informação e desenvolver uma nova política de informação para o governo, focada em ações ativas para construir uma imagem positiva do governo em contraponto à hostilidade que dominava tanto os noticiários ocidentais, mais sabidamente nos EUA e na Europa, quanto os jornais sul-africanos em língua inglesa<sup>70</sup>. Com o aval do então primeiro-ministro Johann Vorster, Mulder e Rhoodie passaram a desenhar e operacionalizar uma verdadeira máquina para lutar a guerra de propaganda em defesa do *apartheid*. De 1973 a 1979, dezenas de projetos foram concebidos e executados pelo Departamento de Informação em conjunto com parceiros privados, vários deles concentrados em disputar a influência da população anglófona na África do Sul, principalmente os brancos de ascendência inglesa.

O principal entrave a isso era o que o governo percebia como um posicionamento explícito dos principais grupos editoriais de língua inglesa no país em oposição ao nacionalismo africânder do Partido Nacional. Conforme lembrado no capítulo anterior, é

---

<sup>70</sup> Sanders (1997) elaborou profunda análise sobre este processo em seu terceiro capítulo.



um ponto relativamente pacífico na discussão sobre o papel da imprensa durante o regime de *apartheid* que os periódicos publicados em língua inglesa, produzidos e editados por grupos editoriais de origem inglesa, desempenhavam papel de oposição ao governo do Partido Nacionalista africânder. Tal oposição, todavia, precisa ser contextualizada, complexificada e matizada<sup>71</sup>.

Antes de mais nada, é preciso que se encare o cenário de disputa na imprensa no país, uma realidade muito anterior ao surgimento do *apartheid*, em 1948.

Desde os primeiros dias da imprensa colonial, jornais na África do Sul têm sido identificados com um dos dois grupos [falantes] de idiomas brancos, com suas diferentes culturas, filosofias políticas e interesses econômicos. Eles [os jornais] refletiram, e têm sido parte de, uma luta por poder entre esses dois grupos. Não importa qual governo calhava de estar no poder em qualquer período específico, uma parcela da imprensa não se sentia representada e expressava sua oposição vociferadamente através de seus jornais. O contínuo abismo entre os dois grupos populacionais tem significado que os jornais do país nunca superaram o estágio de uma imprensa altamente partidária.<sup>72</sup> (HACHTEN e GIFFARD, 1984, p. 21, tradução minha)

Hachten e Giffard apresentam esse diagnóstico logo no início do capítulo em que discutem as origens das disputas políticas dentro da imprensa sul-africana. Esse cenário se escancarou à medida que a imprensa foi se proliferando e passou a constituir importante parte da vida política do país. Além disso, os autores identificaram a diversificação das realidades dentro dos dois grupos falantes de idiomas brancos – afinal, se é verdade que existia uma “imprensa em africâner” e uma “imprensa em inglês”, também é verdade que o compartilhamento do idioma nem sempre significou compartilhamento total de interesses. Originados de disputas entre frações diferentes da burguesia britânica proprietária de minas, na década de 1970, os dois grandes grupos editoriais do que chamamos de “imprensa em língua inglesa” viviam em um arranjo consideravelmente pacífico e funcional depois de décadas de disputas por audiência,

---

<sup>71</sup> Por isso, as questões postas por William Minter (1994) em seu texto a respeito das explicações por trás das guerras em Angola e Moçambique tem grande valia na complexificação desse cenário aparentemente homogêneo de oposição. Do mesmo modo, a investigação de Marcelo Bittencourt (2008) sobre os conflitos dentro do nacionalismo angolano e a pesquisa em profundidade de Jamie Miller (2016) sobre as disputas dentro do nacionalismo africâner são úteis na apreciação das fraturas possíveis dentro da própria abordagem do veículo pró-governo.

<sup>72</sup> “From the earliest days of the colonial press, newspapers in South Africa have been identified with one or other of the dominant white language groups, with their very different cultures, political philosophies, and economic interests. They have reflected and been a part of the struggle for power between these groups. No matter what government happened to be in power at any given time, one section felt it was not represented and expressed its opposition vociferously through its newspapers. The continuing gulf between the population groups has meant that county's newspapers have never outgrown the stage of a highly partisan press.”

embates políticos acalorados e absorção de competidores menores (HACHTEN e GIFFARD, 1984, p. 21-49).

Esse arranjo tinha, de um lado, o grupo Argus, construído desde o fim século XIX sob a proteção (e marchando em paralelo às ideias) de Cecil John Rhodes, magnata inglês responsável pelos jornais vespertinos; do outro, a Associação Sul-Africana de Jornais (SAAN, na sigla original), formada quando *Rand Daily Mail* e *Sunday Times* se fundiram, em 1955, que controlava os jornais diários e periódicos dominicais matutinos (KEOGH, 2000). O vínculo entre ambos era profundo:

Argus e SAAN são financeiramente relacionadas, com Argus possuindo 40% das ações da SAAN e SAAN sendo dona de uma porção ligeiramente menor do Argus. Ambos os grupos editoriais são estritamente vinculados aos interesses industriais e mineradores, e sua propriedade encadeada os torna vulneráveis às acusações governamentais de monopólio e concentração de propriedade.  
<sup>73</sup>(HACHTEN & GIFFARD, 1984, p. x-xi)

É por essa relação entre os grupos que conseguimos nos referir, na década de 1970, a uma imprensa em língua inglesa que compartilhava um conjunto de semelhanças, até mesmo quando os veículos destoavam no tom de cobertura das ações do governo africânder. Afinal de contas, por mais agudos que os antagonismos entre nacionalismo africânder e liberalismo de ascendência inglesa possam ter sido sob o jugo do *apartheid*, eles se davam debaixo do seguro guarda-chuvas da branquidade<sup>74</sup>. É essa chave de interpretação que permite entender como um veículo em tese tão avesso à agenda política do governo africânder como o *Daily News* de Durban podia concordar tanto com a leitura do Partido Nacional a respeito dos movimentos de libertação que eclodiam em todo o continente africano desde os anos 1960.

Essa concordância é perfeitamente expressa em um cartum de Jack Loyden, veiculado pelo *Daily News* em fevereiro de 1961 (Figura 15). Nele, é possível ver um incêndio se espalhando a partir do centro do continente: o nacionalismo negro. Os “ventos da mudança”, mencionados pelo primeiro-ministro britânico Harold Macmillan em

---

<sup>73</sup> “Argus and SAAN are financially linked, with Argus Holding 40 per cent of SAAN stock and SAAN holding a somewhat smaller part of Argus. Both publishing groups are financially tied to mining and industrial interests, and their interlocking ownership makes them vulnerable to government charges of monopoly and concentration ownership.”

<sup>74</sup> Branquidade aqui é compreendida nos termos que Igor Costa apresenta, baseado em Frankenberg: “uma construção social e relacional com outros marcadores raciais [...] (...) um lócus de elaboração de uma gama de práticas não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou ‘normativas’, em vez de especificamente raciais. Essa característica ‘não-marcada’ [por sua vez] acontece apenas quando populações são inteiramente ‘convencidas pelos argumentos a favor da normatividade e neutralidade da branquidade’ [, sendo assim visível] para os homens de cor, mesmo quando diluídos em uma ‘falsa universalidade’ para os brancos” (2015, p. 70).

discurso ao parlamento sul-africano cerca de um ano antes, seriam os responsáveis por alastrar as chamas na direção da Rodésia e da África do Sul. Na ilustração de Loyden, a elite branca nesses países continuava com seus afazeres, mantendo a casa em ordem, sem perceber o perigo que se aproximava.

**Figura 15** – “Vindo com o vento”, de Jack Lloyd



Fonte: *Daily News*, 25 de fevereiro de 1961

O cartum do *Daily News* não serve apenas como exemplo da ambiguidade da oposição que a imprensa de língua inglesa poderia oferecer à agenda do nacionalismo africânder. Os signos mobilizados por ele expressam em si noções sobre a complexidade dos arranjos de dominação branca nos países (a sofisticação das edificações ilustradas como metáfora para tais arranjos), o papel da branquidade em tais empreendimentos (a figura dos brancos apresentados visualmente como “donos da casa”) e o empenho dessas minorias brancas na manutenção de seus governos (a posição dos personagens como comentário a respeito da postura geral dos brancos nesses países). Dessa forma, o cartum não é interessante como *exemplo* de uma discussão travada no seio da branquidade sul-africana – ele é, em si, um *argumento* levantado dentro dela, afirmando uma série de noções e representando, ao mesmo tempo, constructo e construtor de sentidos políticos.

É com essa inclinação que esta dissertação pretende discutir os cartuns publicados nos jornais *Rand Daily Mail* e *The Citizen*, tratando-os não como exemplos, mas como

argumentos em si.<sup>75</sup> A análise proposta não tem como objetivo “iluminá-los” com informação sobre o contexto em que se inseriam, mas sim produzir conhecimento histórico a partir deles, entendendo-os como argumentos visuais que visavam influenciar o debate público sobre o tema e, por isso, mobilizavam nas cenas ilustradas uma série de signos expressando/interpretando/atualizando noções diversas compartilhadas pelas comunidades leitoras dos jornais em questão.

Isso posto, a proposta de análise é esmiuçar o significado dos cartuns de ambos os periódicos, levando em consideração as vinculações políticas dos grupos editoriais que os controlavam; as dinâmicas de produção e consumo dos jornais diários; as raízes e o movimento de articulação entre as ações propagandísticas, diplomáticas e militares do governo sul-africano na defesa da dominação branca no sul da África.

## **2.2 - A disputa pelo Sudoeste na imprensa sul-africana**

No ano de 1978, um dos assuntos mais constantes na imprensa sul-africana eram as primeiras eleições gerais do Sudoeste Africano com sufrágio universal, a serem realizadas no final do ano. Não era para menos: desde 1966, as Forças de Defesa da África do Sul empenhavam-se em um conflito de baixa intensidade e alta letalidade contra os movimentos independentistas da antiga colônia alemã, administrada pela África do Sul desde 1915, sob mandato da Liga das Nações. As eleições de 1978 poderiam apresentar uma solução definitiva para esse conflito. Além disso, o processo de construção do pleito eleitoral passou por neutralizar a ameaça descrita no cartum de 1961 do *Daily News* – o referido nacionalismo negro, que colocava em xeque a existência de regimes políticos controlados por minoria branca no continente africano.

A extensa cobertura dedicada do assunto na imprensa sul-africana não se resumia às reportagens a respeito das eleições que estavam por vir. Além das matérias, havia colunas de opinião onde intelectuais e jornalistas comentavam os últimos acontecimentos a respeito do assunto, editoriais onde a chefia institucional dos jornais se manifestava e também os cartuns.

Esses últimos inserem-se em um entrelugar de expressão que é deveras escorregadio, e por isso mesmo relevante: ao mesmo tempo que são obra de um ilustrador, um indivíduo em particular que tece um comentário sobre o assunto do momento, também

---

<sup>75</sup> Com isso, a perspectiva aqui apresentada se distancia daquela criticada por Ulpiano Meneses, quando o trabalho historiográfico busca “iluminar as imagens com informação histórica externa a elas, e não produzir conhecimento histórico novo a partir dessas mesmas fontes visuais.” (2003, p. 20)

ganham a conotação de posicionamento adotado pelo grupo editorial do jornal – é uma espécie de comentário visual exclusivo, assinado pelo cartunista, mas que demanda um alinhamento com as posições do editor e/ou do conselho editorial do periódico para ser publicado. Além disso, em sociedades onde o analfabetismo é alarmante, como era o caso da África do Sul da década de 1970<sup>76</sup>, é possível conceber que o alcance da mensagem cartunística ultrapassava em muito o alcance do texto editorial dos jornais, o que reforçava (do ponto de vista de quem publica) a necessidade de alinhamento entre a posição do jornal e aquela expressa no cartum. Como bem sintetizou Thomas Milton Kemnitz,

[...] O cartum tem mais chances de comunicar seu ponto do que outros meios de comunicação impressos. Muito mais pessoas entendem a mensagem do cartum na página editorial do que ler o editorial ou as colunas assinadas. Quando os cartuns não eram veiculados em jornais e quando menos pessoas ainda podiam ler fluentemente, a desproporção entre visualizadores de cartuns e leitores de editoriais provavelmente era ainda mais alta nos centros urbanos<sup>77</sup>. (KEMNITZ, 1973, p. 84)

Dessa forma, a relevância dos cartuns publicados pelos dois principais jornais engajados na disputa midiática pela influência sobre a opinião da audiência anglófona na África do Sul, notadamente os brancos de origem inglesa, se expandia, uma vez que é possível concebê-los como sendo a parte dos referidos jornais que mais efetivamente conseguia ir além do público que pretendia atingir, chegando também aos negros, asiáticos e mestiços, assim como grupos analfabetos ou semiletrados.

### 2.2.1 - *Rand Daily Mail* e os cartuns liberais

Na aludida “guerra de propaganda”, o governo africânder entendia que o *Rand Daily Mail* era o seu principal adversário. Mais notável jornal veiculado em Johannesburgo, o periódico diário era publicado pelo grupo SAAN (*South African Associated Newspapers*), que chegou a receber uma oferta de compra feita em nome do magnata Louis Luyt em 1975, mas que secretamente fazia parte de uma operação

---

<sup>76</sup> Há dados conflitantes, mas estima-se que, em 1980, a porcentagem iletrada da população sul-africana maior de 15 anos girasse entre 25% e 20%. (BANCO MUNDIAL, 1980; UNESCO, 1980) Mesmo com a contradição entre as duas fontes, é seguro afirmar que, no final da década de 1970, o letramento da população sul-africana era deficitário, principalmente dentre as populações negras, asiáticas e mestiças.

<sup>77</sup> “(...) The cartoon is more likely to get its point across than other printed means of communication. Many more people grasp the point of the cartoon on the editorial page than read the editorials or signed columns. When the cartoon was not linked to newspapers and when fewer people could read fluently, the disproportion between cartoon viewers and editorial readers may have been still higher in urban centers.”

capitaneada pelo Departamento de Informação (HACHTEN, GIFFARDS, 1984; SANDERS, 1997). Tal movimento foi uma tentativa de neutralizar em particular o *Rand Daily Mail* devido às suas constantes críticas ao governo e ao Partido Nacional africânder. Apesar do fracasso da tentativa de compra, que foi rapidamente interpretada pelo grupo SAAN como um ataque ao jornalismo produzido por seu periódico, a mera existência desse movimento já é um indicativo de como Departamento de Informação encarava tal publicação: uma ameaça interna ao regime.

Seguindo a interpretação de Kemnitz a respeito do aumento da penetração dos cartuns em sociedades com menor nível de letramento, é possível crer que parte do temor provocado pelo *Rand Daily Mail* no governo nacionalista africânder derivava do trabalho de Bob Connolly. O artista estadunidense havia desembarcado na África do Sul em 1937 para trabalhar por um ano no *Daily Express* de Johannesburg, contrato que foi estendido até 1939, quando o jornal foi à falência. A partir de então, os cartuns editoriais de Connolly passaram a habitar com frequência a primeira página interna do *Rand Daily Mail*, lado a lado com o texto do editor – na segunda metade da década de 1970, ele já se tornara o “dono” do espaço, sendo o único cartunista do jornal. Sobre o trabalho de Connolly, Mason (2010) sintetiza as discussões existentes no seio dos estudos de cartuns na África do Sul:

Em seus cartuns políticos, ele (Connolly) atacava o Partido Nacional, mas esses ataques, de acordo com Schoonraad, ‘eram mais divertidos do que maliciosos’. (...) Vernon critica Connolly por ele ter sido incapaz de responder de modo duro ao massacre de Sharpeville, em 1960, ou de alcançar os fatos subjacentes à vida política sul-africana. Em vez disso, ‘ele pintou o *apartheid* e o nacionalismo negro como igualmente ruins’.<sup>78</sup> (MASON, 2010, p. 58)

O que escapa à crítica de Vernon, exposta por Mason, é que a equivalência entre *apartheid* e nacionalismo negro não era uma proposta de Connolly, mas sim uma visão existente dentro do senso comum liberal de ascendência inglesa no país. Como o próprio Mason (2010, p. 57) afirmaria, esse era o “dilema liberal” das décadas de 1960, identificável no conteúdo da imprensa sul-africana de então: se, por um lado, os jornais dos grupos editoriais ingleses, (também outros como *Daily News*, do grupo Argus, rival da SAAN no segmento) faziam uma marcação cerrada aos movimentos do governo

---

<sup>78</sup> “In his political cartoons he often attacked the National Party, but these attacks, according to Schoonraad, ‘were cheerful rather than malevolent’. (...) Vernon criticizes Connolly because he was unable to come up with a hard-hitting response to the Sharpeville massacre of 1960, or to grasp the underlying facts of South African political life. Instead, ‘he tried to equate apartheid and black nationalism as equal evils.’”

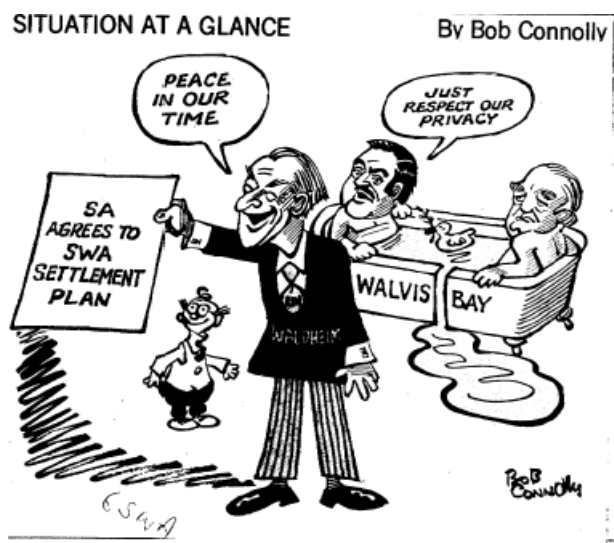
africânder, por outro, faziam isso sem questionar os limites da política institucional branca no país, acomodando-se a uma dinâmica que lhes garantia proeminência. A questão não era meramente individual, de escolha artística; ela estava no centro das dinâmicas de produção, edição e circulação de jornais na África do Sul da década de 1970. Em outras palavras: o enquadramento que os cartuns de Connolly davam aos acontecimentos da política institucional sul-africana não era apenas um resultado de sua visão sobre as coisas, mas também expressava a postura do jornal em que ele publicava e, em última instância, do grupo editorial que respondia pelo jornal.

De todo modo, as linhas gerais da abordagem comum aos cartuns de Connolly no *Rand Daily Mail* também estavam presentes ao longo do ano de 1978, quando o assunto da vez era a questão do Sudoeste Africano. O tom jocoso que Vernon (2000) identificou nos cartuns do cartunista estava ali, constantemente fazendo pouco caso das figuras centrais do Partido Nacional africânder, mas sempre expressando mensagens que iam além disso, como podemos ver.

No dia 02 de agosto de 1971, o *Rand Daily Mail* publicou o cartum “*Situation at Glance*” (“Situação no Relance”, em tradução livre), comentando o acordo feito entre as autoridades sul-africanas e a Organização das Nações Unidas a respeito da presença das Forças de Defesa Sul-Africanas no território do Sudoeste Africano. Atrás de Kurt Weildheim, então Secretário-Geral da ONU, que comemorava o acordo de resolução das tensões militares, o Ministro das Relações Internacionais, Pik Botha, e o Primeiro-Ministro Johann Vorster estão se banhando em uma banheira que representa Walvis Bay, região-chave do território que continuou sob controle sul-africano até 1990. Junto a eles na banheira está uma pomba branca carregando um ramo no bico, elemento recorrente nos cartuns de Connolly sobre o assunto, representando a paz almejada para a região. Ou seja: na leitura da charge, o acordo era vazio, pois a presença sul-africana em Walvis Bay continuaria inviabilizando a paz na região da Namíbia – a paz concretizada era, apenas, a paz para que os negócios do governo africânder continuassem a ser tocados com privacidade na região.

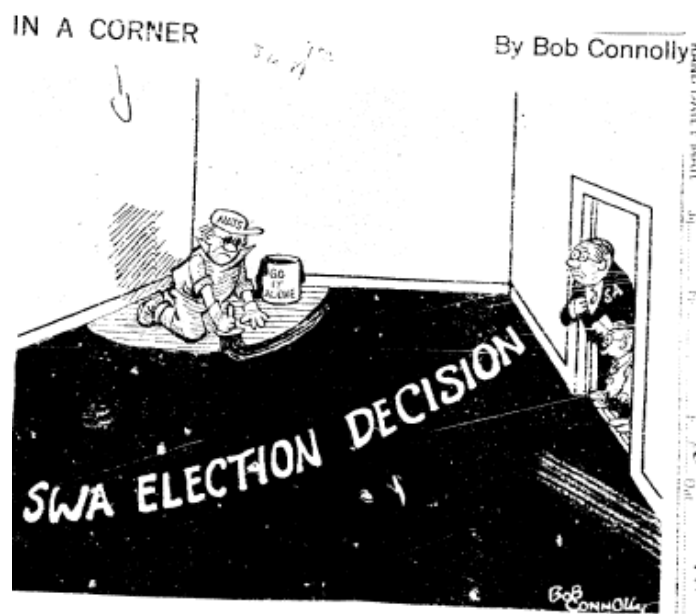
Um elemento curioso e recorrente nos cartuns de Connolly, é a presença do personagem *Little Man*. Ele é constantemente utilizado para representar o cidadão branco médio sul-africano, ou o que seria a opinião geral daquele grupo demográfico. A cegueira racial do senso comum liberal branco, entretanto, fazia com que, eventualmente, a totalidade do povo sul-africano fosse representada por uma imagem/perspectiva exclusivamente branca (Figura 18).

Figura 16 – “Relance da Situação”, de Bob Connolly



Fonte: *Rand Daily Mail*, 02 de agosto de 1978

Figura 17 – “Encurralado”, de Bob Connolly



Fonte: *Rand Daily Mail*, setembro de 1978

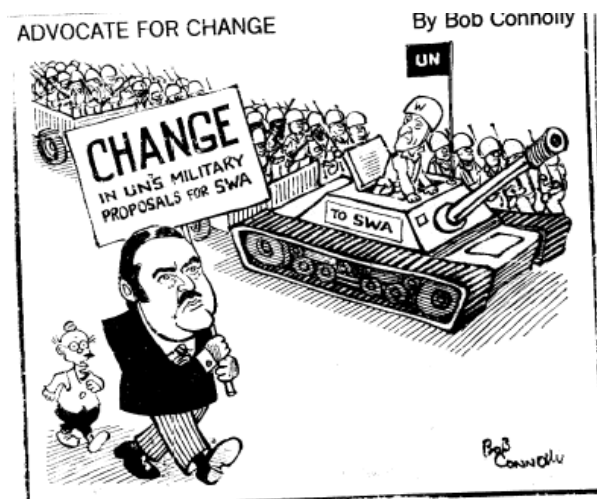
Em “Encurralado”, de setembro de 1978, apresentou-se uma crítica à maneira como o governo conduzia as questões referentes às eleições no Sudoeste Africano: há um personagem representando os “Nats” (membros do Partido Nacional africânder) pintando o chão de uma sala, da porta para a quina do cômodo, de modo que se encontra preso no canto do aposento. Na porta, do lado de fora, vê-se o *Little Man* característico dos cartuns de Connolly acompanhado de um outro senhor branco com SA escrito no terno (sigla para *South Africa*), que representa a África do Sul, ambos parados à porta da sala, cuja pintura



que representa a “Decisão da Eleição do Sudoeste Africano”. Na lata de tinta usada pelos “Nats” para pintar tal solução se lê: “Ir sozinho” (“*Go it alone*”). A mensagem da charge, então, é de que a forma como o Partido Nacionalista decidia lidar com as eleições no Sudoeste Africano deixava de lado completamente a participação da África do Sul enquanto país, tornando aquele um processo de decisão política que não envolvia o país, mas única e exclusivamente o partido do governo. Além disso, pela forma como pintou, o pintor nacionalista terá que estragar sua obra para conseguir sair da situação em que se encontra. Antes disso, estará ilhado, assim como as Forças de Defesa Sul-Africanas estacionadas em Walvis Bay.

Já em “Em defesa da Mudança”, há um teor irônico: a frase que dá título ao cartum é comumente usada em contextos de crítica social, em que “advogar pela mudança” significa defender uma mudança social de cunho progressista. No cartum, vemos Pik Botha, Ministro das Relações Internacionais do governo sul-africano, advogando pela mudança nas propostas militares da ONU para o Sudoeste Africano. Na ilustração (Figura 03), ele está marchando acompanhado do *Little Man*, em protesto contra as forças da ONU que chegavam ao território para mediar a saída das Forças de Defesa Sul-Africanas do território.

**Figura 18** – “Em defesa da mudança”, de Bob Connolly



Fonte: *Rand Daily Mail*, 05 de setembro de 1978

Essas críticas, por outro lado, coexistiam com leituras, no mínimo, otimistas a respeito da atuação do judiciário sul-africano na arbitragem das questões relativas às eleições que se realizariam em dezembro de 1978.

Em julho, um mês depois do Ministro da Suprema Corte sul-africana Martinus Steyn decidir pela não participação da *SWAPO* (Organização do Povo do Sudoeste Africano, em tradução para o português) no pleito eleitoral, o *Rand Daily Mail* publicou o cartum “*How the West Won*” (“Como o Ocidente Venceu”), onde se vê um Tio Sam (representando o Ocidente sob liderança dos Estados Unidos da América) cavalgando em um cavalo com Johann Vorster e lançando Sam Nujoma (representando a *SWAPO*), puxando-o para o “caminho da paz”. Na imagem (Figura 19), ele é acompanhado pela pomba da paz e pelo *Little Man*, que vão na mesma direção.

**Figura 19** – “*Como o Ocidente Venceu*”, de Bob Connolly



Fonte: *Rand Daily Mail*, 14 de julho de 1978

Em outro momento (Figura 20), é possível ver o Ministro da Suprema Corte M. T. Steyn aparecendo nos cartuns como o responsável por arrumar, junto com o Comissário da ONU para a Namíbia, Martin Ahtisaari, a bagunça em que se encontra o Sudoeste Africano, como em “*Wash and Dry*” (“Lavar e Secar”). Dias depois, outro cartum – “*Progress Report*” (“Relatório de Progresso”) colocava o diplomata e ex-presidente finlandês ensinando a pomba da paz a caminhar junto a Kurt Weildheim, Secretário-Geral da ONU, enquanto o Juíz Steyn aguarda para levar a pomba até o Sudoeste Africano através das eleições (Figura 21).

**Figura 20** – “Lavar e Secar”, de Bob Connolly



Fonte: *Rand Daily Mail*, 09 de agosto de 1978

**Figura 21** – “Relatório de Progresso”, de Bob Connolly



Fonte: *Rand Daily Mail*, 24 de agosto de 1978

A própria SWAPO, principal organização popular do Sudoeste Africano, aparecia com menor frequência nos cartuns do jornal sobre a disputa envolvendo o Sudoeste Africano. Quando era representada, o era através da figura de sua liderança, Sam Nujoma, quase sempre com trajes militares e segurando um fuzil (ver Figura 05). Em dado momento, Connolly fazia piada com a caracterização beligerante que o Partido Nacional africânder propagava sobre Nujoma e seu grupo, como em “*Nat Party Congresses*” (“Congressos do Partido Nacional”), onde coloca Pik Botha e P.W. Botha, então Ministro da Defesa, fantasiados de mosqueteiros que enfrentam um Nujoma fortemente armado

até os dentes. É curioso que a imagem propagada pelos próprios cartuns desenhados por ele não passem muito longe disso. (Figura 22)

Esse panorama só corrobora a leitura que Mason faz sobre os cartuns de Connolly:

Parece que os liberais sul-africanos caracteristicamente se viam pegos entre dois extremos que consideravam desagradáveis. [...] Como muitos outros intelectuais brancos sul-africanos, esses cartunistas estavam na desagradável posição de serem ao mesmo tempo críticos e beneficiários do sistema político em vigor no país.

[...]

Na minha concepção, a importância dele [Bob Connolly] na história dos cartuns sul-africanos é exatamente esta, de nos dar um retrato bem acurado do estado do liberalismo sul-africano durante o período [em que produziu cartuns editoriais].<sup>79</sup> (MASON, 2010, p. 57-58)

**Figura 22** – “Congressos do Partido Nacional”, de Bob Connolly



Fonte: *Rand Daily Mail*, 08 de setembro de 1978

Para o Partido Nacional, entretanto, os comentários visuais jocosos e as críticas às políticas do governo eram um problema que precisava ser enfrentado. Dentro do plano de propaganda elaborado por Eschel Rhodie, sob o comando do Ministro Cornelius Mulder, a ideia de responder aos ataques do *Rand Daily Mail* não parou quando a compra da SAAN por Luyt fracassou, em 1975. No auge da polêmica sobre o Sudoeste Africano e as eleições de dezembro de 1978, o Departamento de Informação já estava executando seu plano B.

---

<sup>79</sup> “It seems that South African liberals characteristically saw themselves as caught between distasteful extremes. [...] Like many other white South African intellectuals, these cartoonists were in the invidious position of being both critics and beneficiaries of the country's political system. [...] To my mind, his importance in the history of South African cartooning is that he did exactly this, giving us a very accurate picture of the state of South African liberalism during the period.”

### 2.2.2 - *The Citizen*: quando o nacionalismo africânder desenha em inglês

Como Sanders narra, a campanha de propaganda visando estabelecer uma “defesa ativa” da imagem do regime não ficou suspensa depois da tentativa frustrada de adquirir o grupo que publicava o *Rand Daily Mail*.

Quando seu lance [pelo grupo SAAN] fracassou, o Departamento de Informação decidiu que, secretamente, lançariam seu próprio jornal em língua inglesa, *The Citizen*. Esse projeto também teria como homem de frente o empresário Louis Luyt, que havia conduzido a abordagem ao SAAN.<sup>80</sup> (SANDERS, 1997, p. 72-73, tradução minha)

Quando o jornal surgiu nas bancas, em 1976, já causou estranheza por destoar drasticamente dos outros jornais em língua inglesa. Mesmo com uma cultura editorial jornalística que mantinha a autocensura como hábito em crescente uso, o tipo de cobertura que o *The Citizen* fazia era quase que completamente esvaziado de criticidade quando o assunto eram as ações do governo. E os cartuns editoriais não ficavam atrás.

Publicados na primeira página interna do jornal, as charges do *The Citizen* não eram assinadas por um artista apenas, como era o caso de Bob Connolly no *Rand Daily Mail*, na segunda metade da década de 1970. Sendo uma publicação recente, o periódico apostou na contratação de nomes ascendentes que buscavam seu lugar no cartunismo sul-africano.

Um deles era Dave Gaskill, artista inglês que imigrou para Johannesburgo em 1973. Depois de ter publicado alguns cartuns no *Rand Daily Mail* e de ter ilustrado uma revista de TV na cidade de Durban, Gaskill passou a fazer parte da equipe do *The Citizen* como ilustrador *freelancer*. Outro jovem artista que encontrou nas páginas do periódico pró-*apartheid* uma oportunidade de se tornar conhecido foi Weyni Deysel, natural de Porto Elizabeth, e que, naquele mesmo período, também veiculou cartuns em jornais da imprensa africânder. Ambos se tornariam, com o passar do tempo, grandes expoentes do cartunismo sul-africano.

Foge desse padrão, entretanto, a presença do traço de Victor Ivanoff nas páginas do jornal. Em 1976, quando o *The Citizen* foi criado, Ivanoff já gozava de grande prestígio no meio editorial sul-africano. Nascido na Lituânia, o artista já havia sido cartunista

---

<sup>80</sup> “When this bid failed, the Department of Information decided that they would secretly launch their own English- language newspaper, *The Citizen*. This project would also be fronted by the Afrikaner businessman, Louis Luyt, who had led the bid for SAAN.”

principal do *Die Vaderland* entre 1937 e 1972. Na leitura de Mason, seu trabalho fez parte de um movimento de avanço técnico e expressivo no cartunismo africâner, utilizando mais as sombras do que as charges geralmente usavam na década de 1930. (MASON, 2010)

Não é possível saber ao certo, mas há a chance de que Ivanoff tenha sido abordado pelo Departamento de Informação para colaborar com o periódico justamente para emprestar sua credibilidade como cartunista experiente na imprensa em língua africâner para o novo jornal – coisa parecida ocorreu com a jornalista conservadora Aida Parker, que, antes de escrever para o *The Citizen*, tornou-se conhecida por seus textos para o periódico em língua inglesa *The Star*, do grupo Argus, rival do SAAN. (NIXON, 2015; OBERMEYER, 2016)

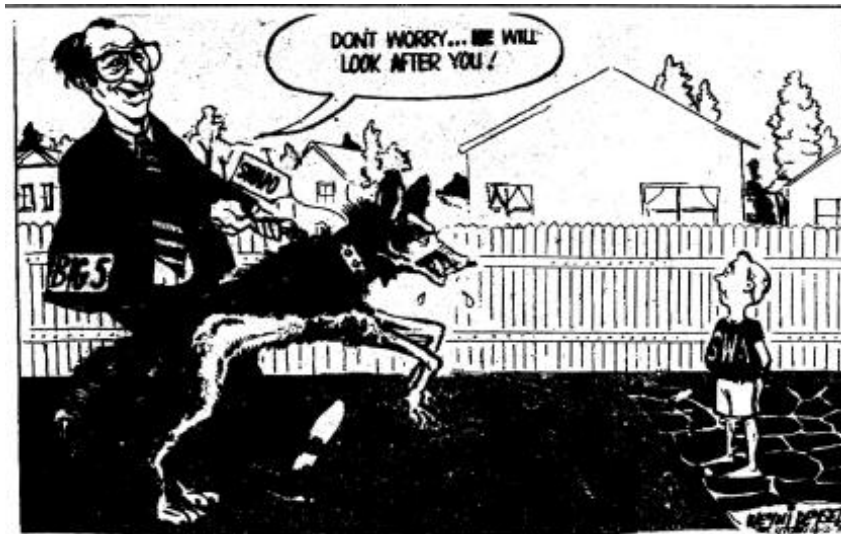
É necessário circunscrever a ideia de autoria ao se pensar sobre os cartuns de ambos os jornais. Aliás, no *The Citizen* mais até no que seu rival liberal: relatos do próprio Secretário de Informação, Eschel Rhodie, indicam que ele exerceu uma função de “coordenação editorial” de modo ativo no jornal em mais de uma ocasião (SANDERS, 1997; OBERMEYER, 2016). Mesmo que tais relatos não existissem, por mais que estejamos falando aqui de cartunistas que historicamente se posicionaram mais à direita, em defesa de posições conservadoras e em associação com a imprensa africânder, constante apoiadora do governo, é preciso se considerar o *modus operandi* do Departamento de Informação. Os relatos sobre os outros projetos de propaganda do governo que envolveram profissionais “terceirizados”, como no próprio projeto da Afri-Comics explorado no capítulo anterior, remetem a um diálogo constante entre os idealizadores das ações de dentro do Departamento e os profissionais que executavam a ideia, para não dizer que havia considerável controle.

Sendo assim, onde o *Rand Daily Mail* trazia algumas críticas jocosas de Connolly às posturas do governo referentes ao Sudoeste Africano, com a figura da SWAPO e de Sam Nujoma pouco presentes, nos cartuns do *The Citizen* a história contada era outra.

Em “Não se preocupe, nós cuidaremos de você”, de março de 1978, a organização foi apresentada por Deysel como o cão de guarda do Ocidente (Figura 23). Em outro cartum também assinado por Deysel, de março do mesmo ano, Sam Nujoma aparece como um sujeito de duas faces: uma pacífica, apresentada à ONU, e outra agressiva e violenta, usada para inspirar os atos de sua organização, considerados terroristas pelo senso comum africânder. A conclusão possível diante desse cenário foi colocada um cartum de Gaskill publicado em 29 de março de 1978, chamado “*Different Paths*”

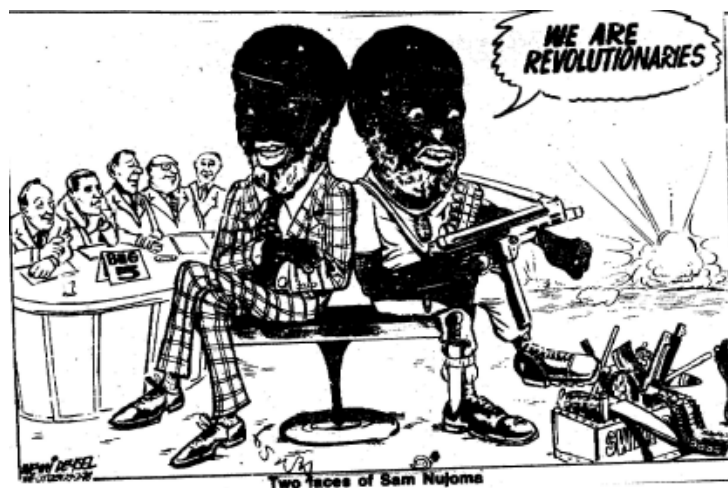
(“Caminhos Diferentes”), onde é possível ver Pik Botha e P.W. Botha, dois dos ministros sul-africanos que lidaram as negociações sobre a situação do Sudoeste Africano junto aos organismos internacionais, caminhando na direção da “paz para todos”, enquanto Sam Nujoma percorre um outro caminho, deixando para trás uma fila de cadáveres, rumo ao “poder para poucos”.

**Figura 23** – “Não se preocupe, nós vamos cuidar de você”, de Weyni Deysel



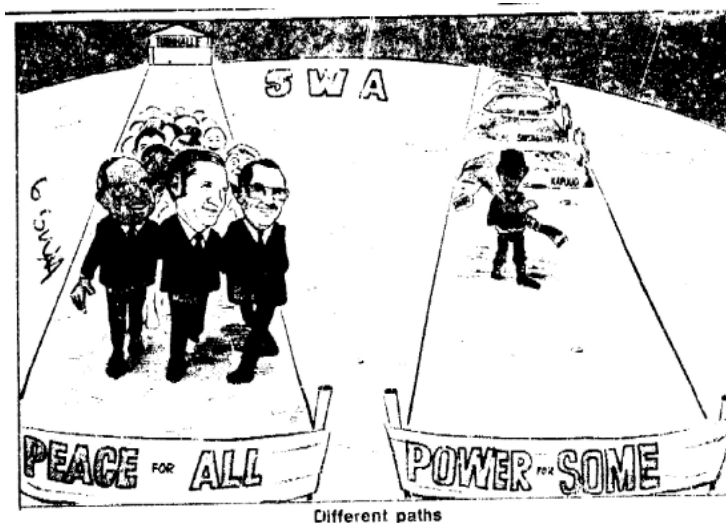
Fonte: *The Citizen*, 14 de fevereiro de 1978

**Figura 24** – “Duas faces de Sam Nujoma”, de Weyni Deysel



Fonte: *The Citizen*, 1º de março de 1978

**Figura 25** – “Caminhos diferentes”, de Weyni Deysel



Fonte: *The Citizen*, 29º de março de 1978

Apesar dessa semelhança na imagem apresentada da SWAPO, o Ocidente aparecia nos cartuns do *The Citizen* em uma posição oposta àquela dos cartuns do *Rand Daily Mail*. Se nos cartuns do jornal liberal é possível se ler que a ONU e o Estado Sul-Africano trabalhavam juntos pontualmente na solução das questões relativas às eleições, ainda que com discordâncias e disputas, no *The Citizen* o Ocidente é quem usava os “terroristas” da SWAPO a seu favor: é quem fazia questão de acreditar na civilidade mentirosa de Sam Nujoma; é quem “enterrava a cabeça” para não ver o que é óbvio para o senso comum pró-*apartheid* propagado pelo jornal (Figura 24). O Juíz Steyn, para o *The Citizen*, não estava limpando a bagunça junto à ONU, mas sim, travando uma corrida contra os cinco países (Reino Unido, França, EUA, Canadá e Alemanha Ocidental) que compunham o grupo de contato da entidade para mediar a situação (Figuras 26 e 27).

**Figura 26** – “Os Cinco Grandes”, de Victor Ivanoff



Fonte: *The Citizen*, 06 de maio de 1978



**Figura 27** – “Últimos Galopes”, de Victor Ivanoff



Fonte: *The Citizen*, 26 de junho de 1978

Por outro lado, as eleições gerais eram apresentadas pelo *The Citizen*, assim como pelo *Rand Daily Mail*, como a panaceia para os conflitos na região, sendo uma solução alheia aos conflitos armados nas fronteiras e no interior do Sudoeste Africano (Figura 13).

**Figura 28** – “O caminho para a paz e a autodeterminação”, de Dave Gaskill



Fonte: *The Citizen*, 05 de dezembro de 1978

As diferenças nas leituras apresentadas nos cartuns de cada jornal são compreensíveis, visto que defendem agendas políticas distintas. O que acrescenta um componente aparentemente confuso à análise são as semelhanças.

### 2.3 A branquidade<sup>81</sup> como ponto de convergência

Como Mason (2010) pontuou, a imprensa liberal em língua inglesa criticava o governo do Partido Nacional africânder, mas se beneficiava dele. Afinal, há como desvincular o crescimento dos grupos editoriais dos brancos de ascendência inglesa na década de 1970 do fortalecimento da repressão contra a imprensa n no país? A proeminência da imprensa liberal inglesa, assim como o lugar cristalizado de “oposição” que a história oficial lhe reservou, só era possível mediante a destruição de uma imprensa negra organizada.

É neste ponto que a ideia de branquidade como regime político responde à aparente contradição. Não se tratava simplesmente de as pessoas se identificarem como brancas, pois esse não era o expediente dos sujeitos envolvidos na produção e veiculação dos cartuns analisados, por mais que nos censos populacionais essa fosse a categoria racial que lhes era atribuída, independente da língua que falassem e de sua origem familiar. Tratava-se, outrossim, da consciência de pertencimento a um grupo minoritário cuja existência dependia da manutenção daquele arranjo social que oprimia a maior parte da população.

Nesse sentido, a definição de Melissa Steyn sintetiza bem:

[Branquidade] precisa ser desconstruída [...] não como um avanço contra indivíduos brancos, mas na ideia de “branquidade” como uma construção histórica e discursiva, ideologicamente naturalizada, que é tanto uma posição de vantagem social quanto o conhecimento e a auto compreensão construídas a partir dessa posição. (STEYN, 2000, p. 4)

É o compartilhamento dessa condição, a despeito das disputas coloniais históricas e dos antagonismos presentes entre africânderes e britânicos, o elemento chave para

---

<sup>81</sup> Há debate em língua portuguesa sobre a utilização dos termos “branquidade” e “branquitude” na seara das relações raciais. Aqui, uso “branquidade” para ensejar a discussão levantada por Edith Piza (2005), que, em outras palavras, define “branquitude” como a condição da pessoa branca inserida na luta antirracista, e “branquidade” como a condição de supremacia branca construída historicamente e mantida por um sofisticado conjunto de ações ora invisibilizantes do caráter racial de tal supremacia, ora justificantes de tal dominação. Em suas próprias palavras, “sugere-se aqui que branquitude seja pensada como uma identidade branca negativa, ou seja, um movimento de negação da supremacia branca enquanto expressão de humanidade. Em oposição à branquidade (termo que está ligado também a negritude, no que se refere aos negros), branquitude é um movimento de reflexão a partir e para fora de nossa própria experiência enquanto brancos. É o questionamento consciente do preconceito e da discriminação que pode levar a uma ação política antirracista (PIZA, 2005, p. 07)”. Camila Moreira de Jesus (2012) fez uma boa síntese desse debate, situando-o na trajetória conceitual das discussões raciais brasileiras. É importante enfatizar que este é um debate eminentemente brasileiro. Na África do Sul o debate em língua inglesa gira em torno do termo “whiteness”, enquanto dimensão construtora da subjetividade racista dentro do regime de poder da supremacia branca, e “critical whiteness”, que seria a proposta de Piza para “o termo branquitude”.

entender o temor que nacionalismo negro representava à minoria branca sul-africana, assim como a razão pela qual as eleições gerais no Sudoeste Africano sem a participação da *SWAPO* pareciam a solução derradeira para o conflito armado.

#### **2.4 - Das trincheiras ao fim da guerra: o escândalo da informação e suas consequências**

Em um espaço de dois anos, toda a operação de propaganda montada pelo Partido Nacional decolou, alcançando bons resultados. Em 1977, o governo nacionalista africânder conquistou a maior vitória eleitoral dos seus 45 anos de existência, obtendo 65% dos votos válidos e angariando 134 das 165 cadeiras possíveis na *House of Assembly*, câmara menor do Parlamento sul-africano. E boa parte disso pode ser atribuída ao sucesso do *The Citizen*.

Em sua análise sobre o impacto do jornal no cenário eleitoral nacional, Rees e Day afirmaram que

Uma das razões para a massiva vitória foi o largo número de cidadãos anglófonos que votaram no Partido Nacional. E, novamente, o recém lançado jornal *Citizen* desempenhou significativo papel nesse fenômeno. (...) Pouco depois de seu lançamento, *The Citizen* estava ostentando uma circulação (diária) na casa dos 90 000 (exemplares)<sup>82</sup>. (REES & DAY, 1980, p. 10)

Mesmo considerando que os números do jornal eram inflados, como os próprios Rees e Day haviam descoberto, é possível confirmar que a circulação do jornal em Johannesburgo girava em torno das 60 mil edições diárias (REES & DAY, 1980, p. 11) – um terço a menos que as 90 000 declaradas oficialmente, mas ainda assim um número considerável.

Dessa forma, quando o *Rand Daily Mail* expôs se tratar de uma operação disfarçada (“*covert operation*”, como chamavam) do governo africânder, o impacto público não podia ser pequeno. A revelação de que o então maior líder do Partido Nacionalista, John Vorster, assim como aquele que parecia seu natural sucessor, Connie Mulder, estavam totalmente envolvidos em um pântano de desvio de dinheiro público, financiamento secreto de empresas privadas e enriquecimento de magnatas aliados à

---

<sup>82</sup> “One of the reasons for this massive victory (134 out of 165 seats) was the large number of English-speakers who voted for the National Party. And again, the newly launched *Citizen* newspaper played a significant role in this phenomenon. [...] Shortly after its launch, the *Citizen* was boasting of a 90.000 circulation”.

*Broederbond* gerou uma crise moral sem precedentes no regime. A maneira como tudo isso veio à tona do público acrescentou, inclusive, um sabor apimentado à toda a situação.

Em “*Muldergate*”, livro dedicado a contar a história do Escândalo da Informação sob a ótica de alguns dos jornalistas que levaram a cabo a investigação da história, Mervyn Rees e Chris Day revelam que a chave para conectar as evidências que encontraram foi um funcionário do Departamento de Informação: Retief van Rooyen.

Rooyen era um advogado que ocupava um cargo comissionado dentro do Departamento de Informação e tinha pessoalmente participado da Operação Annemarie – o código usado no Departamento para tratar da operação envolvendo o estabelecimento e controle secreto do *The Citizen* por parte do governo africânder. Seu contato com os jornalistas do *Rand Daily Mail*, entretanto, não começou em 1975, quando a operação se iniciou ainda em seus primeiros passos, visando adquirir uma parcela das ações da SAAN. O que levou Von Rooyen a soprar o apito de alerta, indo diretamente ao jornal que seus chefes consideravam o principal inimigo do governo foram os planos seguintes de Mulder e Rhoodie.

“Eu sabia que tinha que fazer algo para pará-lo (a Mulder). Eu tinha colocado minha cabeça através da porta de uma ditadura em potencial e o que eu vi lá foi horrorizante<sup>83</sup>”, foi o que Von Rooyen disse a Rhee pelo telefone em 26 de setembro de 1978 (REES & DAY, 1980, p. 72). A “porta” a que Von Rooyen se refere eram os planos que haviam sido traçados em 1976 por Rhoodie, Mulder e Van Der Bergh, então ministro do BOSS (Gabinete de Segurança de Estado), que James Sanders sintetizou da seguinte forma:

Durante Julho de 1976, Rhoodie, Mulder e Van Den Bergh reuniram-se nas Olimpíadas de Montreal e desenvolveram um "plano para mudança" que seria empregado a partir da aposentadoria ou morte de John Vorster. O núcleo desse plano envolvia [...] o estabelecimento de um *think-tank* reunindo importantes servidores públicos de carreira, líderes do comércio e da indústria, cientistas, desenvolvedores tecnológicos, cientistas políticos, estrategistas militares, representantes dos serviços de inteligência e aplicação da lei do país. O *think-tank* seria responsável por todo o planejamento avançado do país envolvendo grandes programas políticos, socioeconômicos e obras de infraestrutura. Esse *thinktank*, ou conselho supremo, faria recomendações ao Gabinete - mas o Gabinete não seria autorizado a tomar decisões por si próprio, sem que o conselho supremo discutisse as questões previamente. [...] Rhoodie descreveu o plano como tendo simbolizado 'o desejo de que poderia haver uma ditadura, a qual nós qualificaremos como 'benevolente' ou 'verlig' [esclarecida], para

---

<sup>83</sup> “I knew I had to do something to stop him. I had put my head through the door of potential dictatorship and what I saw there horrified the hell out of me.”

reforçar o desenvolvimento separado em uma escala inovadora'.<sup>84</sup>  
(SANDERS, 1997, p. 73-74)

É importante ressaltar que Von Rooyen era, além de funcionário de carreira do Departamento de Informação, membro do Partido Nacional africânder. Em 1977, sua face já havia ganhado alguma notoriedade depois que ele voluntariamente interrompeu uma coletiva de imprensa protagonizada por Donald Woods, jornalista e ativista anti-*apartheid*, questionando as denúncias de Woods sobre as circunstâncias da morte de Steve Biko – denúncias que dias depois se provariam verdadeiras com a descoberta de que Biko morrera em virtude de uma brutal sessão de tortura à qual foi submetido pelos agentes de segurança do Estado. Tratava-se de um operador institucional do regime de *apartheid*, ideologicamente comprometido com a causa nacionalista africânder. O fato de Von Rooyen ter buscado jornalistas do *Rand Daily Mail* para expor uma descoberta que lhe causara preocupação é, por si, bastante revelador.

Primeiramente, porque demonstra a escala de valores erguida pelo projeto político do Partido Nacional. Para Von Rooyen, era justificável assassinar um jovem de 21 anos que clamava seus conterrâneos a desenvolver uma Consciência Negra como oposição ao regime de segregação racial do qual eram vítimas, ao ponto de interferir em uma entrevista coletiva que denunciava tal crime. Também era aceitável para ele participar de uma larga operação envolvendo manobras na contabilidade pública, lavagem de dinheiro em bancos europeus, colaborações escusas com corporações particulares. A linha no chão a qual Retief Van Rooyen não ousava cruzar era o esvaziamento do poder político das instâncias representativas dos brancos de seu país.

Em seguida, evidencia o quanto mesmo ocupando posições diametralmente opostas no cenário da política institucional da África do Sul, Van Rooyen e Rhee possuíam uma ponte que os conectava: o zelo pela integridade das “instituições democráticas” da República da África do Sul – instituições que, tanto em teoria quanto na prática, eram desenhadas para servir de guarida para a branquidade sul-africana.

---

<sup>84</sup> "During July 1976, Rhodie, Mulder and van den Bergh assembled at the Montreal Olympics and developed a 'blueprint for change' which would be employed following the expected retirement or death of John Vorster. The core of this blueprint involved: ...the establishment of a thinktank comprising key civil servants, leaders of commerce and industry, scientists, technologists, political scientists, military strategists, representatives of the country's intelligence and law enforcement services. The thinktank would be responsible for all the country's forward planning on major political, socio-economic and capital works programmed. This thinktank, or supreme council, would make recommendations to the Cabinet - but the Cabinet would not be allowed to make decisions on its own, without the supreme council first discussing the issues. (...) Rhodie described the plan as having symbolized '... the wish that there could be a dictatorship, which we qualified as "benevolent" or "verlig", to enforce separate development on an imaginative scale."

Compreender a existência de tal fronteira moral do nacionalismo africânder, assim como os limites da oposição que o *Rand Daily Mail* poderia oferecer, são condições necessárias para que seja possível entender a repercussão do *Muldergate* nos próprios cartuns editoriais do *Mail*.

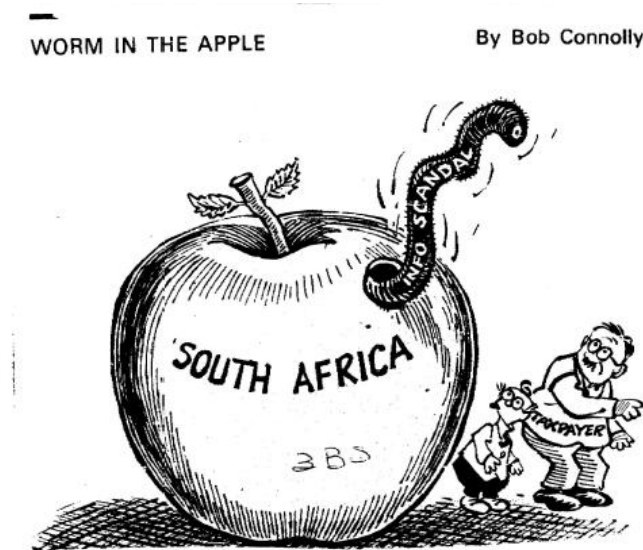
Um dos pontos explorados com afincado pela pena de Bob Connolly foi a corrupção envolvida no escândalo. Afinal, a ideia de honestidade com a coisa pública era uma parte preponderante para o conservadorismo africânder. E, além disso, o recente sucesso do Partido Nacional nas eleições do ano anterior entre o eleitorado de ascendência inglesa era um indicativo de que a denúncia de corrupção e desvio de fundos trazida por Van Rooyen poderia ser um ativo bastante versátil na campanha oposicionista do *Mail*: por um lado, alarmava o moralismo africânder; por outro, chocava a audiência de ascendência inglesa, sugerindo sua colaboração para a construção daquele estado de coisas. O peso no custo da corrupção para a totalidade das finanças públicas era uma retórica genérica, que atingia ambos os grupos e minava a base do governo em ambos, e por isso era abordado com alguma frequência, como no cartum “Arte de Quintal” (Figura 29), em que Connolly representa o escândalo como uma lata repleta de lixo de onde exala a “corrupção cara”, ou em “Minhoca na Maçã” (Figura 30) onde o mesmo escândalo é representado como um verme que sai do interior da maçã chamada África do Sul para devorar o pagador de impostos.

**Figura 29** – *Backyard Art*, de Bob Connolly



Fonte: *The Rand Daily Mail*, 1978

**Figura 30** – “Minhoca na Maçã”, de Bob Connolly



Fonte: *The Rand Daily Mail*, 06 de dezembro de 1978

O argumento genérico, buscando fomentar questionamentos ao governo a partir de uma retórica moral, apareceu também no cartum “*Attracting his Attention*” (Figura 31), publicado em dezembro de 1978. Por ocasião das audiências na Comissão Erasmus de Inquérito conduzida pela Suprema Corte, Connolly pintou a África do Sul como um homem preso em “pântano de Informação”, em referência ao Escândalo, incapaz de notar ou engajar qualquer contato com o espírito natalino, que margeia o lamaçal pantaneiro junto ao *Little Man*.

**Figura 31** – “Atraindo a atenção dele”, de Bob Connolly



Fonte: *The Rand Daily Mail*, dezembro de 1978

O *Mail* tratou do assunto de forma genérica nos cartuns, tampouco os direcionou a um público inespecífico. Houve momentos em que o nanquim de Connolly buscou interlocução direta com os próprios nacionalistas africânderes.

Em maio de 1978, quando já tinha evidências de um desvio contábil para financiar projetos secretos de propaganda, Bob Connolly produziu “*Burden of Responsibility*” (Figura 32). Ali, o cartunista valeu-se de uma declaração dada pelo próprio Rhodie quando assumiu o cargo de Secretário do Departamento de Informação, quando afirmou não se furtar de elaborar ações “pouco convencionais”. A sagacidade do cartum foi relacionar a descoberta da manipulação orçamentária e a declaração de Eschel Rhodie como uma articulação esquisita que sustentava uma visão de mundo *verkrampste*, colocando assim fogo no debate interno do nacionalismo africânder – afinal, tanto Mulder, que aparece no cartum segurando os “fundos secretos”, quanto Rhodie, municiado de seus “métodos pouco convencionais”, aparecem dando as mãos para acomodar uma representação estereotipada do que seria esse nacionalista africânder mais conservador, justo eles, integrantes da ala *verligte* do Partido, defensora de uma abordagem mais “iluminada”, “esclarecida” e liberal do *apartheid*. Tudo isso, é claro, enquanto se apoiam cada um em uma mão do premiê BJ Vorster.

**Figura 32** – “O peso da responsabilidade”, de Bob Connolly

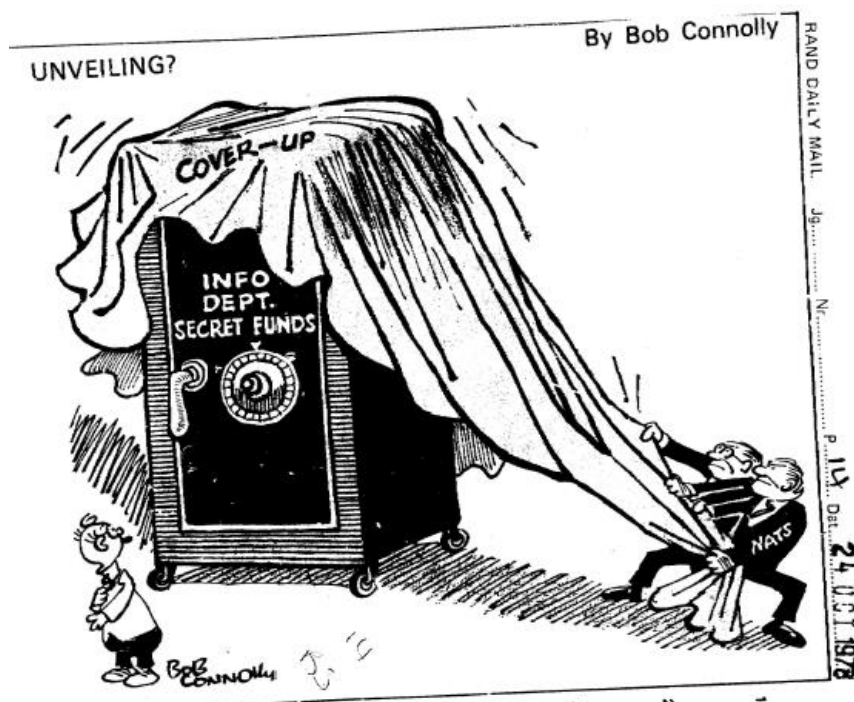


Fonte: *The Rand Daily Mail*, maio de 1978



Em outubro daquele ano, quando a Comissão de Inquérito já havia sido montada para investigar as denúncias trazidas a público pela série de reportagens do *Mail*, Connolly acenou em direção ao que poderiam ser os mesmos setores do Partido Nacional africânder representados pelo delator Von Rooyen. Em “*Unveiling?*” (Figura 33), vê-se uma dupla de personagens engravatados identificados como nacionalistas (“*nats*”) a puxar o manto do “disfarce” usado para cobrir os fundos secretos do Departamento de Informação diante de um surpreso e aparentemente ansioso *Little Man*. A interrogação no título dá o tom provocador, mas a postura do *Little Man* é um indicativo do quanto Connolly e o editorial do *Rand Daily Mail* como um todo esperavam que aquelas movimentações fossem mais do que uma mera chacoalhada no governo, e que o regime de *apartheid* demonstrasse ter condições de se limpar de tais máculas.

**Figura 33** – *Revelação?*, de Bob Connolly



Fonte: *The Rand Daily Mail*, 24 de outubro de 1978

A surpresa e ansiedade de *Little Man*, utilizado pelo cartunista como uma representação do cidadão sul-africano médio, é uma forma de Bob Connolly se inserir de maneira concreta e destacada como autor. Ainda que a autoria em um discurso mediado como o dos cartuns editoriais de periódicos não se resuma à figura do cartunista, nesse caso, a autoria expressa pela reação do personagem ao processo de “descoberta”

operacionalizado pelos nacionalistas africânderes pode, também, ser visto como mais um dos ladrilhos que construiu a ponte sobre a qual Von Rooyen passou – a ponte que unia a população branca da África do Sul, fosse africânder ou de ascendência inglesa, fosse conservadora ou liberal, que era o interesse em preservar aquela ordem socioeconômica que lhes reservava os melhores empregos, os cargos de distinção, o acesso aos melhores serviços e a exploração da mão-de-obra barata oferecida pela maioria negra controlada rigorosamente através das regras do sistema de desenvolvimento separado.

Tal relação de certa anuência para com os nacionalistas africânderes não diminui as proporções do *Muldergate* enquanto fato político negativo para o Partido Nacional. O escândalo ganhou a alcunha precisamente porque desconfigurou de maneira impactante o futuro próximo que se desenhava para os principais representantes do nacionalismo africânder, que era o fortalecimento de Mulder sua eleição como primeiro-ministro. Entretanto, essa desconfiguração gerou uma solução mantenedora do sistema vigente, com um deslocamento do eixo político do Transvaal, antiga república bôer, de significado profundo para a identidade africânder, para a Cidade do Cabo e o círculo militar de P.W. Botha, fortalecendo a agenda militar de segurança nacional, articulada em nível geopolítico com a política de “contenção” dos Estados Unidos da América na Guerra Fria. A situação pode ser resumida como uma delação de um burocrata descendente direto dos pioneiros bôeres no interior do país feita a jornalistas liberais de ascendência inglesa que abriu o caminho para um governo centrado no círculo militar africânder da Cidade do Cabo. A branquidade sul-africana e regime de *apartheid* continuaram de pé, ao menos pelos primeiros anos dos anos 1980. A partir desta década, a campanha internacional *anti-apartheid* e a favor da libertação de Nelson Mandela ganharia proporções titânicas, insuflando, aí sim, uma oposição forte ao regime de *apartheid* e o governo de minoria branca não apenas do *The Rand Daily Mail*, mas da grande maioria da imprensa em língua inglesa no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, busquei apresentar uma contribuição à historiografia brasileira sobre o regime de *apartheid* sul-africano, analisando o papel das charges dos jornais *The Rand Daily Mail* e *The Citizen* na guerra de propaganda em torno do regime das políticas do governo de minoria branca no país, assim como também o lugar da revista em quadrinhos *Mighty Man* nesse mesmo processo, que coincidiu com o momento de levante da resistência popular contra o regime, na segunda metade dos anos 1970.

Esse movimento na historiografia brasileira ainda é tímido, mas parecia ganhar força no momento em que a elaboração desta pesquisa foi iniciada, em 2017, ainda como pré-projeto. A contar pelo demonstrado na última edição do Simpósio Nacional de História, ocorrida em 2019, tal reflexão vem se tornando mais presente: no 29º SNH, realizado em 2017, tivemos dois simpósios dedicados especificamente ao tema de História da África, com quarenta e nove comunicações apresentadas e duas delas abordando a África do Sul pós-*apartheid*; já no 30º, realizado em 2019, foram três simpósios temáticos focados exclusivamente em tópicos da História da África, somando oitenta e nove comunicações, sendo que oito delas versavam sobre a África do Sul. A atenção às questões sul-africanas, contudo, segue se concentrando aos desafios que o país enfrenta desde sua democratização, em 1994, como Miller (2013) já havia apontado:

Mas a transição para a democracia no início dos anos 90 trouxe a disputa acadêmica na África do Sul a uma parada brusca. Simplificando, a percepção é que não havia mais nada para lutar. “Os historiadores sul-africanos foram, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, apanhados no sulco profundo e estreito da ‘história da luta’”, escreveu o historiador Wessel Visser em 2004, em sua atenta visão geral da historiografia sul-africana. “O grau em que se envolveram nas batalhas políticas no terreno de sua disciplina significava que quando o clima político de repente começou a mudar, como aconteceu a partir de 1990, muitos deles, tanto à direita como à esquerda, ficaram sem agendas acadêmicas claras”. Outro estudo, publicado [por Clark e Worger] no mesmo ano, concordou: “Com o fim formal do *apartheid* em 1994, parte da paixão e da energia saiu da produção de conhecimento acadêmico e foi transferida para enfrentar os problemas da África do Sul pós-*apartheid*... A História [acadêmica] não é uma indústria em crescimento na África do Sul.”<sup>85</sup> (MILLER, 2013, s/p, tradução minha)

---

<sup>85</sup> “But the transition to democracy in the early ‘90s brought the scholarly scramble for South Africa to a screeching halt. Put simply, there was nothing left to fight for. ‘South African historians were in one way or another, to a greater or lesser degree, caught up in the deep and narrow groove of “struggle history”,’ historian Wessel Visser wrote in his perceptive 2004 overview of South African historiography. ‘The degree to which they became involved in fighting political battles on the terrain of their discipline meant that when the political climate suddenly began to change, as happened from 1990 onwards, many of them, on the right and the left alike, were left without clear academic agendas.’ [8] Another study, published the same year, concurred: ‘With the formal end of apartheid in 1994, some of the passion and the energy has

Quando disse isso, Miller não pretendia desqualificar o foco deslocado para as questões de uma África do Sul *pós-apartheid* – essas questões são necessárias até para a compreensão das rupturas e continuidades estabelecidas a partir do *apartheid* – mas apontar um problema colocado para a historiografia sobre o regime.<sup>86</sup>

Ainda há espaço para atualizar a bibliografia sobre o tema, como Herman Giliomeé (2007) e David Welsh (2010) fizeram nos últimos dez anos, “trazendo novas abordagens a velhos temas”, nas palavras de Miller. Mas, para além de um possível olhar renovado para o *apartheid*, é necessário jogar luz em caminhos ainda pouco percorridos pela historiografia, de modo geral. Um deles já vem sendo trilhado há algum tempo, que é o fortalecimento dos diálogos com áreas correlatas, como os estudos culturais e da comunicação, e que fornecem um novo arsenal para se analisar os processos históricos.

Foi também essa trilha que o presente trabalho buscou seguir, conectando os estudos sobre quadrinhos com a História. Para tanto, é preciso sempre lembrar da dimensão dos quadrinhos como produto cultural, o que os coloca em certo espaço de intersecção entre obra de arte, mercadoria comercial, e propaganda (de produtos e também de ideias), demandando uma análise que considere as dimensões artísticas, mercadológicas e propagandísticas do produto, de sua produção e de sua circulação. No caso de *Mighty Man*, uma revista idealizada pelo Departamento de Informação da África do Sul essa intersecção é gritante, já que a revista foi financiada em um esquema que envolveu desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro e enriquecimento de operadores privados associados ao governo do Partido Nacional africânder, tudo com o objetivo de influenciar a juventude negra das *townships* a partir da criação de um super-herói negro defensor da lei e da ordem.

Pode-se inferir que o fracasso de *Mighty Man* em sua missão de propaganda ficou escancarado com o Levante de Soweto, uma insurreição popular liderada justamente pelo grupo demográfico que o quadrinho buscava pacificar. Não se pode, todavia, tomar tal relação como demonstração de um insucesso da guerra de propaganda travada pelo Departamento de Informação. Outras medidas concebidas no bojo daquele projeto foram

---

gone out of the production of scholarship and been transferred into tackling the problems of post-apartheid South Africa... History is not a growth industry in South Africa.”

<sup>86</sup> RASSOOL (2019) analisou os embates em torno da construção de uma memória oficial da luta contra o *apartheid* sul-africano após o fim do mesmo, em 1994, especificamente a partir do estabelecimento de memoriais, museus e monumentos, razão pela qual a citação de Miller deve ser compreendida em seu escopo, limitada a uma leitura sobre a produção historiográfica acadêmica na África do Sul, e não uma análise ampla sobre o lugar da História na sociedade sul-africana *pós-apartheid*.

relevantes para as relações internacionais do governo africânder, conforme abordei no primeiro capítulo, e outros produtos de mídia nascidos do mesmo germe que o herói das *townships* tiveram resultados distintos.

Foi o caso do jornal *The Citizen*, secretamente estabelecido pelo governo para influenciar o público leitor de periódicos em língua inglesa, até então monopolizado pelos jornais de sul-africanos de ascendência britânica e orientação política liberal, não tão afeitos ao governo da minoria africânder. Talvez nunca consigamos mensurar exatamente o impacto do jornal e seus cartuns, mas os objetivos da campanha de propaganda integrada por ele foram alcançados: o Partido Nacional africânder a conquistou nas eleições de 1977 a maior vitória eleitoral de sua história graças aos votos do eleitorado branco de origem inglesa naquele contexto de lutas por independência em Angola e Moçambique e a associação das nações negras recém-independentes enquanto ameaças ao regime de minoria branca no país, conforme discutido no segundo capítulo. Nesse mesmo capítulo também foram observadas as charges do jornal *The Rand Daily Mail*, considerado pelo Departamento de Informação como o maior adversário do governo na guerra de propaganda doméstica e internacional, uma vez que sua postura oposicionista também pautava a imprensa estrangeira. A leitura crítica das charges assinadas por Bob Connolly, porém, permite a complexificação do binômio “africânderes pró-*apartheid* versus britânicos *antiapartheid*” que por vezes domina o debate sobre a imprensa nos anos de vigência do regime, construído principalmente a partir de uma extrapolação do cenário dos anos 1980 para todo o período de vigência do governo africânder. Em vez disso, o que o nanquim dos cartuns revela é um padrão de críticas que o jornalista Ken Vernon chamou de “mais divertidas do que maliciosas” ao estudar a tradição sul-africana de cartunismo político (VERNON, 2000). Ao levar em consideração também o contexto de exposição pública através do escândalo da informação de 1978 de um aparato de propaganda que era operado de maneira secreta desde 1973, é visível a necessidade de aprofundar dita leitura, uma vez que se tratou de uma cooperação entre um burocrata do governo africânder oriundo da região mais africânder do país, jornalistas de ascendência inglesa de um periódico que podia ser considerado a epítome do jornalismo liberal em língua inglesa na África do Sul, e a consequência do escândalo envolveu sacrificar os líderes políticos da operação (Johan Vorster, primeiro-ministro e depois presidente do país, Connie Mulder, Ministro da Informação e cotado para ser sucessor de Vorster na liderança do Parlamento, e Eschel Rhoodie, Secretário de Informação de Mulder e ideólogo da guerra de propaganda), por um lado, e manter a maior parte dos projetos de propaganda

em operação, do outro, com a alçada do setor militar do Partido Nacional africânder, baseado na Cidade do Cabo, ao comando do governo. A partir daí, a conclusão do capítulo II caminha na direção de compreender que, para além dos distintos pertencimentos étnico-comunitários dos brancos sul-africanos na década 1970, tanto africânderes quanto sul-africanos de ascendências inglesa compartilhavam da condição da branquidade, que lhes garantia um estatuto social dominante graças ao regime de segregação racial em vigor. Assim, ao contrário do que Eschel Rhoodie defendeu, a guerra de propaganda travada entre o governo africânder e a imprensa liberal em língua inglesa pode ser lida não como uma guerra entre o *apartheid* e seus opositores, mas sim como uma disputa pela melhor política de condução do regime. Trata-se de uma guerra a favor do *apartheid*, que nunca teve em seu horizonte o objetivo de implodir aquela ordem social.

A respeito do trabalho empreendido aqui, há muito a ser dito. O processo de análise de *Mighty Man* não envolveu muitas dificuldades, haja visto que apesar de ter necessitado adquirir as versões escaneadas das duas primeiras edições junto a colecionadores, tive acesso no começo da realização desta pesquisa, em 2018, aos números da revista que integram a coleção do professor William Worger da *University of California*, Los Angeles, disponibilizados em portal online da instituição. Seria interessante a construção de uma análise mais dedicada à *Afri-comics* como um todo, editora erguida como intermediária da operação de propaganda do governo, levando-se em consideração o outro título diretamente relacionado com o programa de propaganda do governo, *Tiger Ingwe*, e o outro título publicado pela editora, *African Secret Agent*, este último nunca mencionado por Eschel Rhoodie em seus livros ou nos depoimentos à comissão de inquérito do Escândalo da Informação. Consegui identificar uma coleção completa de revistas do herói tigre ancestral na Biblioteca Nacional da Cidade do Cabo, onde o escaneamento pode ser realizado por encomenda mediante pagamento. Já a revista *African Secret Agent* é um raro tesouro, pouco conhecido pelos próprios colecionadores de quadrinhos sul-africanos, cuja relação com o programa de propaganda neste momento só pode ser especulada. Uma abordagem aprofundada sobre essas que foram as primeiras revistas em quadrinhos de personagens negros sul-africanos a ser editadas no país tem o potencial, ainda por cima, de contribuir para as atuais discussões a respeito da representatividade nos produtos culturais e seus possíveis significados. É uma possibilidade de pesquisa futura que vejo com bons olhos.

Quanto à investigação que tomou como fonte as charges publicadas nos dois jornais localizados no olho do furacão do Muldergate, alguns obstáculos foram sentidos. O

primeiro foi de acesso. Os arquivos digitais do *Rand Daily Mail* pertencem à empresa *News Bank*, que somente negocia o acesso a eles com instituições de ensino, impossibilitando o acesso de profissionais envolvidos em pesquisas fora do ambiente universitário. Além disso, o acesso das instituições só se dá mediante um pagamento anual na casa das dezenas de milhares de reais nas cotações de 2018 (o que, a depender do cenário cambial do momento em que essas linhas são lidas, pode muito bem ultrapassar a centena de milhar). Quanto ao arquivo digital do *The Citizen*, sequer pude localizá-lo em bases de dados privadas – a *News Bank* possui suas edições desde o relançamento do periódico, em 2013, mas nada antes disso. Há outro caminho: a *Sabinet* possui uma base de dados chamada *SA Media*. Nessa base a companhia tem as versões digitais e digitalizadas da maioria dos jornais sul-africanos desde 1978. Além disso, a plataforma também disponibiliza em separado um arquivo de cartuns e charges publicadas em jornais a partir do mesmo ano. Dessa forma, o contato com as charges aqui utilizadas só foi possível graças à gentileza da senhora Hester Van Der Bergh, Chefe de Serviços Profissionais da *University of the Free State*, em *Bloemfontein*, que se dispôs gentilmente a buscá-las e extraí-las da plataforma *SA Media*, à qual tem acesso como funcionária da *Universidad*, e para que pudesse me enviar via e-mail.

A segunda dificuldade foi a de contextualização das charges, tanto dentro de seu próprio reino cartunístico, quanto como parte de um projeto editorial jornalístico. A literatura sobre o cartunismo sul-africano na década de 1970 é escassa, e praticamente se resume aos livros de Ken Vernon, “*Penpricks – the Drawing of South Africa’s Political Battlelines*”, de 2000, e de Andy Mason, “*What’s so Funny? Under the Skin of South Africa Cartooning*”, de 2010. Ambas são obras que não se propõem historiográficas, e por isso mesmo deixam abertas lacunas que fazem falta a quem se debruça sobre o tema, sobre a trajetória dos cartunistas, as dinâmicas editoriais, a recepção/circulação das charges na sociedade sul-africana durante os anos de *apartheid*, etc.<sup>87</sup>. Apesar de haver uma forte reflexão analítica em curso sobre a charge política sul-africana no período pós-*apartheid*, como Kenya Santos exemplifica em sua dissertação de mestrado “*Caricaturando a Democratização da África do Sul nas Charges de Zapiro (1994 – 2014)*”, defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal

---

<sup>87</sup> A dissertação de mestrado de Andrew Mason, “*Black White and Ink Discourses of Resistance in South Africa cartooning (1985 – 1994)*”, de 2002, chega a caminhar nessa direção em seus capítulos cinco e seis, mas ainda assim de maneira tímida, focada muito mais nas mensagens articuladas pelas charges do que nos processos sociais de produção e circulação delas, mas com indícios interessantes ainda que restritos à última década do *apartheid*.

de Santa Catarina, há uma História Social a ser escrita sobre o cartunismo sul-africano de maneira geral.

Em paralelo a isso, a falta de acesso às edições dos periódicos como um todo dificultou a elaboração de uma análise mais completa e matizada a respeito dos discursos veiculados pelos veículos. Sem sombra de dúvidas, um estudo que leve em consideração as manchetes e os editoriais de ambos os jornais em seu diálogo com os cartuns editoriais será capaz de pintar um panorama mais complexo a respeito das charges e dos chargistas em sua relação com o jornalismo e a equipe da redação dos jornais em questão.

As charges escolhidas na análise do segundo capítulo foram aquelas cujos temas eram abordados por ambos os jornais, permitindo a leitura comparativa de suas posições. Ainda disponibilizo de uma coleção de charges que é maior do que imaginava no momento em que iniciei a escrita da dissertação (problemas técnicos com alguns arquivos recebidos me impediram de acessá-los, mas na reta final de escrita consegui contornar a maior parte deles), que pretendo analisar com maior profundidade em pesquisas futuras.

Nesses projetos futuros, espero também contribuir no aprofundamento das perspectivas aqui levantadas na direção de compreender o papel do aparato de propaganda edificado pelo governo sul-africano, tal como as produções em cartuns e quadrinhos a ele associadas, como parte de uma conjuntura complexa e desafiadora. Sanders analisou a luta por representação positiva do governo africânder como mobilizadora de ações que previram/influenciaram o que se tornaria uma forma dominante de manipulação midiática na Nova Direita dos Estados Unidos da América e do Reino Unido nos anos 1980 (o que, por sua vez, inverte completamente a lógica que coloca o continente africano como terra onde os enredos políticos do mundo branco eurocentrado se repetem, abrindo margem para pensar tal experiência como um laboratório de uma dinâmica que viria a ser refinada pelos norte-americanos e britânicos a partir dos resultados obtidos no experimento sul-africano). Dessa forma, é inevitável pensar que uma leitura mais sofisticada do movimento demande no futuro situar esses movimento não apenas na conjuntura geopolítica global, mas também levando em consideração as discussões sobre o avanço da indústria cultural e a atualidade dessa concepção nos anos 1970, tanto quanto as dimensões globais que essa indústria passou a ter, articulando a nível transnacional a concepção, produção e financiamento de produtos culturais mesmo quando estes são direcionados a um público localizado e segmentado (como a própria revista *Mighty Man* demonstra).



Em suma, o percurso analítico, a construção textual e o empreendimento de pesquisa presentes neste texto representam um esforço no sentido de fomentar a produção historiográfica brasileira sobre tais temas a partir dos diálogos teórico-metodológicos aqui enunciados. Há um universo a ser explorado a partir de cada interseção cruzada por esta dissertação. Longe de imaginar que pouco mais de uma centena de páginas tem o poder de esgotar qualquer tópico que seja, o presente trabalho foi construído com a intenção de fomentar essas discussões, fundamentais para a compreensão da História Contemporânea não apenas da África do Sul, mas de toda África Austral e seu impacto global.

## REFERÊNCIAS

### Lista de fontes:

**MIGHTY MAN.** Pretoria: Afri-Comics, 1975-1977. Disponível em: <<https://idep.library.ucla.edu/afri-comics>>. Acesso em: 14. Fev. 2021.

CONNOLLY, B. **Coleção de cartuns selecionados.** In: Rand Daily Mail, Johannesburgo, 1977-1979. Disponível em: <<https://www.sabinet.co.za/information-services/news-research-services/sa-media>>

DEYSEL, W.; GASKILL, D; IVANOFF; V. **Coleção de cartuns selecionados.** In: The Citizen, Johannesburgo, 1977-1978. Disponível em: <<https://www.sabinet.co.za/information-services/news-research-services/sa-media>>

MASON, A. **What's So Funny?** Under the Skin of South African Cartooning. Claremont: Doublestorey, 2010.

### Referências bibliográficas:

ÁFRICA DO SUL. **1970 Population Census of the Republic of South Africa.** Department of Statistics. Disponível em: <<https://www.datafirst.uct.ac.za/dataportal/index.php/catalog/249>>. Acesso em: 27. set. 2019.

\_\_\_\_\_. **South Africa - Population Census 1980.** Department of Statistics. Disponível em: <<https://microdata.worldbank.org/index.php/catalog/909>>. Acesso em: 27. set. 2019.

BIRD, E.; GARDA, Z. **The Role of The Print Media During The Apartheid Era.** 1996. Disponível em: <<https://www.mediamonitoringafrica.org/the-role-of-the-print-media-during-the-apartheid-era/>> Acesso em: 10 mar. 2018.

BOUHOT, P. **Freedom of Expression Under Apartheid.** 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculty of Law, University of the Western Cape. Disponível em: <<https://etd.uwc.ac.za/handle/11394/2033>>. Acesso em: 27 set. 2019.

COSTA, I. C. G. **Defender-se na memória:** estratégias e significados em narrativas de combatentes sul-africanos brancos que lutaram em Namíbia e Angola. 2015, 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia.

COTTRELL, R. R. **South Africa:** a State of Apartheid. Langhorne: Chelsea House, 2005.

CULL, N. J. **The Cold War and the United States Information Agency:** American Propaganda and Public Diplomacy, 1945 – 1989. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

DAVIDSON, B. **Thoughts on Afri-comics, Grass Green, and tiger men**. Comics Work Book, 09. nov. 2017. Disponível em: <<http://comicsworkbook.com/11092017-2/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

DUBOW, S. **Racial segregation and the origins of apartheid in South Africa, 1919-36**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **Apartheid, 1948-1994**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DROGIN, R. Inauguration Draws World to South Africa. In: **Los Angeles Times**, 9. mai. 1994. Disponível em: <<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1994-05-09-mn-55634-story.html>>. Acesso em: 27. set. 2019.

EISNER, W. **Comics and Sequential Art**. Tamarac: Poorhouse Press, 2000.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRIEDMAN, M. P. **Repensando el antiamericanismo: la historia de un concepto excepcional en las relaciones internacionales estadounidenses**. Madri: Machado Libros, 2015.

GABILLIET, J. P. **Of Comics and Men: a Cultural History of American Comic Books**. Jackson: University Press of Mississippi, 2005.

GELDENHUYS, D. **The Diplomacy of Isolation: south african foreign policy making**. Joanesburgo: South African Instituto of International Affairs, 1984.

GILIOMEE, H.; MBENGA, B. K. **A New History of South Africa**. Cidade do Cabo: Tafelberg, 2007.

GLASER, C. "We Must Infiltrate the Tsotsis": school politics and youth gangs in Soweto, 1968-1975. In: **Journal of Southern African Studies**, v. 24, n. 2, jun. 1998, p. 301-323.

GUELKE, A. **Rethinking the Rise and Fall of Apartheid: South Africa and World Politics**. Nova York: Macmillan, 2005.

HAASBROEK, J. K. **A Historical Perspective of the Information Scandal**. 2016. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculty of Humanities, University of Free State. Disponível em: <<http://scholar.ufs.ac.za:8080/xmlui/bitstream/handle/11660/6475/HaasbroekJK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

HACHTEN, W. A.; GIFFARD, C. A. **The Press and Apartheid: Repression and Propaganda in South Africa**. Basinstoke: Palgrave, 1984.

HARDZIJER, C. **Contemporary Photographic Africana - Photo Stories/Fotoverhale (1950s to 1980s)**. The Heritage Portal, ago. 2018. Disponível em: <<http://www.theheritageportal.co.za/article/caf%C3%A9-bibles-contemporary->

photographic-africana-photo-stories-fotoverhale-1950s-1980s>. Acesso em: 27 set. 2019.

JESUS, C. M. Branquitude X Branquidade: Uma Análise Conceitual Do Ser Branco. In: III Encontro Baiano de Cultura, 2012, Salvador. **Anais** [...]. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>>. Acesso em: 14. Fev. 2021.

KINGHORN, J. Social Cosmology, Religion and Afrikaner Ethnicity. In: **Journal of Southern African Studies**, v. 20, n. 3, set. 1994, p. 393 - 404.

KEMNITZ, T. M. The Cartoon as a Historical Source. In: **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 4, n. 1, verão, 1973, p. 81 - 93.

LIMA, I. M. F. Só tem guerras, fome e tribos primitivas: a África através das Histórias em Quadrinhos do Fantasma, Tintim e Soldado Desconhecido. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371003297\\_ARQUIVO\\_Textocomp\\_lettoANPUHivaldo2013\\_2.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371003297_ARQUIVO_Textocomp_lettoANPUHivaldo2013_2.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LIMA, S. Q. A História Oculta das Mulheres-Maravilha de Bana-Mighdall: Um estudo de África e Gênero. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1424333597\\_ARQUIVO\\_Mulheres\\_MaravilhaBana.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1424333597_ARQUIVO_Mulheres_MaravilhaBana.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Um Morcego na África: Mudanças e Permanências de Visões da África nos Quadrinhos de Super-Heróis . In: **Revista História e Imagem**, nº 22, julho/2016. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao22julho2016/morcego.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2017.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARINGONI, G. **Angelo Agostini** ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910). 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2006.

MASON, A. J. **Black and White in Ink: Discourses of Resistance in South African Cartooning, 1985 – 1994**. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Comunicação e Estudos de Mídia) - University of KwaZulu-Natal, 2004. Disponível em: <<http://researchspace.ukzn.ac.za/handle/10413/3481>>. Acesso em 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **What's So Funny? Under the Skin of South African Cartooning**. Claremont: Doublestorey, 2010.

MCCLLOUD, S. **Desvendando os Quadrinhos**. São Paulo: Makron, 1995.

MILLER, J. **The Black Hole of Apartheid History**. Imperial & Global Forum, Exeter, dez. 2013. Disponível em: <<https://imperialglobalexeter.com/2013/12/12/the-black-hole-of-apartheid-history/>>. Acesso em 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **An African Volk: the apartheid Regime and its search for survival**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. **Reintegrating Apartheid into Post-War Global History: an interview with Jamie Miller**. Toynbee Prize Foundation, dez. 2017. Disponível em: <<http://toynbeeprize.org/interviews/jamie-miller/>>. Acesso em 20 ago. 2018.

NIXON, R. **Selling Apartheid: South Africa's Global Propaganda War**. Londres: Pluto Press, 2015.

OBERMEYER, J. **Apartheid South Africa's Propaganda Effort, c. 1960 – 1980: The Hearts and Minds Campaign of the National Party**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculty of Arts and Social Sciences, Stellenbosch University. Disponível em: <[https://scholar.sun.ac.za/bitstream/handle/10019.1/100360/obermeyer\\_apartheid\\_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://scholar.sun.ac.za/bitstream/handle/10019.1/100360/obermeyer_apartheid_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 18. ago. 2018.

ONSLOW, S. **Cold War in Southern Africa: White Power, Black Liberation**. London: Routledge, 2009.

RASSOOL, C. Patrimônio e nação no pós-apartheid, 1994-2004: a ordem biográfica, o complexo memorial e o espetáculo da história. In: SANSONE, L. FURTADO, C. (Org.) **Lutas pela memória em África**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2019.

REES, M.; DAY, C. **Muldergate: The story of the information scandal**. Joanesburgo: Macmillan, 1980.

RHOODIE, E. M. **The Real Information Scandal**. Nova York: Orbis, 1983.

\_\_\_\_\_. **The Paper Curtain**. Johannesburgo: Voortrekkerpers, 1969

SAINT, L. **Not Western: race, reading and the south african photocomic**. In: Journal of Southern African Studies, vol. 36, nº 4, dez., p. 940 - 958, 2010.

SANDERS, J. **A Struggle For Representation: the international media treatment of South Africa, 1972-1979**. Tese (Doutorado em Estudos Africanos e Orientais) – University of London, 1997. Disponível em: <<https://eprints.soas.ac.uk/28509/>>. Acesso em 29 mai. 2019.

SHARPESVILLE MASSACRE. In: **South African History Online**, Cidade do Cabo, 31. mar. 2011. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/topic/sharpeville-massacre-21-march-1960>>. Acesso em 18 ago. 2018.

SHELLY, S. **South Africa Is Still Fighting an Apartheid-Like Drug War**. Open Society Foundation, Voices, 9. mar. 2016. Disponível em:

<<https://www.opensocietyfoundations.org/voices/south-africa-still-fighting-apartheid-drug-war>>. Acesso em: 27. set. 2019.

STEYN, M. Novos matizes da branquidade: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: WARE, V. (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, pp.115-160.

THE ERASMUS COMMISSION'S REPORT IMPLICATES RHOODIE, MULDER AND VAN DEN BERGH IN SA'S INFAMOUS 'INFORMATION SCANDAL'. In: **South African History Online**, Cidade do Cabo, 16. mar. 2011. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/dated-event/erasmus-commissions-report-implicates-rhoodie-mulder-and-van-den-bergh-sas-infamous-info>>. Acesso em 12 dez. 2017.

THE INFORMATION SCANDAL. In: **South African History Online**, Cidade do Cabo, 31. mar. 2011. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/topic/information-scandal>>. Acesso em 12 dez. 2017.

THE S.A. BROEDERBOND. In: **Patterns of Prejudice**, v. 6, n. 6, 1972, p. 17 - 19.

THOMPSON, L. M. **A History of South Africa**. New Haven: Yale University Press, 2001.

PAKENHAM, T. **The Boer War**. Nova Iorque: Random House, 1979.

PALEKER, G. The B-Scheme subsidy and the "black film industry" in apartheid South Africa, 1972-1990. In: **Journal of African Cultural Studies**, v. 22, n. 1, 2010, p. 91-104.

PIZA, E. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: I Simpósio Internacional do Adolescente, 2005, São Paulo. **Anais** [...]. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14. Fev. 2021.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Elsevier, 2002.

RAMOS, P. **A Leitura dos Quadrinhos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

RODRIGUES, M. S. **Representações Políticas Da Guerra Fria: As Histórias Em Quadrinhos De Alan Moore Na Década De 1980**. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-994G9X>>. Acesso em: 17. Fev. 2021.

SANTOS, K. S. **Caricaturando A Democratização Da África Do Sul Nas Charges De Zapiro (1994 – 2014)**. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2019.

SANTOS, T. D. Theodor Adorno: uma crítica à indústria cultural. In: **Revista Trágica**, vol. 7, nº 2. Rio de Janeiro: pp.25-36, 2014.

SOUTH AFRICA'S CENSORSHIP LAWS. In: **Index on Censorship**, v. 4, n. 2, 1975, p. 38-40. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1080/03064227508532421#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 27 set. 2019.

TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION. In: **South African History Online**, Cidade do Cabo, 2000. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/article/truth-and-reconciliation-commission-trc-0>>. Acesso em 12 dez. 2017.

TOWNSHIP. In: **Wikipedia**. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Township\\_\(South\\_Africa\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Township_(South_Africa))>. Acesso em: 27 set. 2019.

VAN DER RIET, G. **South African Comic Books**. Disponível em: <<http://southafricancomicbooks.blogspot.com/>>. Acesso em 27 set. 2019.

WEISSMAN, S. American Publisher Peddles South Africa. In: **Southern Africa**, New York, v. 11, n. 1, jan-fev., p. 2-4, 1978.

\_\_\_\_\_. Dealing with propaganda - Soweto style. In: **Southern Africa**, New York, v. 11, n. 1, jan-fev., p. 3, 1978.

WADDY, N. L. The fork in the road? British reactions to the election of an apartheid government in South Africa, may 1948. In: **Historia**, vol. 55, n. 1, Durban, Mai./2010. Disponível em: <[http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0018-229X2010000100005](http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0018-229X2010000100005)>. Acesso em: 14. Fev. 2021.

WINDRICH, E. South Africa's Propaganda War. In: **Africa Today**, Bloomington, v. 36, n. 1, jan-abr, p. 51-60, 1989.

WORGER, W. **Afri-comics in the afterlife**: an interview with William Worger. Entrevistadora: Lily Saint. Africa is a Country, 20. ago. 20018. Disponível em: <<https://africasacountry.com/2018/08/afri-comics-in-the-afterlife>>. Acesso em: 27 set. 2019.

ZAMPARONI, V. D. “A África e os Estudos Africanos no Brasil: Passado e Futuro”. In: *Ciência e Cultura*, Vol. 59, N. 2, São Paulo, Abr/Jun, 2007.